

MESTRADO EM ENSINO DE GEOGRAFIA NO 3º CICLO DO ENSINO BÁSICO E NO ENSINO SECUNDÁRIO

Impactos derivados da exploração dos recursos naturais: perspetiva dos alunos no contexto da educação para o desenvolvimento sustentável e direitos humanos

Dora Patrícia Abreu Soares

M

2017



Dora Patrícia Abreu Soares

Impactos derivados da exploração dos recursos naturais:
perspetiva dos alunos no contexto da educação para o
desenvolvimento sustentável e direitos humanos

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Mestrado em Ensino De Geografia 2º e 3º
Ciclo do Ensino Básico e Secundário, orientada pela Professora Doutora Laura Soares
e coorientada pelo Professor Doutor Carlos Vladir Bateira

Membros do Júri

Professor Doutor João Carlos Santos Garcia
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Professora Doutora Helena Cristina Fernandes Ferreira Madureira
Faculdade de Letras – Universidade do Porto

Professora Doutora Laura Maria Pinheiro Machado Soares
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Classificação obtida: 18 valores

A ti, meu filho...

Sumário

Agradecimentos	i
Resumo.....	iii
Abstract	iv
Índice de Figuras	v
Índice de quadros.....	vi
Índice de gráficos	vii
Introdução.....	1
Capítulo 1 – Enquadramento Concetual	7
1.1 Nota Introdutória – Recursos Naturais	7
1.1.1 Os Recursos Naturais e a sua classificação.....	9
1.1.2 A História do Consumo dos Recursos naturais	11
1.1.3 A Distribuição Desigual dos Recursos Naturais.....	13
1.1.4 Os Recursos Naturais e o Desenvolvimento Sustentável.....	16
1.2. Educação, Desenvolvimento Sustentável e Direitos Humanos.....	17
1.2.1. Nota introdutória	17
1.2.2. Educação para a Cidadania – perspectiva ambiental.....	19
1.2.3. A Educação para o Desenvolvimento Sustentável	22
1.2.4. Educação para os Direitos Humanos.....	24
1.3. Os conflitos pelos recursos naturais	27
1.3.1 Nota Introdutória	27
1.3.2 História da exploração dos recursos e dos conflitos.....	28
1.3.3 Os Conflitos e as principais causas	30
1.3.4 Diamantes, Petróleo e Solo- Maldição ou Bênção?	34
1.3.5. O Papel dos recursos naturais na paz	37
Capítulo 2. – Caracterização do Estudo de Caso	41
2.1. Natureza do estudo.....	41
2.2. Caracterização da Escola	42
2.3. Caracterização das turmas	46
2.4. Metodologias de Investigação	50
2.4.1. A utilização da imagem e a perceção dos alunos.....	51
2.4.2. Aplicação do inquérito por questionário	54
Capítulo III – Análise de Resultados	57
3.1 Tratamento dos dados dos Inquéritos – Parte I.....	57

3.2 Tratamento dos dados dos Inquéritos – Parte II.....	65
3.2 Análise dos Resultados sobre a Imagens e Vídeos.....	71
3.2.2. Resultados dos alunos do 10º ano	77
3.3 Breve síntese	81
Considerações finais.....	84
Referências bibliográficas	89
Anexos.....	98
Anexo 1 – Inquérito por questionário	99
Anexo 2 – Comentários dos alunos do 8º ano às imagens movimento (vídeo).....	102
Anexo 3 – Comentários dos alunos do 10º ano às imagens fixas (fotografias)	103

Agradecimentos

Quando chegamos ao final de mais uma etapa, é importante agradecer a todos aqueles que de alguma forma nos influenciaram, positivamente, nos ajudaram e apoiaram em todos os momentos, de maior ou de menor facilidade, mas que estiveram sempre lá quando precisamos.

Então começo por agradecer, primeiro, como não poderia deixar de ser, ao meu filho, que esteve sempre lá, do meu lado, em todos os momentos, mesmo que inconscientemente, mesmo sem a percepção de que um simples sorriso e abraço podem mudar tudo, tornar um dia difícil, mais fácil. Obrigado filho! E desculpa filho, por não ter estado ao pé de ti neste ano tão especial, em que tu crescias diariamente e eu não estava lá para observar.

Depois quero também agradecer ao meu marido, companheiro de todas as horas, pela paciência, pelas ausências, pelas dificuldades, mas também pelas alegrias que vivenciamos. Por estes dois anos tão complexos, obrigado!

Seguidamente, à minha mãe, pai, irmão e irmã, pelo apoio, carinho, preocupação, ajuda e por serem tão especiais, tão importantes, tão preocupados, tão meus... não imagino a minha vida sem vocês. Obrigado!

Um agradecimento muito especial à minha orientadora Professora Laura Soares, pelo carinho, pela força, pela motivação, por me ter apoiado naquele momento em que eu mais precisei de uma palavra de incentivo, quando estava próxima de desistir de tudo pelo que tinha lutado. E pela paciência e disponibilidade para ouvir as minhas queixas, reclamações e por ter de ler e corrigir os meus disparates!

Aos meus amigos, Paulo Lemos e Filipe Rocha, por tudo... Por estarem sempre por perto, mesmo estando longe, por nunca se esquecerem de mim em todos os momentos. Por me ajudarem sem nunca pedir nada em troca, por serem uns verdadeiros amigos. Por serem aquelas pessoas especiais que não queremos que saiam nunca das nossas vidas, por serem quem são. E que nunca mudem!

Um agradecimento especial aos meus colegas de estágio, Sofia Costa e Miguel Gomes, pelo companheirismo, interajuda e apoio de me deram e que contribuíram para

que conseguisse chegar ao final, com a sensação de missão cumprida. Sem vocês, teria sido muito complicado.

Como não podia deixar de ser, à minha Orientadora Cooperante, Professora Delminda Gonçalves, pela paciência, apoio, ajuda e conselhos constantes, que me permitiram crescer enquanto pessoa e enquanto profissional. Assim como à Diretora do Mestrado, Professora Elsa Pacheco, pelo carinho, ajuda, apoio e presença constante, sem nunca nos deixar cair no meio de tantos obstáculos.

Quero agradecer, finalmente, a todos quanto de alguma forma contribuíram para que este trabalho de investigação e estágio fossem possíveis: aos alunos do 8º e 10º ano da Escola Secundária de Paredes; a todos os professores do MEG-FLUP que nos apoiaram e ajudaram na concretização dos nossos projectos; a todos os professores e funcionários da escola, pela ajuda, disponibilidade e hospitalidade com que nos receberam e trataram ao longo do ano. Obrigado a todos.

Resumo

Vivemos num período onde a preocupação em torno das questões ambientais aumentou, em parte devido à sobreexploração e consumo excessivo dos recursos naturais e dos produtos deles derivados, não levando em consideração os seus ‘limites de crescimento’, nem as implicações sobre o Desenvolvimento Sustentável e os Direitos Humanos. Com efeito, se na actualidade comprometemos a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades, a verdade é que a distribuição de recursos/rendimentos é cada vez mais desigual, gerando situações de exploração das populações mais pobres e de conflitos armados que perpetuam e mesmo acentuam as diferenças entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. A Educação pode e deve desempenhar uma função essencial neste domínio: a de passar esta mensagem aos jovens, que mais facilmente a conseguem disseminar por toda a sociedade, através da mudança de atitudes e comportamentos que a Educação para a Cidadania, nas suas várias dimensões, pretende promover. Mas para que possam ser desenvolvidas acções específicas, é importante perceber como os nossos jovens encaram estes problemas e, sobretudo, se têm consciência das implicações associadas à utilização dos recursos.

Neste contexto, o presente relatório tem como objectivo analisar a percepção dos alunos do ensino básico e secundário sobre a exploração dos recursos naturais e o seu impacto sobre o desenvolvimento e os direitos humanos. Para o efeito, optamos por uma metodologia centrada na elaboração de um inquérito por questionário e na análise de textos produzidos pelos estudantes sobre um conjunto de imagens (fixas ou em movimento) relacionadas com a temática em causa, procedendo posteriormente ao seu tratamento (estatístico, representação gráfica, interpretação de conteúdos) e análise.

A informação obtida permite concluir que os alunos têm uma percepção geral sobre a importância dos recursos naturais para a sobrevivência de todas as espécies do planeta, assim como sobre o carácter finito – e até insubstituível - de alguns deles (i.e. petróleo, gás natural, carvão). Manifestam ainda sensibilidade para com as situações de injustiça no acesso aos recursos, reconhecendo que não estão distribuídos de igual forma por todas as áreas do mundo - tal como os rendimentos que destes advêm - mas demonstram, pelas suas atividades quotidianas, que necessitam de ser incentivados para a mudança de alguns comportamentos, tornando-se mais interessados, cooperantes, participativos e respeitadores dos ‘limites do crescimento’.

Palavras-chave: Recursos Naturais, Desenvolvimento Sustentável, Direitos Humanos, Educação, Geografia.

Abstract

We live in a period where concern about environmental issues has increased, partly due to the overexploitation and excessive consumption of natural resources and derived products, which does not take into account their 'growth limits', neither the implications over Sustainable Development and Human Rights. Indeed, if we compromise the capacity of future generations to meet their own needs, the truth is that the distribution of resources/income is increasingly unequal, promoting the exploitation of poorest populations and the raise of armed conflicts, that perpetuate and even emphasize the differences between developed and developing countries.

Education can and should play a key role in this subject: transmitting this message to young people, who can more easily disseminate it throughout society, and by changing attitudes and behaviors that Education for Citizenship, in its several dimensions, already promotes. But in order to reach specific actions, it is important to realize how young people face these problems and, above all, if they are aware of the implications associated with the use of resources.

In this context, this report aims to analyze the perception of basic and secondary school students about the exploitation of natural resources and their impact on sustainable development and human rights. To achieve this goal we used a methodology focused on a questionnaire survey and the analysis of texts produced by the students about a set of images (fixed or moving) related to the subject matter, which results were processed (statistical, graphical representation, content interpretation) and analyzed.

The obtained data allows us to conclude that students have a general understanding of the importance of natural resources for the survival of all species on Earth, as well as the finite - and even irreplaceable - nature of some of them (i.e oil, natural gas, coal). They also show sensitivity to situations of injustice in access to resources, recognizing that they are not equally distributed across the world - as well as the incomes that come from them - but they demonstrate, through their daily activities, that they still need to be encouraged to change some behaviors, becoming more interested, cooperative, participatory and respectful of 'limits to growth'.

Keywords: Natural Resources, Sustainable Development, Human Rights, Education, Geography

Índice de Figuras

Figura 1-Classificação dos recursos naturais.....	vi
Figura 2- The world by income, FY2017	13
Figura 3 - Mapa do Concelho de Paredes. Enquadramento da Escola Secundária de Paredes..	42
Figura 4- Palácio da Granja (1) e edifício onde funcionou a ESP antes das obras de requalificação (2).....	43
Figura 5- Escola Secundária de Paredes, após requalificação.....	44
Figura 6- Imagens retiradas do vídeo pitch realizado pela autora.....	53
Figura 7– Fotografias das primeiras fases do ‘Projecto Mural’ – 1ª Fase; 2ª Fase e 3ª Fase.....	56
Figura 8 – Imagens extraídas do vídeo a que os alunos assistiram.....	74
Figura 9 - Exemplo de algumas das imagens analisadas pelos alunos.....	77
Figura 10- Imagens representativas da exploração de mão-de-obra infantil.....	79
Figura 11- Mapas analisados pelos alunos. Desigualdade de acesso à água potável. Os territórios ricos em recursos naturais em África.....	80
Figura 12- 1. Desenvolvimento sustentável. 2. Futuro geracional. 3. Todo iguais todos diferentes	81

Índice de quadros

Quadro 2 – Síntese das respostas dadas pelos alunos aos inquéritos, por ano de escolaridade em %.....	65
---	----

Índice de gráficos

Gráfico 1 – Habilitações literárias dos EE dos alunos das turmas A e B do 10º ano.	49
Gráfico 2- Total da amostra em %.....	57
Gráfico 3- Género da Amostra por nível de escolaridade em %.....	57
Gráfico 4- Respostas dos alunos, em % e por nível de escolaridade, ao item 1,2,3,4.	58
Gráfico 5- Respostas dos alunos, em % e por nível de escolaridade, ao item 8 e 10	62
Gráfico 6- Respostas dos alunos, em % e por nível de escolaridade, ao item 12, 13, 14 e 15....	64

Introdução

A temática *Impactos derivados da exploração dos recursos naturais: perspectiva dos alunos no contexto da educação para o desenvolvimento sustentável e direitos humanos* tornou-se objeto de estudo deste relatório de estágio, no âmbito da unidade curricular *Iniciação à Prática Profissional* (IPP) do Mestrado em Ensino de Geografia no 3º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário (MEG).

A fundamentação desta temática parte do pressuposto que nas últimas décadas têm surgido um conjunto de alterações ambientais e socioeconómicas que devem ser vistas, por todos, com olhos mais atentos e capazes.

Neste sentido, observa-se um crescente interesse pela promoção de atitudes e comportamentos associados com a conservação do ambiente e gestão sustentável de recursos – derivados principalmente de uma sensibilização para questões em torno da relação (direta e indireta) entre as ações dos seres humanos e os efeitos que implicam - mas também com problemáticas relacionadas com os direitos humanos.

A Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD, 1992) e a Declaração Universal do Direitos Humanos (DUDH, 1946), dão ênfase à importância de se criarem sociedades mais sustentáveis e de se conseguir, além disso, criar formas de ouvir a opinião dos mais novos e de os envolver na discussão destas temáticas, por forma a procurar soluções concretas para os vários problemas enunciados. Com efeito, se na declaração da CNUMAD se considera que a (...) *criatividade, os ideais e a coragem dos jovens do mundo devem ser mobilizados para criar uma parceria global com vistas a alcançar o desenvolvimento sustentável e assegurar um futuro melhor para todos*¹, na DUDH reafirma-se, no artº26, que *[a] instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades [promovendo] a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos (...)*².

¹ . Princípio 21º da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Disponível em: <http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/rio92.pdf>. Acesso 20/06/2017.

² . Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>. Acesso 20/06/2017.

Estes princípios articulam-se de forma clara com as orientações da Educação para a Cidadania (DGE, 2013, p.1), que (...) *visa contribuir para a formação de pessoas responsáveis, autónomas, solidárias, que conhecem e exercem os seus direitos e deveres em diálogo e no respeito pelos outros, com espírito democrático, pluralista, crítico e criativo*. Ou seja, pretende-se que o processo educativo contribua para a formação de cidadãos (pro)ativos, informados, sensíveis, empenhados e participativos na tomada de decisões que conduzam à resolução de problemas específicos que afetam a sua comunidade e a sociedade em geral. Neste contexto a educação não pode ficar restrita à escola ou às instituições científicas, mas presente em qualquer meio em que se transmitam e compartilhem conhecimentos e experiências que traduzem um processo sociocultural e histórico da vivência de cada indivíduo (Dias, Leal e Junior, 2016, p.13). Com efeito, segundo Camacho e Araújo (2014, citado por Dias, Leal e Junior, 2016, p.13),

(...) a educação é uma construção que se desenvolve a partir do modo de vida dos grupos sociais, uma invenção da cultura desses grupos. Afinal a vida se mistura à educação. Em todos os espaços que interagimos, participamos de um processo educativo.

Assim, a educação formal ou institucional articula-se de forma permanente com a educação não formal - aquela que se aprende ‘no mundo da vida’ (Gohn, 2014) - ambas desempenhando um papel fundamental, com particular destaque para a Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) e para os Direitos Humanos (EDH). Constituindo duas das diversas dimensões da Educação para a Cidadania, a EDS e a EDH têm vindo a ampliar os seus horizontes, apresentando-se como perspetivas fundamentais para a formação de uma sociedade baseada no conhecimento, respeitadora dos direitos humanos e ambientais e detentora de cultura e de participação cívica ativa, conducente a uma (...) *mudança de atitudes e comportamentos que permita uma gestão mais responsável dos recursos e fomenta uma verdadeira equidade social não só entre gerações como também dentro de cada uma* (Schmidt, Nave & Guerra, 2010, p.56).

Esta orientação, retomando o enquadramento do presente trabalho, torna-se ainda mais importante se pensarmos que vivemos, hoje em dia, momentos de grande contradição. O mundo atravessa um período de prosperidade científica e tecnológica, mas, ao mesmo tempo, está cheio de incertezas e submetido a uma pressão sem precedentes. Efetivamente, como refere Preto (2015, p.2),

De um modo geral, a situação da humanidade continua a melhorar. As pessoas são cada vez mais saudáveis, vivem durante mais tempo, o nível extremo de pobreza tem vindo a diminuir, os níveis de alfabetização têm vindo a aumentar, têm-se assistido a notáveis progressos científico-tecnológicos e o número e diversidade de bens e serviços a que temos acesso é cada vez maior

Contudo, se estas melhorias são evidentes, embora não globais, elas processam-se frequentemente como se a Humanidade pensasse que vive num planeta com recursos infinitos. Na verdade, são cada vez mais evidentes as enormes pressões sobre o meio ambiente, explorando-se os recursos naturais de forma intensiva para cumprir as exigências de uma população crescente e de políticas económicas que servem uma sociedade voltada para o consumo. E note-se que este alerta já data pelo menos de 1972, quando foi lançado o relatório do Clube de Roma, intitulado, em português, *Limites do Crescimento*³. Definindo alguns cenários para a sustentabilidade global para o período compreendido entre 1972 e 2100, nesta obra os autores simulam a interação de cinco subsistemas económicos globais - população, alimentação, produção industrial, poluição e consumo de recursos naturais não renováveis – salientando que o crescimento desregrado e os padrões de consumo desadequados não se podem manter ao ritmo observado, sob pena de esgotamento dos recursos naturais não renováveis e mesmo um colapso fatal se permanecer a tendência de crescimento exponencial (Clube de Roma, 2011; Sleurs, 2008; Turner, 2008).

Mas se é verdade, como já referimos, que se tem assistido a algumas melhorias, nomeadamente em alguns indicadores do desenvolvimento humano, essas melhorias tendem a centrar-se nos países mais desenvolvidos e mesmo a promover um agravamento das desigualdades – a nível mundial, regional e local - verificando-se (...) *uma distância cada vez maior entre as condições de vida das minorias privilegiadas que ostentam padrões de consumo dos países ricos e os das massas deserdadas da população* (Rattner, 1977, p.19). Efetivamente, continuam a existir regiões no mundo

³ *The Limits to Growth*, by Donatella H. Meadows; Dennis L. Meadows; Jorgen Randers; William W. Behrens III. A Report for the Club of Rome's Project on the Predicament of Mankind, 1972. Neste relatório (p.86-87), as palavras eram bem claras sobre a exploração dos recursos:

The apparent goal of the present world system is to produce more people with more (food, material goods, clean air and water) for each person. (...) if society continues to strive for that goal, it will eventually reach one of many earthly limitations. (...) it is not possible to foretell exactly which limitation will occur first or what the consequences will be, because there are many conceivable, unpredictable human responses to such a situation. It is possible, however, to investigate what conditions and what changes in the world system might lead society to collision with or accommodation to the limits to growth in a finite world.

que sofrem carências gravíssimas ao nível das necessidades mais básicas, para já não falar dos regimes políticos repressivos a que se vêm submetidas, levando-nos a questionar como se pode promover o desenvolvimento sustentável num mundo onde impera a desigualdade e o desrespeito pelos mais elementares direitos humanos. E esta situação, para alguns autores (i.e. Le Billon, 2001; Collier, 2007; Lujala, 2010; Cuvelier, Vlassenroot e Olin, 2013), torna-se ainda mais grave se pensarmos que pode desencadear ou agravar conflitos armados, na base dos quais está frequentemente a luta pela posse de recursos naturais.

Partindo deste enquadramento, pretendemos neste relatório de estágio analisar a perceção dos alunos do ensino básico e secundário sobre a exploração dos recursos naturais e o seu impacto sobre o desenvolvimento e os direitos humanos. Como ponto de partida, formulamos um conjunto de questões às quais nos propomos responder de forma clara e precisa no final deste trabalho:

1. Que imagem existe acerca dos vários problemas socioeconómicos e ambientais que afetam o nosso planeta no século XXI?
2. Qual a perceção dos alunos sobre a exploração e uso dos recursos naturais? Será que têm a noção da forma como esses recursos chegam até nós?
3. Será que os recursos naturais são, para os alunos, essenciais à vida e exercem algum tipo de controlo sobre o grau de desenvolvimento diferenciado das sociedades?
4. A Educação tem ou deve ter um papel fulcral na formação de cidadãos atentos e ativos na resolução de problemas socioeconómicos e ambientais associados ao excesso de exploração e uso dos recursos naturais?
5. Será que a Educação para a Cidadania, nas suas orientações para o Desenvolvimento Sustentável e Direitos Humanos, constitui uma prática essencial para a mudança das mentalidades e atitudes conducentes à mitigação dos problemas derivados do consumo exagerado de recursos naturais?
6. Quais os caminhos possíveis, através da Educação, para se conseguir consciencializar todos da gravidade dos problemas que afetam e continuarão a afetar o mundo se o nosso comportamento não se alterar?

Para conseguirmos responder a estas questões centrais, traçamos um conjunto de objetivos específicos que visam:

- **Verificar** a percepção dos alunos do 8º e 10º ano de escolaridade sobre os recursos naturais e sobre a sua importância para o desenvolvimento dos países;
- **Analisar** o impacto da exploração e utilização dos recursos naturais no desenvolvimento dos países e respeito pelos direitos humanos;
- **Refletir** sobre os possíveis resultados da não alteração de atitudes e comportamentos em relação ao ambiente e, particularmente, aos recursos naturais;
- **Propor** alternativas passíveis de mitigar os principais problemas decorrentes do (sobre)uso e (sobre)exploração dos recursos naturais.

A metodologia utilizada envolveu várias etapas e recursos aplicados no decorrer da nossa IPP na Escola Secundária de Paredes (ESP), metodologia que será posteriormente descrita de forma mais exaustiva. Em termos globais envolveu a aplicação de um inquérito por questionário para aferir a percepção dos alunos do 8º e 10º anos de escolaridade sobre a temática em causa, inquérito que foi precedido pela visualização de um vídeo elaborado de forma a transmitir várias informações sobre os diferentes aspectos ligados à exploração dos recursos naturais. Seguidamente e considerando o nível de escolaridade, os alunos elaboraram dois pequenos exercícios visando expressar o que visualizaram de forma escrita (os do 8º ano) ou utilizando, para além do vídeo, um conjunto de imagens, previamente selecionadas, e passando, também para a forma escrita (os do 10ºano) as suas ideias sobre o tema tendo em conta ambos os elementos facultados.

Considerando o exposto, definimos uma estrutura de trabalho que contempla três capítulos principais.

No *Capítulo I - Enquadramento concetual*, serão enunciados e definidos um conjunto de conceitos pertinentes, tais como: recursos naturais e forma como estes são explorados e utilizados no planeta; a importância dos recursos naturais para a sobrevivência e qualidade de vida; a imagem e papel da Educação para a Cidadania nas vertentes do desenvolvimento sustentável e direitos humanos; o agravamento e/ou emergência de conflitos armados em ligação com o uso e exploração dos recursos naturais, mais concretamente, nos países em desenvolvimento.

O *Capítulo II – Caracterização do estudo de caso*, centra-se na apresentação e descrição da natureza da investigação efetuada. Assim, começamos por caracterizar o

contexto onde foi aplicado o projeto/investigação de forma a dar a conhecer a realidade onde estávamos inseridos e na qual desenvolvemos a nossa atividade de IPP, fazendo referência ao Projeto Educativo da ESP e às turmas que constituíram a nossa amostra. Descreve-se igualmente a metodologia aplicada, justificando os seus propósitos e pormenorizando cada uma das experiências desenvolvidas.

No que diz respeito ao *Capítulo III - Análise dos resultados*, tal como o próprio nome indica, serão apresentados e discutidos os resultados obtidos através das metodologias utilizadas.

O presente relatório termina com as *Considerações Finais*, apresentando-se algumas das principais reflexões/conclusões sobre a forma como os alunos percecionam os recursos naturais e a sua importância, assim como sobre as suas propostas para melhorar o uso dos recursos naturais, promovendo o desenvolvimento sustentável e uma participação ativa na luta pelos Direitos humanos.

Capítulo 1 – Enquadramento Concetual

1.1 Nota Introdutória – Recursos Naturais

É notório, nos últimos anos, um rápido e crescente interesse pelos comportamentos relacionados com a conservação do ambiente numa ótica do desenvolvimento sustentável, principalmente no que respeita à situação atual de crise que a humanidade está a enfrentar a vários níveis.

Neste capítulo, como referimos anteriormente, vamos abordar várias questões relacionadas com os recursos naturais, designadamente a forma como estão a ser explorados e utilizados. Se a sobrevivência e qualidade de vida das populações assenta na sua gestão sustentável, a distribuição espacial variável de recursos e técnicas de exploração gera situações de desigualdade, que podem estar na base da ascensão de conflitos.

Natural resource conflicts are disagreements and disputes over access to, and control and use of, natural resources. These conflicts often emerge because people have different uses for resources such as forests, water, pastures and land, or want to manage them in different ways (...) In recent years, the scope and magnitude of natural resource conflicts have increased and intensified. These conflicts, if not addressed, can escalate into violence, cause environmental degradation, disrupt projects and undermine livelihoods (FAO, 2000, p.1).

Todas as preocupações que existem em torno desta temática, têm a sua lógica. Mas será que a nossa preocupação combina com as nossas atitudes e comportamentos, perante elementos tão fundamentais à continuação da vida no nosso planeta? As atividades humanas e todo o processo produtivo estão a ter em consideração todas estas questões relacionadas com a degradação do ambiente, o esgotamento dos recursos naturais, os limites que se impõem ao crescimento e o equilíbrio ecológico? O mais certo é que a resposta a estas questões seja a mesma: existe de facto preocupação, mas a mudança de comportamentos e de atitudes ainda não é suficientemente abrangente para causar um impacto global.

Daí ser urgente que os jovens entrem em contacto, cada vez mais cedo, com

questões relacionadas com a sustentabilidade. Não um tipo de sustentabilidade assente, exclusivamente, na reciclagem e na poupança de água em casa, ao lavar os dentes e a tomar banho, por exemplo. Mas deve antes assentar numa mudança completa de mentalidades, consciencializando os mais novos, através da Educação para a Cidadania, que o desenvolvimento sustentável, sempre em sintonia com os direitos humanos, implica (entre outros aspectos) travar o consumo excessivo de recursos naturais - para que as futuras gerações consigam ter acesso ao seu usufruto - e promover uma maior equidade na sua distribuição mundial.

Só atuando nas gerações mais novas é possível promover o desenvolvimento sustentado, contribuindo para que os jovens se apropriem deste novo paradigma de desenvolvimento ao longo da vida (Figueiredo, Almeida, César, 2004).

Além do já referido, é deveras importante que façamos chegar a todas as comunidades - escolar, institucional e a sociedade em geral - a forma como alguns bens e equipamentos (sem os quais já ‘não conseguiríamos viver’) chegam até nós. Consideremos, a título de exemplo, as baterias dos telemóveis. Os seus constituintes, de que se destaca o lítio (já designado ‘ouro branco’) e o cobalto, são conseguidos, à semelhança de muito outros, através da exploração de mão-de-obra em que frequentemente se incluem crianças⁴. De acordo com a Amnistia Internacional (2016), nas explorações de cobalto da República Democrática do Congo as pessoas são obrigadas a trabalhar de sol-a-sol, muitas vezes sob coacção de forças de ‘segurança’, com um ordenado reduzidíssimo ou mesmo sem receberem qualquer retribuição e correndo graves riscos de saúde.

Estes produtos são posteriormente enviados para os países desenvolvidos, mais ricos, onde serão vendidos a grandes empresas e utilizados para produzir vários instrumentos eletrónicos adquiridos por todos nós.

As montras vistosas nas lojas e o marketing das tecnologias de ponta são um contraste bastante gritante às imagens de crianças a carregarem sacos de

⁴. *Amnesty International and Afrewatch researchers interviewed 17 boys and girls in Kolwezi and Kambove who had mined, collected or handled cobalt. The youngest was seven years old when he worked at the mine. (...) As well as the routine hardships of daily work, artisanal mining can be dangerous and damaging for children in other ways. A child protection officer working at UNICEF told researchers that living or working in these areas exposes them to physical abuse, drug abuse, sexual exploitation and violence. Amnesty International and Afrewatch researchers interviewed several children who said they had been beaten, or seen other children beaten, by security guards at mines in Kolwezi.*(Amnistia Internacional, 2016, p.28 e 30)

pedras e de mineiros enfiados em túneis apertados permanentemente em risco de sofrerem danos nos pulmões (...) Milhões de pessoas no mundo inteiro gozam dos benefícios das novas tecnologias mas raramente se questionam como é que são feitas. É mais do que chegada a altura para as grandes marcas assumirem responsabilidades sobre a mineração das matérias-primas que fazem parte dos seus lucrativos produtos⁵.

Note-se, ainda, que os lucros da venda destes recursos são na grande maioria utilizados, não para ajudar os países em desenvolvimento a crescer e a desenvolverem-se, mas antes para alimentar conflitos armados em que as populações são vítimas de graves violações dos direitos humanos.

1.1.1 Os Recursos Naturais e a sua classificação

Desde os primórdios que as civilizações espalhadas pelo mundo se fixaram, de forma estratégica, em locais próximos das principais fontes de elementos essenciais à sua sobrevivência, ou seja, de recursos naturais. O Homem viveu na natureza e com a natureza durante milhares de anos, sem que houvesse uma interferência significativa nas diversas espécies e elementos presentes no planeta (Peres, 2011).

Mas, das mais diferentes formas, a sociedade foi consumindo os recursos naturais. Ao longo dos séculos e à medida que o desenvolvimento das sociedades aumentava, subia consigo, e da mesma forma, o consumo e exploração dos recursos naturais: nós, humanos, extraímos e colhemos quantidades cada vez maiores de recursos naturais dos ecossistemas, (...) *around 60,000 billion kg (or 60 billion tonnes) annually* (Giljum *et al.* 2009, p.9).

Extraem-se da natureza recursos renováveis e não renováveis, ambos, essenciais ao desenvolvimento de todas as atividades humanas. Outros materiais são extraídos ou removidos do solo para se aceder a recursos mais valiosos (i.e. ouro e diamantes), que estão muitas vezes associados à origem de graves conflitos socioambientais (Collier e Hoeffler 1998, 2005; Fearon, 2005; Lujala, 2009).

A extração e processamento dos recursos naturais é, na maior parte das vezes

⁵. <http://www.amnistia.pt/index.php/noticias/noticias-860021/2321-2016-01-18-17-05-13>. Acesso 20-07-2017.

intensiva, na forma como utiliza os materiais, energia, água e o próprio solo. Tal origina vários problemas ambientais, como a degradação de terras férteis para a obtenção de determinados recursos, a escassez de água (devido á sua má gestão e sobre utilização) e poluição da mesma (devido aos produtos tóxicos utilizados na extracção), ou a destruição de vastas áreas florestais. Quanto aos problemas sociais relacionados com as atividades de extração, podemos dar ênfase aos mais graves, como a violação constante dos direitos humanos, as fracas ou inexistentes condições de trabalho ou os baixos salários que os trabalhadores auferem neste tipo de atividades.

Mas antes de prosseguirmos, é importante fazer referência ao que são, afinal os recursos naturais, e o porquê da sua importância para a sobrevivência de todas as espécies existentes no Planeta.

Os recursos naturais podem ser definidos como (...) *materials that occur in the nature and are essential or useful to humans, such as water, air, land, forest and wildlife, topsoil, and minerals* (United States Institute of Peace 2007, p. 4). Assim, (...) *são bens susceptíveis de aproveitamento económico ou de utilização pela Humanidade e que, por princípio, não são produzíveis pela acção humana* (Pereira, Zêzere e Morgado, 2005, p.1), podendo ser classificados com base na sua origem (bióticos e abióticos) e considerando se são renováveis ou não renováveis (*exhaustibility*). Os renováveis são recursos que podem ser repostos ao longo do tempo por processos naturais (FIG.1), pelo que se não forem utilizados de forma excessiva, tendo em conta as limitações da sua capacidade reprodutiva, são ‘indefinidamente’ sustentáveis (World Trade Report, 2010); os não renováveis são recursos disponíveis em quantidades limitadas e finitas - como os combustíveis fósseis e os minerais - cujo valor tende a aumentar à medida que os seus quantitativos diminuem (United States Institute of Peace, 2007).

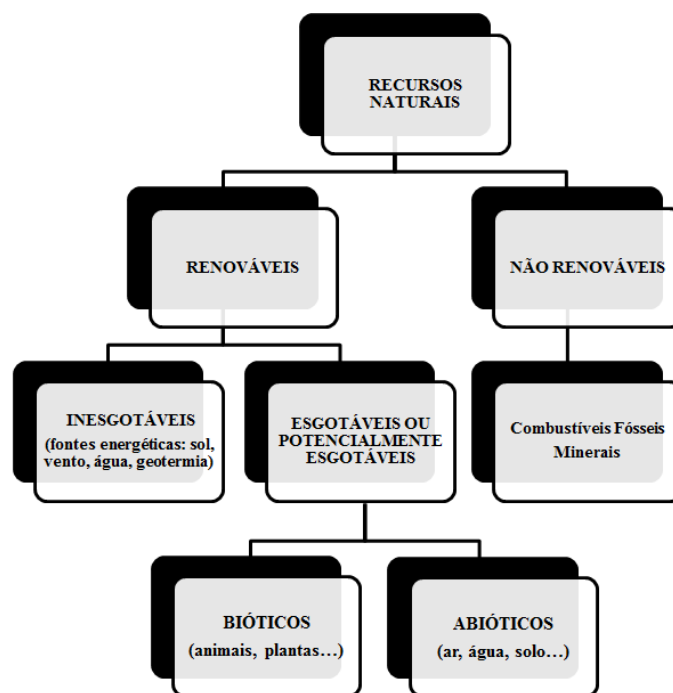


Figura 1-Classificação dos recursos naturais.

Sendo materiais que ocorrem na natureza e são essenciais ou úteis aos seres humanos – pois sem o uso constante dos recursos naturais, nem a economia nem a sociedade funcionam⁶ - os recursos podem ser finitos ou não, dependendo da sua forma e da sua utilização.

1.1.2 A História do Consumo dos Recursos naturais

Com o desenvolvimento industrial e tecnológico que caracteriza a sociedade atual, produziram-se um conjunto de alterações graves, como não há, na história do Homem, conhecimento de outras iguais. Estas alterações dizem respeito ao rápido crescimento do consumo destes recursos, que têm causado danos severos, que poderão, num futuro próximo, pôr em risco a sua disponibilidade e utilização. Com efeito, *Humans today extract and use around 50% more natural resources than only 30 years ago, at about*

⁶. A natureza fornece-nos todos os recursos essenciais à vida - energia para nos aquecermos, para produzirmos electricidade, para nos movermos; madeira para fazermos os móveis e o papel; algodão para produzirmos as roupas que vestimos; os materiais de construção utilizados nas casas e estradas; os alimentos e água, vitais a uma vida saudável (Giljum *et al.*, 2009).

60 billion tonnes of raw materials a year (Giljum *et al.*, 2009, p.3)

A exploração desenfreada dos recursos naturais, que se inicia aquando da Revolução Industrial, está associada a várias circunstâncias. Por exemplo, implicou um aumento da produção agrícola associada ao crescimento demográfico propiciado por um conjunto de avanços importantes na medicina, assim como a proliferação de novos instrumentos que trouxeram ao quotidiano das populações um maior conforto e mais comodidade (Ponting, 1993). Introduz-se o uso dos combustíveis fósseis – primeiro o carvão, mais tarde o petróleo e o gás natural. Rapidamente a humanidade tinha disponível para si novas fontes de energia, o que permitia produzir mais e a preços acessíveis, gerando um excesso de consumo que, sendo um pré-requisito para o crescimento económico, também foi responsável pelo agravamento progressivo de situações de conflito⁷ e acentuou as desigualdades socioeconómicas e culturais entre países.

De qualquer modo, as modificações enunciadas conduziram a melhores condições de vida, permitindo um aumento considerável do número total de habitantes do planeta. Se existe mais população tem que haver também maior produção (conseguida através da introdução das máquinas e produtos químicos), implicando obrigatoriamente uma sobreexploração e uso dos recursos naturais para satisfazer as necessidades de ‘todos’.

Com tudo o que atrás se referiu, é impossível que a natureza não tenha sofrido profundas transformações ao longo dos anos. Estas reflectem-se, por exemplo, na diminuição das reservas de água potável, na redução das áreas florestais e perda de biodiversidade, na (in)disponibilidade de solos férteis, frequentemente ocupados pela expansão do edificado, na progressiva degradação da qualidade do ar.

Se quisermos continuar a viver e a ter acesso aos mesmos recursos, precisamos de alterar os nossos estilos de vida, tornando-os mais sustentáveis:

We can lead a sustainable lifestyle by making choices and taking actions that minimize the use of natural resources, the generation of emissions, wastes and pollution. Creating a sustainable lifestyle means rethinking our ways of living, how we buy and how we organize our everyday lives. It is about transforming our societies towards more equity and living in balance with our natural environment (UNESCO and UNEP, 2016, p 36).

⁷ . Como referem Brown e Stewart (2015, p. 14), *the contest for control over declining natural resources, often intensified by population pressures, is a major cause of violent conflict around the world.*

1.1.3 A Distribuição Desigual dos Recursos Naturais

Além da situação ambiental crítica que se vive atualmente, somente um quarto da população mundial consegue adquirir e beneficiar do sistema mundial de extração e comércio dos recursos naturais (Giljum *et al.*, 2009). Com efeito, uma percentagem substancial da população continua a viver abaixo do limiar de pobreza⁸, ou seja, 'subsistem' sem acesso aos recursos mínimos – alimentação, água potável e uma habitação condigna. E apesar do decréscimo progressivo dos mais pobres [in] 2013, *an estimated 767 million people were living under the international poverty line of US\$1.90 a day (...). This means that almost 11 people in 100, or 10.7 percent, were poor* (World Bank Group, 2016, p.35-36). De acordo com a mesma fonte e para 2017 (Figura 2), 16% dos 189 países membros do *World Bank* são classificados como de baixo Rendimento Nacional Bruto (RNB) *per capita* (\$1,005 ou menor) e 28% como de baixo a médio (\$1,006-3,955).

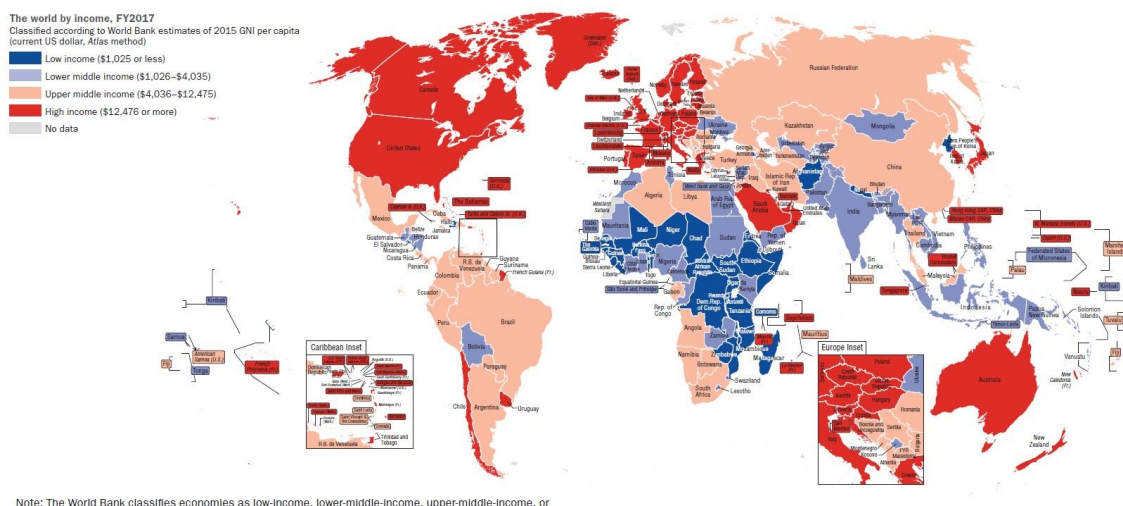


Figura 2- The world by income, FY2017

Figura 2 – Rendimento Nacional Bruto per capita. Extraído de <https://data.worldbank.org/products/wdi-maps>. Acesso 06-06-2017.

A generalização do modelo económico que se apresenta na atualidade, onde há uma intensiva exploração e utilização dos recursos naturais, principalmente nas

⁸ Segundo a OCDE, o limiar de pobreza é o *Rendimento que é considerado minimamente suficiente para sustentar uma família em termos de alimentação, habitação, vestuário, cuidados de saúde, etc.*, Disponível em: <http://observatorio-das-desigualdades.cies.iscte.pt/index.jsp?page=indicators&id=111>. Consultado a 06-06-2017.

sociedades ocidentais, está na base na distribuição de rendimentos observada. Prevê-se que em meados do século XXI este estilo de vida e de consumo não será ambientalmente possível nem económica e socialmente sustentável, pois alguns recursos começam a atingir os seus limites. Por outro lado, a evolução tecnológica vai permitindo substituir estes recursos, acentuando as disparidades económicas entre países desenvolvidos (PD) e em desenvolvimento (PED) - muitos deles exportadores de matérias-primas, sem as mais-valias associadas à sua transformação⁹ - assim como agravando as tensões sociais no contexto dos países mais pobres, considerando a concentração da riqueza nos indivíduos detentores do poder (Dabla-Norris *et al.*, 2015; OXFAM, 2016).

Quanto ao comércio internacional destes produtos, aumentou enormemente nas décadas mais recentes, podendo apoiar o desenvolvimento económico dos países mais pobres, uma vez que, sendo os PD os maiores consumidores, têm de importar produtos provenientes dos PED, e contribuir para o crescimento e desenvolvimento. Contudo, acelera a extração e faz com que se coloque em risco as demandas globais de recursos, aumentando as pressões ambientais e em comparação, os ganhos adquiridos não aumentam na mesma proporção. Salvo, claro, algumas exceções, como são o caso dos países da OPEC, no que diz respeito ao petróleo (Giljum *et al.*, 2009).

If managed with high environmental and social standards and under effective local governance structures, exports of natural resources can have positive impacts on regional development in poorer countries (Giljum *et al.*, 2009 2009, p.16). Se os recursos naturais forem bem geridos, tendo em conta padrões ambientais e sociais sustentáveis, podem ter impactos positivos no desenvolvimento das regiões mais pobres, como é o caso do Comércio Justo¹⁰ em alguns países.

⁹. Com efeito, nem sempre são os países que detêm os recursos que fazem a sua exploração, por limitações tecnológicas. Os governos destes países acabam por vender a concessão das explorações a grandes empresas multinacionais, que posteriormente fazem a sua extração e comércio. Ou então são os países detentores de recursos que os exploram, exportando-os, quase na sua totalidade, de forma a contribuir para o crescimento económico mas sem o valor acrescido que deriva da sua transformação. Estamos a falar de recursos como minerais, madeira, produtos agrícolas, pedras preciosas, diamantes, ouro entre outros, particularmente abundantes em África e América do Sul (Stiglitz, 2010; Felipe, Kumar e Abdon, 2010).

¹⁰. *É um movimento internacional, criado nos anos 1960 na Holanda (com experiências antecessoras nos Estados Unidos na segunda metade dos anos 1940), baseado na promoção de uma **aliança entre todos os atores da cadeia comercial**, dos produtores/as aos consumidores/es, excluindo os intermediários não necessários, visando denunciar as injustiças do comércio e construir princípios e práticas comerciais cada vez mais justos e coerentes.*

Infelizmente, o comércio internacional, atualmente, em vez de equilibrar, acaba por reforçar as desigualdades no uso dos recursos. Estando a população dos países mais ricos a consumir dez vezes mais do que as pessoas dos países mais pobres (...) *People in rich countries consume up to 10 times more natural resources than those in the poorest countries.* (Giljum *et al.*, 2009, p.20). Estas diferenças dizem respeito, principalmente, aos estilos de vida das populações dos diferentes países, com níveis de desenvolvimento, também eles distintos.

Contudo, nos últimos 200 anos o desenvolvimento industrial baseou-se, essencialmente, na energia produzida pelos combustíveis fósseis, assim como nas matérias-primas. No entanto, nos últimos anos, os preços quer das matérias-primas, quer mesmo dos combustíveis fósseis tem sofrido variações significativas devido à própria flutuação da procura, gerando situações de crise nos países cuja economia é muito dependente da sua comercialização (veja-se, por exemplo, o que aconteceu no Brasil). Para além disso, enquanto (...) *the recent decline in oil prices will benefit the global economy as a whole, the speed and magnitude of the price drop could trigger financial strains in several areas* (Husain *et al.*, 2015, p.29). Por outro lado, o preço dos recursos naturais continua demasiadamente baixo, não contemplando os custos associados aos impactos gerados pela sua exploração e consumo. A título de exemplo, Giljum, *et al.* (2009, p.5) dão conta que (...) *cheap oil has been the fuel for globalization and increasing international trade, without the costs of this fuel use – e.g. climate, pollution and noise impacts of transport – being included in the price.*

Desta forma, alcançar os padrões adequados da utilização dos recursos é a pedra basilar para o desenvolvimento sustentável: *um mundo sustentável precisa de regras, leis, padrões, fronteiras, tratados e restrições sociais, como é lógico, mas regras para a sustentabilidade que serão colocadas no lugar onde não se destroem liberdades, mas se criam liberdades e proteção para todos* (Meadows, Renders e Meadows 2004, p.23, tradução da autora).

Esta ideia foi inspirada pela posição de alguns países do Sul, em 1964, na Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (CNUCED), onde defendiam uma nova conceção do apoio ao desenvolvimento: “*trade, not aid*”, mas sem terem obtidos sucesso. Disponível em: <https://www.cidac.pt/index.php/o-que-fazemos/comercio-e-desenvolvimento/comercio-justo/>, consultado em 07/06/2017

1.1.4 Os Recursos Naturais e o Desenvolvimento Sustentável

‘Criar’ este novo mundo não é uma tarefa fácil. O consumo dos recursos e a sua presença material estão, inseparavelmente, relacionados com a justiça global e os direitos humanos, dificilmente cumprindo estes valores, uma vez que os recursos não estão distribuídos de igual forma por todos os países e regiões do nosso planeta e, frequentemente, quem os explora são grandes empresas dos PD. Esta apropriação implica que os PED tenham acesso a nada ou muito pouco, o que nos leva a concordar com o que nos diz Rattner (1977, p.18):

Os maiores obstáculos a uma ordem mundial mais equilibrada e justa não são de natureza económica ou técnica: são as estruturas sociais e políticas que estão na origem do sistema de distribuição desigual de riquezas e de poder, ao nível nacional ou internacional.

Precisamos de começar a tomar atitudes, hoje, para se avançar para um uso mais sustentável e equitativo dos recursos naturais. Os países ricos devem apoiar os PED a superar a pobreza e a aumentar a qualidade de vida dos seus habitantes, pagando preços justos pelos materiais que exploram directamente ou importam.

Mas para além disso, num mundo que se enfrenta com recursos finitos, é importante reflectir sobre os seus níveis de seu consumo e garantir a conservação do ambiente. Neste contexto, as sociedades atuais devem promover o controlo e diminuição do consumo, desmesurado, dos recursos naturais. Para isso, para se atingir um nível sustentável na utilização dos recursos naturais, não precisamos de estagnar em termos económicos, muito menos teremos que voltar à Idade da Pedra. Precisamos, todavia, de encontrar novos modelos, que assegurem a elevada qualidade de vida de todas as pessoas do planeta, sem colocar em risco o esgotamento e deterioração dos recursos naturais (Meadows *et al.*, 1972).

Apesar de se ouvir, constantemente, que alguns PD visam reduzir o consumo de recursos e a emissão de gases poluentes para a atmosfera - sendo estes países que detêm maior poder e avanços tecnológicos para o fazer - ainda estamos muito longe de cenários ideais, de atingir o tão preconizado desenvolvimento sustentável. Pois, (...) *a bem verdade, parece que a “nave espacial terra” corre sem rumo e sem capitão!* (Rattner 1977, p.20). De tal forma que, para Filho (1999, p.243), seja impossível

(...) que no mundo capitalista venha a atingir-se o desenvolvimento sustentável, com suas dimensões básicas de equidades intrageracional

(garantia de qualidade de vida a todos os contemporâneos), intergeracional (às pessoas das próximas gerações, mediante a preservação do meio ambiente) e equidade internacional (de todos os países, ou independentemente de localização geográfica).

Em suma, os PD devem, globalmente, reduzir a utilização dos recursos naturais e, devem fazê-lo de forma mais sustentada e eficiente. Conseguindo uma melhoria relativa na eficiência dos recursos. Mas se os recursos naturais em geral forem mal geridos, principalmente porque o seu consumo está acima da sua capacidade de renovação, então a humanidade incorrerá num grande erro e poderá sucumbir, assim como os seus recursos (Alves, 1998; Meadows, Randers, Meadows, 2004). Desta forma, o aumento da eficiência na produção de bens e serviços é a chave que conduzirá a um desenvolvimento sustentado e que contribuirá para que as futuras gerações tenham acesso e consigam, igualmente, satisfazer as suas necessidades, tal como nós, no presente - *development that will preserve the prospects of future generations* (Press and Siever, 2000, citado por Jorge 2012, p. 11).

1.2. Educação, Desenvolvimento Sustentável e Direitos Humanos

1.2.1. Nota introdutória

É notório, nos últimos anos, o crescente interesse pelas questões ambientais e pela promoção de processos que tenham em vista a mudança de comportamentos e atitudes perante o ambiente e a situação de crise ambiental que se atravessa.

O caminho da sustentabilidade faz-se precisamente através da mudança de atitudes e comportamentos, crenças e valores, motivações e prioridades, que, associadas e condicionadas pelo conhecimento, determinam as decisões de cada indivíduo relativamente ao seu estilo de vida¹¹ (Jaén e Barbudo, 2010). Dessa forma, é importante

¹¹. O termo ‘estilo de vida’ pode ser definido de diferentes formas. Simplificando, podemos considerar que é a (...) expressão dos conhecimentos, valores e práticas sociais, sendo, por eles, expresso na fórmula KVP Model (sigla do inglês Knowledge Values Practices), embora possa surgir (...) como um demarcador simbólico das diferenças entre classes, visível nos habitus de classe que exprimem os gostos

compreender de que modo o nosso estilo de vida pode ou não interferir e promover o Desenvolvimento Sustentável.

Os jovens constituem um reflexo da população em geral, sendo estes os que manifestam uma maior preocupação e sensibilidade pelos problemas ambientais, essencialmente gerados pelas atividades humanas. Dizem-se mais informados sobre todas as questões relacionadas com o ambiente e até alteram alguns comportamentos no seu quotidiano, no entanto estão profundamente imbuídos do ‘espírito’ consumista que orienta a sociedade em geral (Peres, 2011).

Estas questões levam-nos à interrogação sobre o papel da Escola na alteração de atitudes e comportamentos dos cidadãos. Se partirmos do princípio que a (...) *educação é a chave para se conseguir uma maior percepção dos cidadãos sobre a importância dos factores socioculturais na génese dos problemas ambientais* a escola pode mobilizar a (...) *sociedade através dos alunos, das suas famílias e da restante comunidade educativa* (Peres 2011, p.3) no sentido de promover a tomada de consciência dos efeitos sobre o ambiente das atividades humanas e, consequentemente, ajudar a alterar comportamentos nefastos.

A educação ambiental, numa primeira fase, e a educação para o desenvolvimento sustentável na fase seguinte¹², surgem, desta forma, como a melhor alternativa na formação de uma sociedade que tenha por base o conhecimento e que, acima de tudo, respeite os direitos humanos e ambientais assumindo os indivíduos uma cidadania ativa, que consiga conduzir a uma (...) *mudança de atitudes e comportamentos que permita uma gestão mais responsável dos recursos e fomente uma verdadeira equidade social não só entre gerações, como também dentro de cada uma* (Schmidt, Nave e Guerra 2010, p. 56).

Esta mudança de atitudes e comportamentos é fundamental para que se consiga alcançar a verdadeira Educação para a Cidadania, cujas orientações incorporam, entre outras dimensões, a Educação para o Desenvolvimento e para os Direitos Humanos. Somente chegando aos mais novos conseguimos garantir a sustentabilidade e equidade da nossa civilização, promovendo novas aprendizagens que contribuam para a

e preferências dos indivíduos, bem como as suas necessidades objectivas (Braga, Fiúza e Remoaldo, 2017, pp. 375 e 377).

¹². De acordo com os Objetivos do Milénio (ODM, ano?, p.27) [a] *educação é um elemento indispensável para que se atinja o desenvolvimento sustentável*.

‘formação integral’ dos nossos educandos (Figueiredo, Almeida e César, 2004). Pois como refere Gadotti (2008, p.11), *[v]ivemos uma crise de civilizações. (...) A educação poderá ajudar a superá-la (...)*.

1.2.2. Educação para a Cidadania – perspectiva ambiental

Se a escola assume como principal tarefa a formação dos jovens, deve proporcionar-lhes conhecimentos de temáticas variadas e que sejam significativas, contribuindo para que estes possam ser (...) *catalisadores de mudanças conceptuais e atitudinais em relação ao ambiente*, intervindo ativamente na sociedade (Peres 2011, p.4).

Na verdade, a escola enfrenta vários e novos desafios, devendo preparar os alunos, cidadãos, para os reptos do século em que vivemos.

A cidadania é geralmente entendida como um conjunto de direitos e deveres do indivíduo que pertence a uma dada comunidade (Martins e Mogarro, 2010), traduzindo-se por atitudes, comportamentos e formas de viver em sociedade tendo (...) *como referência os direitos humanos, nomeadamente os valores da igualdade, da democracia e da justiça social* (DGE 2013, p.1).

A Educação para a Cidadania (EC), tal como especificado nas suas linhas orientadoras, (...) *visa contribuir para a formação de pessoas responsáveis, autónomas, solidárias, que conhecem e exercem os seus direitos e deveres em diálogo e no respeito pelos outros, com espírito democrático, pluralista, crítico e criativo* (DGE 2013, p.1), permitindo capacitar os futuros cidadãos a participar, activamente, numa complexa, sociedade em permanente transformação.

As orientações da EC, assim como outros documentos de referência associados¹³, refletem o importante papel que a escola tem na aprendizagem e na prática da cidadania, bem como as preocupações da sociedade em geral na formação dos seus jovens. Efetivamente, a EC desdobra-se em várias dimensões (14 no total), incorporando, para além das já referidas Educação para o Ambiente/Desenvolvimento Sustentável (EDS) e

¹³ . Disponíveis em <http://www.dge.mec.pt/educacao-para-a-cidadania/documentos-de-referencia>. Acesso 25-07-2017.

para os Direitos Humanos (EDH), a Educação para a Igualdade do Género, para a Segurança e Defesa Nacional, para a Saúde e Sexualidade, entre outras (DGE 2013).

Enquanto área transversal (...) *passível de ser abordada em todas as áreas curriculares, não sendo imposta como uma disciplina isolada obrigatória, mas possibilitando às escolas a decisão da sua oferta nos termos da sua materialização disciplinar autónoma*,¹⁴ a EC fortifica as atitudes e os procedimentos que devemos ter para com o ambiente, os direitos humanos, a justiça social e a igualdade entre e inter gerações (Schmidt, Valente e Guerra, 2010).

Para autores como Martins e Mogarra (2010, p.192) o que se deve ensinar em cidadania é muito amplo e nada concreto, *se é que é possível ensinar algo a esse respeito (...) a cidadania deve ser vivida. Supomos que pode ser ensinada, porque ensinar e educar não é algo separado da vida e da experiência*.

Uma das temáticas fundamentais neste contexto prende-se com as preocupações ambientais, já preconizadas em meados do século XX através da Educação Ambiental. Constatase, contudo, que apesar de ter sido introduzida há alguns anos, os resultados a favor do ambiente não são muito evidentes. E, atualmente, com a nova denominação, Educação Ambiental/Desenvolvimento Sustentável (EDS)¹⁵, o que se faz não é do conhecimento geral, sendo necessária (...) *uma maior intensificação do papel do sistema escolar na formação ambiental dos cidadãos* (Schmidt, Nave e Guerra 2010, p.22).

Efetivamente é imprescindível oferecer a crianças e adolescentes oportunidades, conhecimentos, construções e atividades reais que lhes possibilitem entender e reflectir criticamente sobre assuntos que dizem respeito ao seu meio envolvente, nomeadamente prever e planear soluções (Gadotti, 2010). Só assim a educação contribui para uma mudança nos jovens e cidadãos em geral, numa perspectiva que alia a economia e o consumo sustentável, para que alcancemos o novo paradigma (Schmidt, Valente e Guerra, 2010).

¹⁴ . Decreto-Lei nº 139/2012 de 5 de julho, p. 3476

¹⁵ . As questões ambientais passaram a ser concebidas como um problema do desenvolvimento sustentável, o que implica ter em consideração as questões ambientais, em pé de igualdade com a economia e os outros aspetos de âmbito político e social (Schmidt, Nave e Guerra, 2010). Parâmetros sem os quais não se conseguirá atingir a sustentabilidade e, por conseguinte, o desenvolvimento sustentável.

Na I Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano (1972), foi dado destaque à importância da educação para o ambiente (princípio 19) e para a preservação dos recursos naturais (princípio 2), através da Declaração de Estocolmo¹⁶. Em 1977 reforçam-se estes aspectos na Conferência Intergovernamental de Tbilissi, considerada um dos principais eventos sobre Educação Ambiental que acentua a importância do conhecimento e participação dos indivíduos e dos grupos na prevenção e resolução de problemas ambientais (Preto, 2015).

Na Declaração de Tbilissi, a educação deve estimular o alcançar dos objetivos que se destacam (UNESCO, 1977, p.26):

- b) to provide every person with opportunities to acquire the knowledge, values, attitudes, commitment and skills needed to protect and improve the environment;
- (c) to create new patterns of behaviour of individuals, groups and society as a whole towards the environment;

Mas passados cerca de 40 anos sobre esta declaração e apesar dos esforços e medidas tomadas no sentido de melhorar e preservar o ambiente, muitos problemas persistem devido às desiguais formas de consumo nas diversas regiões do mundo, que condicionada pela distribuição de recursos naturais e socio-económicos e pelos sistemas político-financeiros, a que se associam cenários de conflito, teima em afectar vastos territórios mundiais, principalmente os mais pobres (Schmidt, Nave e Guerra, 2010; Preto, 2015). Como refere Anijah-Obi (2001, citado por Nwagbara *et al.*, 2012, p.1),

It has been widely acknowledged that poverty, a deplorable state of human welfare, is closely linked to environmental degradation. The poor are both victims and agents of environmental damage. Poverty may be created by negative and unjust social conditions such as structural inequality. The concept of equity and meeting the needs of the citizens is central to sustainable development...Those who are poor and hungry will often destroy their immediate environments in order to survive. They are responsible for tilling tired soils and cutting down forests. They live in slums and throw waste into gutters and streams, because they lack the basic necessities of life. They lack resources and materials necessary for living within a minimum standard conducive to human dignity and well-being.

¹⁶ Disponível em: https://www.apambiente.pt/_zdata/PoliticadasDesenvolvimentoSustentavel/1972_Declaracao_Estocolmo.pdf. Acesso a 20-07-2017.

Logo, é de grande relevância e pertinência, que se priorize um tipo de desenvolvimento equilibrado em termos ecológicos e sustentável, que tal como nos evidencia o Relatório Brundtland (...) *dê satisfação às necessidades básicas de toda a gente e que se ponha ao alcance de todos a possibilidade de satisfazerem as aspirações de uma vida melhor* (WCED, 1991, p.55).

1.2.3. A Educação para o Desenvolvimento Sustentável

Foi precisamente no Relatório Brundtland¹⁷ (intitulado *Our Common Future*) que surgiu pela primeira vez a expressão ‘Desenvolvimento Sustentável’ (DS), assumindo-se como meta global na Assembleia das Nações Unidas em 1987, mas atingindo maior disseminação e um caráter funcional com a Agenda 21¹⁸, aprovada na Cimeira da Terra em 1992, no Rio de Janeiro (Hopkins e McKeown, 2002; Freitas, 2004b; Freitas, 2006).

Os pensamentos iniciais da EDS foram expressos no Capítulo 36¹⁹ da Agenda 21, reconhecendo, todas as conferências internacionais da ONU, a importância da educação e a evolução avançada da EDS sobre uma perspectiva internacional (Hopkins e McKeown, 2002; Freitas, 2005; Freitas 2006). Neste sentido, a EDS tem contribuído para revelar a imagem de que a literacia científica e tecnológica, são essenciais e suficientes para tentar solucionar os problemas que ocorrem no mundo em várias faces. Contudo, é pertinente salientar que o tipo de ensino que se exige, a este nível, não pode ser tradicional nem enciclopédico. Existe sim, segundo César (2003, citado por Figueiredo, Almeida e César, 2004, p.334), uma (...) *necessidade de apropriação de conhecimentos, de atribuição de um significado por parte dos alunos, ou seja, de um processo que permita passar de conhecimentos que lhes são anteriores e externos para conhecimentos que eles internalizaram*. Só dessa forma estaremos a capacitar os alunos com conhecimentos efetivos e capazes de produzir a esperada mudança, sendo necessário que se promova a transdisciplinaridade, pois de outra forma não se

¹⁷ . Disponível em: <http://www.un-documents.net/our-common-future.pdf>. Acesso a 07-07-2017.

¹⁸ . A Agenda 21 é, basicamente, um programa de ação que aponta na conciliação do mundo para os desafios do século XXI, marcando (...) *o início de uma nova parceria global para o desenvolvimento sustentável* (Nações Unidas, 1992, parágrafo 1.6).

¹⁹ Chapter 36 - *Promoting Education, Public Awareness And Training. Education, raising of public awareness and training are linked to virtually all areas in Agenda 21, and even more closely to the ones on meeting basic needs, capacity-building, data and information, science, and the role of major group*. In: <http://www.un-documents.net/a21-36.htm>, consultado em 07-07-2017

conseguirá abordar, aprofundadamente, as questões da sustentabilidade (McKeown, 2002).

A escola poderá, neste contexto, ser a protagonista, contribuindo para a construção de uma sociedade mais equitativa, sustentável e socialmente justa, consciencializando os alunos sobre os diversos problemas que afetam o planeta (sociais, económicos e ambientais), levando estas problemáticas também às famílias e, posteriormente, a toda a sociedade. Portanto, a escola em conjunto com toda a comunidades escolar, tem a responsabilidade de contribuir para a construção de um futuro sustentado e mais justo, *futuro esse que queremos contruído por toda a humanidade (...)* (César, 2003 citado por Figueiredo, Almeida e César, 2004, p.337). Tal como nos refere Pelicioni (1998), *temos que formar o Homem de modo a que este se torne cidadão do mundo* (p.27).

Neste contexto, EDS é uma boa proposta no sentido de que pretende criar cidadãos informados sobre degradação ambiental do nosso planeta, e que estejam dispostos a participar de forma ativa e responsável na vida das comunidades e no processo decisório para conduzir a possíveis alterações, de maneira a alcançarmos um futuro mais sustentável (Hernández e Tilbury, 2006; C. Pereira, Marón, Freitas e Magalhães, 2007; Mogensen & Schnack, 2010).

A EDS é assim uma *educação para o futuro, para todos em todos os lugares* (UNESCO, 2012b, p. 12). Esta vertente da educação implica, como já referimos, a utilização de formas alternativas de aprendizagem e de ensino, onde se devem desenvolver, *virtudes cívicas e competências que concedem a todos os cidadãos e, com eles, às instituições sociais, o poder de ocupar postos decisivos de liderança na transição para um futuro sustentável* (Gough, 2006, p.2)

Daí que a EDS tenha sido considerada como uma das forças mais eficientes e com um propósito maior, para se progredir no processo de mudança dos conhecimentos, valores e estilos de vida indispensáveis para atingir a sustentabilidade (UNESCO, 2005b, 2005c; Oliveira, 2013). Dale e Newman (2005) acrescentam ainda que a EDS deve promover a capacidade das pessoas em trabalhar em sistemas de valores díspares, permitindo desenvolver a aptidão de fomentar acordos quando as partes e os seus objetivos são distintos.

Para se educar para a sustentabilidade temos que pensar não somente na relação Homem- Ambiente, mas também na relação Homem-Homem, isto é, para além de todos os problemas que afetam o ambiente, causados pelo Homem, existem um conjunto de problemas, graves, resultantes das relações humanas, tais como a violência, a pobreza, as desigualdades, a exclusão, os conflitos sociais, entre outros (Tilbury, 2003; Schmidt, Nave e Guerra, 2010; Dias, Leal e Junior, 2016), ou seja, para a educação para o desenvolvimento sustentável não podemos dissociar as questões ambientais, das sociais e económicas.

A EDS é a emergência para um novo paradigma no sistema educativo, que assenta não só nas questões ambientais, mas também, como já referido, nas sociais e económicas, e funciona melhor quando é localmente relevante, culturalmente apropriada e alinhada com as prioridades ou iniciativas existentes (Bhandari e Abe, 2003; Schmidt, Nave e Guerra, 2010; Oliveira, 2013). Como nos refere Hopkins, em entrevista a Oliveira (2013) *Estamos a desenvolver um bom trabalho no que respeita a “pintar a escola de verde”, mas precisamos de dar o passo seguinte e “pintar a mente de verde”*. (Oliveira, 2013, entrevista a Hopkins²⁰).

Em modo de conclusão Schmidt, Nave e Guerra (2010) sublinham que *está principalmente nas pessoas a solução dos problemas ambientais* (p.61), pois o nosso comportamento trás consequências enormes, nas diversas esferas e estas têm um papel decisivo na *construção de uma vida sustentável (...)* (idem).

1.2.4. Educação para os Direitos Humanos

Do ponto anterior deriva a ‘imposição’ de também colocar em prática o que vem inscrito na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH, 1948, p.1); (...) *o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e dos seus direitos iguais e inalienáveis, constitui o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo*.

Efetivamente, os direitos humanos (DH) são uma temática de enorme importância, surgindo no centro de todas as problemáticas das sociedades

²⁰ Disponível em <http://www.ver.pt/o-proposito-maior-da-educacao-futura/>

contemporâneas. Continuamente afirmados, mas também violados, constituem uma referência para a construção das sociedades humanas e democráticas (Candau, 2012; Tarrow, 2014; Trigo, 2014).

Assim, com a mesma relevância da EDS, surge-nos a Educação para os Direitos Humanos (EDH): *(...) do plano internacional ao local, das questões globais às da vida quotidiana, os direitos humanos atravessam nossas preocupações, buscas, projetos e sonhos. Afirmados ou negados, exaltados ou violados, eles fazem parte da nossa vida individual, comunitária e coletiva* (Candau, ob.cit., p. 716).

Desde a publicação da DUDH (ONU, 1948), que no plano internacional foi elaborada uma sólida bandeira destes direitos através de diversos tratados.

Na Conferência Mundial sobre os Direitos Humanos, realizada em Viena em 1993, são reafirmados como universais, considerando-se *(...) a indivisibilidade, interdependência e interrelação dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais* (Candau, 2012, p.717). Salienta-se, igualmente, a relação existente entre *(...) democracia, desenvolvimento e direitos humanos* (idem).

Porém, os DH são violados sistematicamente e, em muitos casos, as situações são dramáticas. Assim, se se assiste a uma progressiva afirmação de novas sensibilidades em relação ao seu cumprimento (no que diz respeito ao plano social, político e cultural), cresce também a ideia de que não basta que as leis sejam cada vez mais amplas relativamente aos DH: *(...) se eles não forem internalizados no imaginário social, nas mentalidades individuais e coletivas, de modo sistemático e consistente, não construiremos uma cultura dos direitos humanos na nossa sociedade* (Candau, 2012, p. 717). E, é neste contexto que a educação tem um papel fundamental, para se alcançar, rapidamente, o ideal de igualdade entre todos (Conselho Europeu para os Direitos Humanos, 2016).

Consta da DUDH (1948, p.2), no primeiro artigo, que *[t]odos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade*. Tendo esta sido a base de várias acções e políticas orientadas no sentido da igualdade entre todos os indivíduos, a verdade é que todos os dias são denunciadas diversas formas de desigualdade, sendo esta realidade assumida constante de minorias marginalizadas e discriminadas.

Logo, cabe à educação a construção de uma cidadania onde todos participem, ativamente, na formação dos sujeitos de direito, no desenvolvimento da vocação humana de todas as pessoas nela implicadas. Em suma, a educação é um pré-requisito para que o indivíduo atue de forma plena como ser humano na sociedade (Claude, 2005; Sacavino, s/d; Trigo, 2014).

A EDH é uma estratégia, de longo prazo, que se direciona para as necessidades das presentes e futuras gerações, promovendo a participação activa e decisória no que concerne ao respeito por todo e qualquer indivíduo, independentemente da sua raça, cultura, etnia e ideologias: pois todos somos iguais, com os mesmos direitos e deveres, enquanto seres livres em toda a sua plenitude²¹.

Concebido nesta perspetiva o direito à educação é afirmado, procurando-se garantir uma escola igual para todos. A EDH vem-se desenvolvendo e ampliando as suas ações como preocupação central, no contexto da (re) democratização dos países e regiões, na afirmação dos direitos civis e políticos, e na construção de uma cidadania ativa e participativa (Bray, 2000; Candau, 2012; Carvalho, 2004). Esta EDH deve ser introduzida em todos os níveis da educação formal (escola e toda a comunidade escolar) e adotado igualmente na educação informal (família, sociedade), dando-se primazia a métodos de ensino interativos, participativos e culturalmente relevantes (Claude, 2005; Sacavino, s/d; Mallmann e Rocha, 2016). Numa tentativa incessante de se alterarem comportamentos e atitudes, pois devemos imbuir as crianças e jovens no respeito pelos DH e pelas liberdades fundamentais, objetivo primeiro da DUDH.

Assim, a educação para a cidadania e para os direitos humanos,

(...) é a promoção da coesão social, do diálogo intercultural e a consciência do valor da diversidade e da igualdade, nomeadamente a igualdade entre os géneros; para este efeito, é fundamental adquirir conhecimentos, aptidões pessoais e sociais e a compreensão que permite reduzir os conflitos, apreciar e compreender melhor as diferenças entre as confissões religiosas e os grupos étnicos, estabelecer uma atitude de respeito mútuo pela dignidade humana e pelos valores partilhados, encorajar o diálogo e promover a não violência na resolução de problemas e conflitos. (Carta do Conselho da Europa sobre a Educação

²¹. De facto, a EDH é a educação, formação e informação essenciais na promoção da igualdade e dignidade humanas, promovendo a aprendizagem e a capacitação dos indivíduos na participação e construção, harmoniosa, de uma cultura universal dos Direitos Humanos e liberdades fundamentais (Compass, 2016).

para a Educação sobre a Cidadania Democrática e a Educação para os Direitos Humanos, 2010, p.3).

Em jeito de conclusão, quer a EDS quer a EDH são duas vertentes fundamentais inseridas na Educação para a Cidadania, sem as quais não é possível conseguir atingir a sustentabilidade nem o respeito, a coesão e a participação numa sociedade mais justa e cumpridora dos Direitos Humanos. Cabe à educação ‘fazer valer o papel e colocar a render aquilo que melhor sabe fazer’: promover o conhecimento e a alteração de mentalidades nos mais jovens, que posteriormente contribuirão para que essa mudança seja geral. Sem todas estas mudanças não alcançaremos o mundo que tanto desejamos, sustentável e respeitador dos direitos de todos, da forma como somos: iguais.

1.3. Os conflitos pelos recursos naturais

When the missionaries first came to Africa they had the Bible and we had the land. They said ‘Let us pray’ We closed our eyes. When we opened them we had the Bible and they had the land.

Bishop Desmond Tutu²²

1.3.1 Nota Introdutória

Como salientamos anteriormente (Cap. 1.3), os recursos naturais são elementos de uma importância inigualável em todos os níveis da vida de uma sociedade - económico, social, político e cultural - constituindo a base do desenvolvimento das várias atividades, assim como da sobrevivência de todos os tipos de vida na Terra.

No entanto, com a evolução das sociedades, da indústria e da própria tecnologia, viemos, de alguma forma, perturbar o equilíbrio dos recursos naturais. Tendo o mundo uma população crescente, cujas necessidades precisam de ser satisfeitas, em associação com uma economia de base capitalista que incentiva o consumismo como elemento de representação social e sinónimo de ‘prazer’ e ‘felicidade’ - o que implica produzir em

²² Bishop Desmond Tutu (Arcebispo, Educador, Ativista dos Direitos Humanos) – Prémio Nobel da Paz em 1984. *Is a renowned South African Anglican cleric known for his staunch opposition to the policies of apartheid.* Disponível em: <https://www.biography.com/people/desmond-tutu-9512516>. Consultado em 07-07-2017

quantidades superiores, embora desigualmente distribuídas - os recursos naturais sofrem cada vez mais da sobreexploração e sobre-utilização (Oliveira e Cândido, 2010).

Esta exploração exacerbada dos recursos, principalmente em PED cuja economia é muito dependente das receitas provindas destes, origina muitas vezes conflitos devido a interesses opostos - na forma como estes recursos e as suas receitas devem ou não ser utilizados - de grupo étnicos, comunidades locais ou governos (Collier, 2003; Gossmann, 2011; Ross, 2011)

Como refere Veríssimo (2010, p.7), *[os] conflitos existem desde o início da humanidade, fazendo parte do processo de evolução dos seres humanos, necessários para o desenvolvimento e crescimento. A sociedade não é mais do que uma rede onde participam vários actores, dominados e dominadores, daí resultando conflitos que expressam resistência e oposição ao controlo social e/ou político, que pretende defender interesses que à partida não são consensuais* (Viégas, 2009).

Os recursos naturais, parte integrante das atividades económicas, sociais e de suporte ecológico, são também motivo de competição - existindo conflitos pela sua posse e domínio desde sempre - causando problemas com graves impactos nas pessoas que vivem em áreas onde esses recursos são captados e utilizados como instrumento de poder político e estratégia militar (Veríssimo 2010). Esta situação tende a ser mais grave nos PED, devido à grande dificuldade e desigualdade de acesso à riqueza e a um estatuto de poder assumido fundamentalmente pela repressão e conflito (Gossmann, 2011).

1.3.2 História da exploração dos recursos e dos conflitos

Efetivamente, se os recursos naturais foram, durante anos e anos, conotados com um amplo valor positivo cuja exploração seria uma mais-valia para o crescimento dos países que os detêm, a questão nunca foi assim tão linear. Grande parte dos países ricos em recursos naturais têm um passado complexo, marcado por inúmeros conflitos e, acima de tudo, um passado colonial secular, tendo estado sob a alçada das grandes potências mundiais. Esta colonização, muito orientada para a exploração dos recursos presentes nestas regiões, é responsável pela condição de pobreza comum a diversos países, assim como pela fragilidade dos estados (Brito, 2008; Lunardon, 2010).

Assim, se os conflitos armados constituíram, ao longo de décadas, fenómenos integrantes do quotidiano de vários países, eles ‘massacraram’ mais marcadamente os PED do continente africano. Contribuindo para perpetuar as situações de pobreza, assim como o declínio económico que continua a caracterizá-los, estes países vêem as suas expetativas de desenvolvimento serem constantemente defraudadas (Brito, 2008; Rattner, 1977). ‘Vítimas’ da sua própria riqueza em recursos, alimentam a economia dos PD e os próprios conflitos externos e internos. Na verdade, tendo como principais fatores de eclosão dos conflitos a fragilidade e falência estatal, os PED deixam de conseguir evitar as disputas e de criar soluções viáveis, logo, estão predestinados (...) *a tornarem-se armados e, sobretudo, brutalmente violentos* (Lunardon 2010, p.22).

Com efeito, as guerras têm-se tornado um negócio cada vez mais caro, recorrendo as partes beligerantes à exploração de minerais e outros recursos que possam garantir a receita necessária para se iniciar e manter o conflito. Para além disso, a própria exploração de recursos gera conflitos, os denominados ‘recursos de conflito’, definidos como (...) *natural resources whose systematic exploitation and trade in a context of conflict to, benefit from or result in the commission of serious violations of human rights, violations of international humanitarian law or violations amounting to crimes under international law* (Global Witness, 2007)²³.

Neste processo são frequentes os casos de abusos dos Direitos Humanos, restando, no final, uma nação devastada onde as maiores vítimas são aquelas que pouco ou nada têm a ver com estes conflitos: a população civil “apanhada” no meio da teia espessa que são os conflitos, vítimas de violência sem fim, vendo as suas vidas destruídas pelas guerras e perturbadas pelos recursos, a que, quase sempre, nem têm acesso (Gossmann, 2011).

E esta situação leva-nos a retomar o facto de muitos destes países terem um passado colonial. As potências coloniais, devido à grande pressão da comunidade internacional, associada às lutas pela independência nas ainda suas colónias, perceberam que a melhor forma de manterem os seus interesses e lucros em continentes como o africano, seria concedendo-lhes a independência, transferindo o poder para os governos (instáveis) desses mesmos países (Lunardon, 2010).

²³ . Disponível em <https://www.globalpolicy.org/home/198-natural-resources/40124-definition-of-conflict-resources.html>. Acesso 28-07-2017.

Certo é que os PD continuaram a explorar os recursos destas regiões, pois os países recém-criados tinham instituições governamentais frágeis, para além de lhes faltar tecnologia e pessoal especializado (Lunardon, 2010).

Assim, manteve-se a dependência destes países face aos PD, embora as relações entre ambos não corressem da melhor forma. Ao invés de haver uma preocupação com o bem-estar da população, cresceu o interesse no fortalecimento de laços com os líderes dos governos, pois beneficiavam com a sua manutenção no poder, gerando o ambiente perfeito para o aparecimento de grupos rebeldes, eles próprios criando também mecanismos de proveito económico desta situação. O tráfico de recursos, por exemplo, foi uma das formas utilizadas por estes grupos, que passavam a dominar as regiões mais do que o próprio governo oficial, através da utilização, de forma indiscriminada, da violência e dos abusos constantes sobre as populações locais (Lunardon, 2010; Gossman, 2011).

1.3.3 Os Conflitos e as principais causas

Perspetivando diferentemente a questão dos conflitos, importa referir que estes, considerados socio ambientais por Libiszewski (1992), Tuner (2004) e Ruiz (2005), envolvem (segundo os autores) a noção de escassez de recursos naturais. São conflitos que têm a sua origem na forma como se exploram os recursos e como são repostos na natureza, por outras palavras como se apresentam, em termos de quantidades e disponibilidades. Esta escassez, de acordo com os mesmos autores, é provocada pelas atividades económicas, predatórias, desenvolvidas pelo Homem e que colocam em risco o equilíbrio dos recursos naturais, havendo um maior consumo do que disponibilidade deste tipo de elementos. Além disso, estes são marcados pela incompatibilidade de interesses entre os usos e as estratégias utilizadas para alcançar os seus objetivos, na maior parte das vezes, diferentes das dos seus opositores (Brito *et al.*, 2011; Viégas, 2009).

A comunidade internacional fala sobre o papel importante que os PD têm para tentar travar o eclodir destes conflitos armados nos PED, assim como na resolução da violação dos direitos humanos de que as populações locais são vítimas. No entanto, o que acontece é que de forma a tentarem salvaguardar os seus interesses, negócios,

infraestruturas, manutenção das explorações em funcionamento e, acima de tudo, os lucros, as grandes empresas multinacionais e outros agentes internacionais acabam por se ‘aliar’ aos grupos criminosos, governos autoritários e a lideranças étnicas, pagando-lhes e contribuindo para sustentar as guerras (Lunardon, 2010; CCDF, 2014). Tal procedimento torna-se lucrativo para minorias que integram grupos de guerrilheiros e governantes corruptos, que, à custa do trabalho ‘forçado’ ou mal remunerado dos seus conterrâneos - incluindo crianças e jovens em idade escolar - utilizam as receitas da exploração dos recursos em proveito próprio – e em armamento que perpetua a instabilidade - em vez de contribuírem para melhorar os sistemas de saúde e educação, vitais ao desenvolvimento de qualquer país (CCFD, 2014).

Considerando que estas práticas são patrocinadas por grandes empresas dos PD, ao adquirirem materiais resultantes da exploração de bens e pessoas a preços mais competitivos, nós próprios acabamos por ser cúmplices das situações de violência e injustiça que vivem as populações desses países, ao comprarmos telemóveis, carros, etc. a preços exagerados, sem questionarmos como chegam até nós (CCDF, 2014).

Um facto importante é que a dependência dos recursos naturais pode influenciar por um lado o contexto biofísico e implicar um lento crescimento económico, e por outro as estruturas institucionais e escolhas políticas e económicas que geram sistemas de liderança fracos e pobres (Brunnschweiler e Bulte, 2009; Sachs e Warner, 1999; Collier e Hoeffler, 1998).

Mas os países ricos em recursos não estão “amaldiçoados”, no sentido de que correm maior risco de serem dilacerados por guerras civis. De facto, o oposto parece verdade: a riqueza dos recursos pode ter um positivo e significativo efeito nos rendimentos, o que reduz o risco de guerra. No entanto, os resultados de alguns estudos apoiam a hipótese alternativa²⁴: a escassez de recursos pode ser um gatilho para o conflito, e a sua abundância pode sim, custear os conflitos, servindo como fonte de rendimento para os grupos rebeldes (Collier, 2004; Fearon e Laitin, 2003; Gossmann, 2011; Lujala, 2009)

É neste sentido que os recursos naturais tendem a aumentar o risco de uma guerra civil. A relação dos recursos com a guerra é muitas vezes vista como uma das

²⁴ . Segundo as pesquisas de Brunnschweiler e Bulte (2009), existe, um consistente ponto de vista de que a escassez de recursos naturais, mais do que a abundância, pode conduzir aos conflitos.

dimensões de perspectiva paradoxal sobre a ‘maldição dos recursos’, o ponto de vista de que muitas das coisas boas podem ser más para o desenvolvimento. A riqueza dos recursos tem efeitos nos rendimentos, mas sendo estes baixos aumenta a probabilidade de conflito (Collier, 2004), assim como, dependendo do tipo de recurso que esteja a ser explorado e da sua localização, também pode tornar o conflito mais violento e duradouro (Lujala, 2009; Bahaug e Lujala, 2005; Fearon, 2004; Lujala, 2010). Por exemplo, nem sempre os locais onde se exploram diamantes são os que sofrem consequências mais gravosas, contudo o acesso a este tipo de recursos torna os grupos rebeldes mais violentos (Addison, Le Billon e Murshed, 2003).

Quer os recursos sejam abundantes quer sejam escassos, a instabilidade política faz com que os países se tornem mais vulneráveis ao conflito. O impacto causado pela instabilidade, não só na estrutura do governo, mas também em todas as infraestruturas dependentes do controlo e supervisão governamental. (United States Institute of Peace, 2007; Lujala 2009; Collier, 2004).

Refere-nos Brito (2008):

A abundância de recursos naturais em vez de promover o desenvolvimento e contribuir para o bem-estar das populações, coopera antes, para o exacerbar de situações de pobreza, precariedade e desigualdades económicas, sustentadas, fomentando a corrupção e provocando a “maldição dos recursos” (Brito 2008, p.10)

Alguns países com abundância de recursos naturais tiveram a experiência do que é a conotação da “maldição dos recursos” – corrupção, estagnação económica, e conflitos violentos para aceder às receitas dos recursos. (Collier, 2000; Collier e Hoeffler, 1998; Le Billon, 2001). A disponibilidade de recursos que podem ser facilmente roubados, como é o caso dos diamantes, criou um incentivo aos movimentos rebeldes e às suas, violentas, actividades. Está evidente que tanto a escassez como a abundância podem criar os ambientes ideais para o desenvolvimento de conflitos violentos.

Os conflitos violentos trazem um conjunto de impactos negativos para as áreas afetadas por estes, referimos os custos directos e imediatos como a perda de vida humanas, mas ainda as alterações nos sistemas de abastecimento alimentar e, a desintegração dos serviços ao nível da saúde e da educação, contribuindo para que a pobreza perdure, de forma a que os países mais pobres fiquem “presos” na “armadilha do conflito” (Brito, 2008; Silveira, 2008).

Os conflitos políticos que tornam a violência frequente resultam em destruição do ambiente e das infraestruturas que aumentam a escassez de recursos. Os estragos provocados pelos conflitos nas infraestruturas e na redução da produtividade, fazem aumentar a instabilidade política tornando o declínio económico célere (Giambrone, 2006).

As sociedades emergentes do conflito podem achar que os governos, negócios e outros grupos beneficiaram da instabilidade, envolvendo-se em vendas ilegais ou no controlo dos recursos naturais. A captura de recursos por grupos poderosos leva a que haja um aumento no fosso, respeitante à riqueza, entre as elites e os grupos marginais. Este fosso não só causa o descontentamento na população local como também aumenta a vulnerabilidade das pessoas e grupos mais desfavorecidos. Em situações de pós-conflito, as imprecisões da corrupção, desacordo pelo controlo e distribuição dos recursos naturais, fraca governança e instabilidade económica pode ameaçar o frágil equilíbrio da paz (United States Institute of Peace, 2007; Collier e Hoeffler, 1998; Bannon e Collier, 2003; Silveira, 2008)

Os recursos naturais constituem uma potencial forma de financiamento para grupos rebeldes. São vários os autores que defendem a relação entre a existência de recursos naturais e a duração dos conflitos, como sendo distinto do risco de eclosão dos mesmos. Assim Fearon e Laitin (2003) dizem-nos que existe uma relação direta entre a dependência dos recursos naturais e a sustentabilidade de uma guerra; enquanto que Humphreys (2003) refere que a relação direta se torna possível porque o financiamento através dos recursos naturais permite aos grupos rebeldes dar continuidade ao conflito, prolongando-o no tempo. Lujala (2008), completa, de certa forma a linha de pensamento destes autores, sugerindo que dependendo do tipo de recurso, devido ao qual o conflito teve o seu início, pode ser mais intenso ou não e pode prolongar-se, mais ou menos, no tempo.

Paul Collier (2007) estimava que, em 2001, a maioria dos conflitos ativos tinham uma forte relação com a exploração dos recursos, e essa exploração, fosse lícita ou ilícita, ajudava a desencadear, intensificar ou a sustentar a violência. Por exemplo, em países como a Serra Leoa e Angola, os grupos rebeldes utilizavam as receitas da exploração e venda dos diamantes (conhecidos como “diamantes de sangue”) para financiar as suas rebeliões contra os respetivos governos. Além do mais, este tipo de

recursos parecem, igualmente, tornar os conflitos ainda mais prolongados (tal como anteriormente referimos), pois existem meios para os sustentar (United States Institute of Peace, 2007; Lujala, 2009; Gossmann, 2011).

Os aspetos focados levam-nos a concordar com Lunardon (2010), quando refere que a causa fundamental dos conflitos não são as diferenças étnicas, mas antes um conjunto de motivações políticas, económicas e sociais, estimuladas, na maior parte dos casos, pela falta de uma governança eficaz nos PED. O que motiva a eclosão deste tipo de conflitos, é, efetivamente, a fragilidade institucional dos governos (muitas vezes perpetuados ditatorialmente) e a sua incapacidade de fazer uma gestão adequada do país – mantendo-se a extrema pobreza, as desigualdades acentuadas, a estagnação económica, a corrupção, o desemprego elevado, a falta de acesso à educação e saúde e a degradação ambiental - cujas consequências são a descrença total, no que ao desenvolvimento diz respeito, por parte da população residente. Lunardon (2010, p.15) argumenta que é difícil impedir que estes problemas irrompam, pois acabam (...) *por ser uma espécie de ciclo vicioso criado pela utilização da violência*. O atraso no desenvolvimento acaba por perpetuar esse mesmo ciclo vicioso, tornando-se os PED (...) *reféns da “armadilha do conflito”* (Brito, 2008, p.1). E o facto de não se conseguirem implementar medidas para o desenvolvimento, devido à perpetuação dos conflitos armados e guerras civis, tende a perpetuar a pobreza e a precariedade, implicando uma ‘inversão do desenvolvimento’ (Collier, 2004, p.2).

1.3.4 Diamantes, Petróleo e Solo- Maldição ou Bênção?

Poderá ajudar se pensarmos em que termos é que os recursos naturais são utilizados. Alguns, como é o caso da água e do solo, apesar de terem uma importância extrema e de correrem cada vez mais riscos (devido á sua má gestão e utilização), são normalmente utilizadas localmente e o impacto da sua exploração tende a ser espacialmente restrito. Contudo, a problemática relacionada com a escassez da água e as águas partilhadas, têm sido motivo de grande preocupação, podendo a sua posse e utilização estar na base da eclosão de conflitos (Veríssimo, 2010; Gleick, 1998; Oliveira, 2012). No entanto, outros recursos como – a madeira, os minerais e o petróleo- são utilizados para produzir receitas. Estes recursos que originam receitas, são a

principal causa dos problemas, e por vezes são denominados por (...) *resource curse* (...) ou *Dutch Disease* (United States Institute of Peace 2007, p.3; Collier, 2003; Collier, 2004; Gosmann, 2011), que é como quem diz recursos amaldiçoados, por estarem na origem de graves problemas em algumas regiões do mundo devido à elevada dependência que estas têm deste tipo de matéria-prima (Collier, 2004).

Existe um paradoxo enorme pois, contrariamente, áquilo que deveria ocorrer, serem os países ricos em recursos naturais, aqueles cujas economias fossem de crescimento mais elevado, não o são. Aliás, são aquelas com um crescimento económico menor e onde existe uma maior predisposição para o irromper de guerras (Brito, 2008; Gossmann, 2011). Tal como nos demonstram os estudos de Paul Collier (Collier, 2004) que as guerras civis e a economia têm uma profunda relação, enquanto que a guerra civil retarda o desenvolvimento de um país, as falhas no desenvolvimento aumentam a probabilidade de ocorrer um conflito. A dependência de algumas fontes de rendimento, principalmente as provenientes da exploração e exportação dos recursos naturais (Collier, 2000; United States Institute of Peace 2007; Brito, 2008; Lunardon, 2010; Ross, 2004), desencoraja a diversificação económica e aumenta a volatilidade quer dos preços quer das receitas. A abundância leva, muitas vezes, também a uma má gestão do governo e à corrupção (levando a que as receitas provenientes dos recursos sirvam, não somente, para financiar conflitos, como também para o enriquecimento pessoal e para a compra de apoio político) (Gossmann, 2011).

Já foram, aqui, referidos que apesar de todos os recursos naturais serem importantes, alguns deles acabam por ter um papel mais relevante, quer pela sua forma quer pela sua utilização, maior e mais indiscriminada do que a de outros. No entanto, devemos salientar que, por exemplo, a água, pode também estar na origem de conflitos violentos, á semelhança dos minerais. A água vista como um recurso finito, que o é, não fosse a poluição e as várias restrições de acesso a esta, porém, o facto é que a quantidade de água potável está cada vez mais escassa. E, esta escassez tem afetado quase todos os continentes, sendo que a situação parece estar a piorar. Situação esta, que também é uma das causas e formas de sustentação de conflitos em várias partes do planeta. Podemos pegar num exemplo prático, segundo as Nações Unidas existem regiões no mundo onde as mulheres têm de caminhar horas para encontrar água potável, e além disso, milhares de pessoas, especialmente, crianças morrem diariamente devido a

doenças provocadas pela escassez de água ou pela sua contaminação (United States Institute of Peace, 2007).

Para além da água, também o solo ou a sua posse podem dar origem a graves problemas. Possuir terrenos/solos significa ter acesso a outros recursos, como minerais, madeira e animais, e esta, normalmente, detém um elevado valor económico. Portanto, é fácil verificar o porquê da competição pelo controlo de terras que sejam valiosas, ricas em recursos naturais, incluindo problemas com a autoridade governamental e com a sua regulação, que pode ser causa e sustento dos conflitos. Aliás, tradicionalmente, a maioria das guerras ocorrem pelo controlo de terra (United States Institute of Peace, 2007).

Além dos recursos já enunciados, a madeira, os minerais, o petróleo e o gás natural, têm um papel importante nas várias etapas quer do conflito quer da paz. O petróleo e gás natural, são ambos recursos não-renováveis. A escassez destes combustíveis ou pelo menos o acesso a eles, é uma das grandes preocupações para os PD e para os PED, dado a larga dependência destes, como fontes de energia e de rendimento.

Várias fontes internacionais têm alertado que este petróleo ao qual facilmente se acede está a desaparecer rapidamente e o mundo, em breve, terá que enfrentar o fim da sua existência, (...) *the world will soon face the end of oil era* (United States Institute of Peace 2007, p.5). Uma grande parte das reservas de petróleo existentes no mundo estão localizadas em áreas que sofrem de instabilidade política ou de conflitos, como é caso do Iraque, Irão, Nigéria, Venezuela, Sudão. O valor e as quantidades deste combustível permitem o desenvolvimento de conflitos, e estes têm impacto na economia mundial, e estão conotados como sendo aqueles onde os conflitos são mais severos e intensos (Lujala, 2009).

Relativamente aos minerais, estes são substâncias que ocorrem naturalmente e (...) *nenhum outro mineral ou gema guarda similar razão valor/peso* (Gossmann 2011, p.8). Tornam-se minerais dos conflitos (...) *when their control, exploitation, trade, taxation, or protection contributes to, or benefits from, armed conflict* (USAID²⁵, Minerals and Conflict Toolkit 2004, p.3), quando as diversas fases do processo de mineração contribuem para financiar grupos armados, até porque, tal como nos diz

²⁵ United States Agency for International Development (USAID)

Gossmann (2011) (...) *guerras custam dinheiro* (p.9).

Os minerais do conflito ocorrem em diversas áreas geográficas. Enquanto que minerais, como ouro e diamantes mantiverem o seu valor significativo, todos os minerais geram receitas e poder aos governos, grupos rebeldes, ou a quem possui as terras ou tem a capacidade legal ou ilegal de os extrair. E, os diamantes foram responsáveis pelo financiamento de algumas das guerras mais brutais da história humana (United States Institute of Peace, 2007; Gossmann, 2011).

Os diamantes são, sem dúvida, os minerais que têm recebido maior atenção. Têm sido, por diversos grupos rebeldes em África, fonte de rendimento, incluindo países como Angola e Serra Leoa (Collier, 2003). Os diamantes são (...) *easy to steal, and easy to move to market and difficult to trace* (United States of Peace, 2007, p. 6), isto é, o melhor produto para se conseguir, sem deixar rasto, financiar um conflito. As receitas que advinham dos diamantes serviam para adquirir armamento, muitas vezes utilizados (...) *por grupos integrados por crianças (...) (...) conhecido como crianças-soldados (...)* (Gossmann, 2011, p.33)

Estes recursos, á semelhança de outros, contribuem, fortemente, para as violações dos direitos humanos, de forma brutal. Tanto que, segundo Gossmann (2011) produziram das maiores atrocidades, conhecidas, da Humanidade. O terror vivenciado em algumas regiões teve como principais resultados assassinatos de milhares de civis (adultos, crianças, idosos), sem razão para o fazerem; milhares de pessoas viram os seus membros amputados (mãos, pernas, braços), uma estratégia utilizada para fazer com que ninguém, que trabalhasse nas minas, desviasse diamantes; e, ainda, muitas mulheres foram vítimas de violência sexual, durante o período em que a guerra decorreu (Global Witness, 2006 citado por Gossmann, 2011).

1.3.5. O Papel dos recursos naturais na paz

A competição pelos recursos naturais pode levar à intensificação e à sustentação da violência. Contudo, apesar de ser menos dramático e de lhes ser dado menor importância, os recursos naturais têm um papel fulcral na resolução e gestão dos conflitos, assim como na prevenção e recorrência de violência após o ambiente de conflito vivenciado.

Para se tentar combater este tipo de problemas, indo á raiz do mesmo, a

comunidade internacional desenvolveu um certificado que ajudasse a travar a presença de diamantes provenientes de áreas de conflito nos mercados internacionais, legais. Foi dessa forma que foi criado o Processo Kimberley²⁶(Sistema de Certificação do Processo Kimberley (SCPK/KPCS)), para que a divulgação de dados deste sector exija, obrigatoriamente, transparência, este que é um dos mercados repleto de segredos (United States Institute of Peace, 2007; Gossmann, 2011). Além do mais, este processo surge, também, como uma forma de tentar travar este ciclo de guerras, conflitos e decadência económica de maneira a que surjam alternativas, tendo em vista, a prosperidade e o desenvolvimento humano (Gossmann, 2011).

A utilização de meios violentos para capturar territórios ricos em recursos e o trabalho forçado para a sua extração, fez com os grupos rebeldes tivessem criado um negócio lucrativo e que retirassem benefícios da participação no mercado mundial. Collier (2003) refere que os grupos rebeldes, em alguns PED, encontraram as condições ideais para tornar a rebelião, financeira e militarmente, viável. Cada parte envolvida no conflito tem os seus interesses, ora sejam de identidade étnica, ora devido à riqueza, a impunidade ou o poder.

Nos PED, onde os padrões internacionais não existiam antes do conflito, é difícil de fazer a gestão dos recursos naturais com transparência, equidade e sustentabilidade. No entanto, cabe às organizações internacionais ajudar a estabelecer um padrão que possa travar a corrupção, construir a confiança e prevenir a competição de grupos na luta pela riqueza dos recursos naturais (United States Institute of Peace, 2007).

São diversos e complexos os fatores que levam ao irromper dos conflitos violentos, no entanto, deve ser feita uma abordagem de prevenção. Onde se devem adoptar estratégias de prevenção de conflitos, que sejam eficazes e que constituam um mote importante para se colocarem os PED na rota do desenvolvimento. A prevenção depende, largamente, da implementação de medidas eficazes que levem a um positivo desempenho económico e que façam com que o ciclo vicioso se dissipe e que o desenvolvimento esteja ao alcance dos PED.

Collier (2004) sugere que são necessárias soluções para a redução da ocorrência

²⁶ *O Processo de Kimberley é um mecanismo de controle de comercialização de diamantes brutos no mercado internacional, institucionalizado no de 2003 na cidade de Kimberley, com o objectivo de acabar os conflitos armados, fomentados pela venda de diamantes ilícitos.* Disponível em: <http://www.endiama.co.ao/desenv-sustentavel/processo-de-kimberley/74> consultado a 08/07/2017

de conflitos e estas devem passar pela promoção de estratégias que a longo prazo se fazem ressentir na prevenção do conflito, reduzindo a sua duração e na criação de contextos que possibilitem a manutenção da paz, sustentavelmente, nas situações de pós-conflito. O mesmo autor sugere que sejam criados um conjunto de instrumentos que, posteriormente, devem ser colocados ao serviço do desenvolvimento, tais como: medidas efetivas na gestão das receitas que provêm da exploração de recursos naturais; a participação dos PED nas trocas comerciais internacionais de forma activa e num ambiente favorável; a criação de estratégias de uma governação adequada; a concepção de instituições que sejam democráticas, capazes e legítimas; e ainda, medidas que cooperem no sentido do crescimento económico destas regiões.

Conclui-se, deste modo, que são vários e diferenciados os fatores que estão na origem dos conflitos. Estes podem ser económicos, políticos, sociais, demográficos e geográficos e que acabam por transformar os países e regiões em (...)” *barris de pólvora*” (...) (Brito 2008, p.17), onde a propensão para o conflito é colossal. É do consenso geral que o declínio económico potencia situações de conflito, e que a elevada dependência dos recursos sustenta e motiva as estratégias de obtenção rápida de lucro. Todos estes fatores levam ao irromper de conflitos e que são reforçados por estruturas governamentais inadequadas e incapazes de gerir e conciliar os interesses dos diversos grupos da sociedade.

Assim torna-se urgente que a comunidade internacional forneça, aos PED ricos em recursos naturais, conselhos sobre a forma como devem gerir os seus recursos, contribuindo para a redução da dependência destas matérias-primas e ajudando-os a promover formas alternativas de rendimento, para que consigam eliminar, ou pelo menos minimizar a “maldição dos conflitos” de forma a atingirem o desenvolvimento (Brunnschweiler e Bulte, 2008), pois estes foram chave para os conflitos e deverão sê-lo, igualmente, para a paz (Giambrone, 2006).

Em suma, como refere Brito (2008) (...) *existe uma relação de causalidade circular entre os conflitos violentos e as situações de pobreza e de declínio económico (...) constituindo um ciclo vicioso que mantém os países pobres reféns desta situação (...)* (Brito 2008, p. 18) e que os impede de atingir o desenvolvimento, de satisfazer as necessidades das suas populações e de fazer cumprir o que vem inscrito na Carta Universal dos Direitos Humanos.

Somente através de políticas sociais e económicas que sejam responsáveis podemos compatibilizar essa difícil e precária relação entre as necessidades humanas e os recursos naturais. Pois qualquer sistema que exclua as pessoas de acesso e discussão sobre a finalidade e utilização dos recursos, viola os direitos humanos. Desta forma (...) *só uma sociedade livre da exploração desenfreada dos recursos e respeitadora da sua reposição, será solução para o difícil equilíbrio entre as necessidades humanas e o meio ambiente* (Veríssimo 2010, p.110) assim como para se ultrapassar o flagelo dos conflitos e também para que a comunidades locais vejam, finalmente, as suas liberdades e direitos fundamentais, respeitos.

Finalizamos esta parte, como uma citação de Bannon e Collier (2003) sobre a importância dos recursos, porque estes também podem levar ao desenvolvimento: *they can also drive successful development. The natural resource curse is not destiny. The challenge, at both the national and international levels, is to adopt policies that better harness this potential* (p.1).

Capítulo 2. – Caracterização do Estudo de Caso

2.1. Natureza do estudo

O presente projeto de investigação insere-se numa linha de ação de cariz qualitativo e quantitativo, baseado na aplicação de estratégias intencionais em contexto de sala de aula, visando concretizar os objetivos a que nos propusemos.

A sua conceção foi desenvolvida ao longo do estágio curricular efetuado na Escola Secundária de Paredes (ESP), no ano letivo 2016/2017, em algumas das aulas lecionadas na disciplina de Geografia do 3º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário.

Pretende-se basicamente articular todos os pressupostos e argumentos teóricos que foram apresentados anteriormente (Capítulo I) com a aplicação das diversas metodologias brevemente mencionadas, de maneira a conseguir responder às questões que foram referidas na introdução do presente relatório.

Desta forma, consideramos relevante fazer uma pequena caracterização do contexto onde desenvolvemos a investigação (a escola), para que, dessa forma, se consiga enquadrar os alunos com os quais trabalhamos e os condicionamentos a que estivemos sujeitos.

2.2. Caracterização da Escola

A ESP, situada no concelho e freguesia de Paredes, está em funções desde 1972, ano da sua criação (Figura 3).

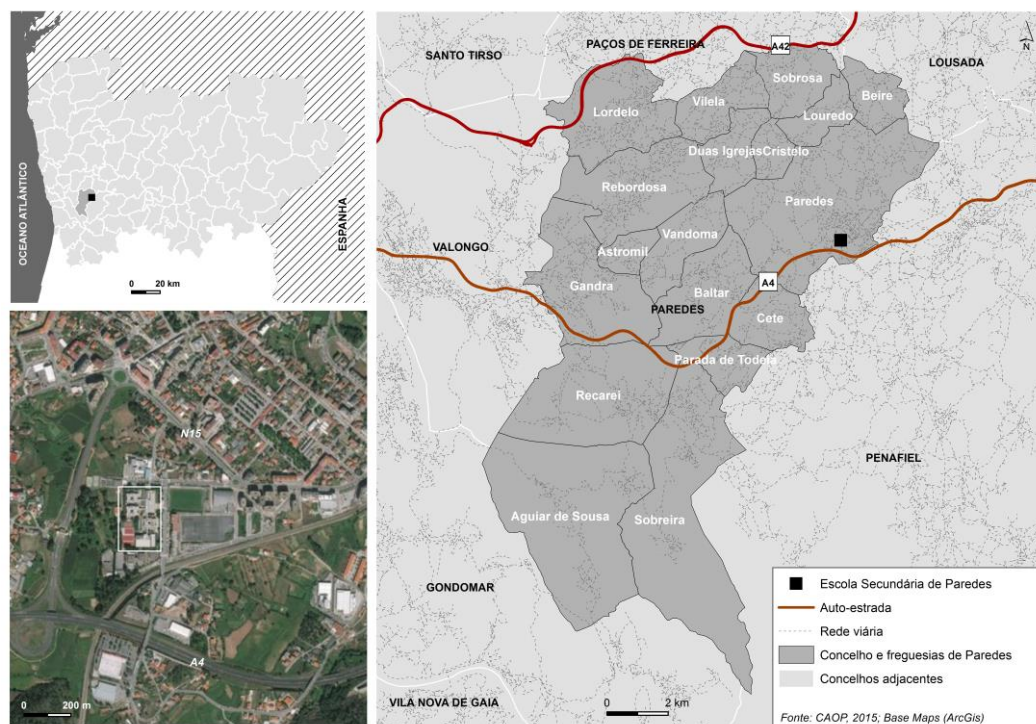


Figura 3 - Mapa do Concelho de Paredes. Enquadramento da Escola Secundária de Paredes

Na primeira página da edição de 8 de Julho de 1972 de *O Progresso de Paredes* deu-se assim a notícia:

Temos, sem falta alguma, a instalação duma Secção Liceal em Paredes – Secção do Liceu Garcia de Orta, do Porto – para o 3.º e 4.º anos. Assim o decidiu o Sr. Ministro da Educação Nacional. Assim o conseguiu o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Paredes, Sr. Dr. Acácio José Alves Pereira, que foi incansável, nos últimos tempos, nesta conquista. (Projeto Educativo Escola Secundária de Paredes, p.2)

Inicia-se em 1972 o ensino liceal em Paredes. Sendo que o primeiro dia de aulas decorre a 10 de Outubro desse mesmo ano, no Palacete dos Viscondes de Paredes (Joaquim Bernardo Mendes, um português regressado do Brasil, cujo título lhe fora concedido por D. Carlos I). Este edifício foi construído em 1883 com a denominação de Palacete da Granja (Figura 2). Já em meados do século XX o mesmo foi oferecido à

Santa Casa da Misericórdia de Paredes pelo Comendador Abílio de Seabra, e cuja utilização seria, especificamente, para o funcionamento do Liceu de Paredes.

A existência de uma Secção Liceal em Paredes foi assumida como sinónimo de progresso e de capacidade de realização, e já na altura se considerava que a Escola só se tornaria efetivamente uma realidade consolidada com a ajuda dos pais e encarregados de educação. Na já referida edição de *O Progresso de Paredes* podia ler-se a propósito da importância do contributo dos pais e encarregados de educação:

Têm agora a palavra os pais ou encarregados de educação dos alunos. A terem os jovens que continuar a estudar, é na Secção Liceal de Paredes. É um dever que se impõe. Faz parte do brio de todo o paredense. Não secundar, não facilitar, não contribuir para tal obra, é trair Paredes, é desejar o seu estagnamento. (Projeto Educativo Escola Secundária de Paredes, p.3).

Portanto, é de salientar, que já nessa altura se dava importância à Escola como



Figura 4- Palácio da Granja (1) e edifício onde funcionou a ESP antes das obras de requalificação (2).

motor fundamental para o desenvolvimento das regiões.

Mas oito anos após a sua constituição, a ESP deixa o Palacete dos Viscondes – que em 1997, após recuperação, passa a ser a Casa da Cultura do concelho - para se instalar definitivamente na década de 1980 na Rua António Araújo, num complexo escolar utilizado até 2009, ano em que foram iniciadas as obras de requalificação, ao abrigo da Parque Escolar.

Findas as obras em 2010, a ESP passa a contar com o edifício atualmente conhecido, implantado no mesmo local que o anterior, mas com profundas alterações estruturais. Os três pavilhões tradicionalmente ocupados com as aulas normais foram remodelados, foi construído um pavilhão gimnodesportivo de raiz e o edifício que alberga os principais serviços da escola e os gabinetes de trabalho foi também projetado

de novo, passando a oferecer mais conforto e mais qualidade à comunidade escolar e educativa (Figura 5).²⁷



Figura 5- Escola Secundária de Paredes, após requalificação.

Desde 2010 que o processo de agregação das escolas tem sucedido de forma faseada e transformou significativamente o mapa escolar do concelho de Paredes. Apesar da reorganização física e administrativa imposta pelo Ministério da Educação e Ciência ter feito surgir novos agrupamentos de escolas, a ESP não foi diretamente afetada, tendo permanecido como escola não agrupada e tornando-se a única com oferta de ensino secundário na cidade.

Tudo isto acabou por levar a escola a assumir um importante papel no mapa escolar, como se pode constatar pela forte procura por parte de alunos vindos das diferentes freguesias do concelho e de outros concelhos vizinhos. Estes são alunos que esperam sobretudo ter acesso a um alargado leque de ofertas educativas e a uma escola com tradição na preparação para o ensino superior.

Assim, compreende-se o facto de esta escola ter albergado, no ano letivo 2016/2017, 1875 alunos, distribuídos pelos diversos níveis de escolaridade. O 3º Ciclo

²⁷ . Texto adaptado do Projeto Educativo da Escola Secundária de Paredes 2014-2017, consultado a 06-06-2017.

do Ensino Básico contava com 922 alunos, distribuídos por 33 turmas, número que integra 4 turmas de ensino articulado em música e 3 com articulação em dança. O Ensino secundário detinha 853 estudantes, repartidos por 32 turmas nas várias áreas científicas e ainda 100 alunos pertencentes aos Cursos Profissionais, divididos em 4 turmas.

Para dar resposta a este número significativo de estudantes, a ESP manteve em funcionamento o Curso Científico Humanístico de Ciências e Tecnologias, as Línguas e Humanidades, Artes Visuais e os Cursos Profissionais, designadamente de Técnico de Contabilidade, Técnico de Apoio à Infância, Técnico de Gestão de Equipamentos Informáticos e Técnico de Comércio.

No total, faziam parte integrante de todo o projeto educativo 144 professores, distribuídos pelos diferentes níveis de ensino. Destes, 134 pertencem aos quadros do Ministério, 6 são professores contratados até ao fim do ano escolar e 4 contratados a termo incerto em regime de substituição. Salienta-se que apenas 3 professores contratados lecionam horários completos.

Relativamente ao pessoal não docente, a ESP conta com o apoio de um psicólogo e de 36 assistentes, dividindo-se estes em assistentes técnicos com funções administrativas e assistentes operacionais com funções auxiliares educativas.

Depois de concluir o estágio curricular, consideramos que a ESP se encontra num patamar de excelência e mérito, pelo que atrai um número cada vez maior de alunos. Oferece todas as condições no que diz respeito à qualidade do ensino, assim como as infraestruturas necessárias e essenciais ao ideal funcionamento de todas as atividades letivas e não letivas que se desenvolvem na escola.

Convém neste ponto salientar, que o Projeto Educativo da escola se compromete, em primeiro lugar, a desenvolver o apoio escolar a todo o conjunto de atividades letivas, dando resposta ao desafio do Programa Nacional de Promoção de Sucesso Escolar, expresso na Resolução do Conselho de Ministros n.º 23/2016²⁸. Em segundo lugar, a reforçar a articulação entre docentes e os encarregados de educação, criando uma maior proximidade entre a escola e a realidade dos alunos. E, dando maior ênfase às atividades extracurriculares, de carácter formativo. Todas estas propostas visam estimular o gosto pela escola e contrariar o abandono escolar precoce, assim como promover a integração

²⁸. As medidas de promoção do sucesso educativo, podem ser consultadas em <http://www.dge.mec.pt/medidas-de-promocao-do-sucesso-educativo>. Acesso 20-06-2017.

responsável dos alunos na vida da escola, de forma a desenvolver o conhecimento e o apreço por valores sociais, proporcionando experiências inovadoras que vão favorecer a autonomia, a maturidade cívica e sócio-efetiva dos alunos. Levando ao estímulo de atitudes e de hábitos de relacionamento e cooperação, contribuindo para o desenvolvimento de ações que envolvam sentimentos de liberdade, paz, justiça e solidariedade, e, por fim, prevenindo situações de risco para a conservação do ambiente e do património (Plano Anual de Actividades, 2016/2017²⁹).

Para se alcançarem os objetivos traçados pelo projeto educativo da escola, foram identificados, para o ano letivo 2016/2017, um conjunto de metas (ob.cit., p.2):

- a) Valorização da comunicação dialógica entre os sujeitos do processo educativo;
- b) Realização dos alunos como cidadãos autónomos e responsáveis, capazes de traçar um projeto de vida e de construir, decidindo, as suas próprias aprendizagens;
- c) A promoção do acompanhamento pedagógico dos alunos, garantindo-lhes as competências necessárias para uma plena integração social;
- d) Integração dos pais no processo educativo valorizando a sua aproximação á vida escolar.

2.3. Caracterização das turmas

Após alguns meses de contacto diário com as turmas que pertenciam à orientadora cooperante, com a qual partilhamos a lecionação, foi possível reunir um conjunto de informações que deram origem a uma espécie de ‘perfil de turma’.

Em termos globais, podemos considerar que estas turmas eram bastante numerosas, apesar de serem constituídas por um número de alunos variável entre os 18 e os 30.

As quatro turmas com as quais nos propusemos desenvolver o nosso trabalho de investigação pertenciam ao ensino regular, sendo duas do 8º ano de escolaridade e duas do 10º ano.

No que concerne às características das turmas do 8º ano, que designaremos por A e B e podemos referir que a primeira pertence ao ensino articulado em Música, sendo

²⁹ Plano Anual de Atividades (PAA) – Ano Letivo 2016/2017. Escola Secundária de Paredes. Disponível em http://www.esparedes.pt/esp/images/stories/2016-17/PAA_2016-2017.pdf. Acesso a 06-06-2017

constituída por 24 alunos, dos quais 19 são do sexo masculino e 5 do sexo feminino, com uma média de idades que ronda os 13 anos. Esta turma não possui historial de retenções no seu percurso escolar e, além disso, também não tem nenhum aluno com Necessidades Educativas Especiais (NEE). Quase todos os seus elementos pretendem dar continuidade aos seus estudos, prosseguindo para o ensino superior. A maioria dos alunos vivem no concelho de Paredes ou nas freguesias adjacentes à cidade, demorando apenas entre 5 a 10 minutos a deslocarem-se até à escola. Dos elementos da turma 7 frequentam centros de estudo, no sentido de obterem apoio no desenvolvimento das tarefas letivas, quer no que diz respeito aos trabalhos de casa, quer à prática de um estudo continuado. Relativamente aos seus Encarregados de Educação (EE) a maioria (19) encontra-se em situação profissional efetiva, tendo idades compreendidas entre os 41 e 50 anos de idade e possuindo grande parte um nível de habilitações literárias elevado (9 EE possuem o 12º ano, 8 o grau de licenciatura, 4 o 9º ano, 2 o doutoramento e 1 elemento não respondeu). Importa dar ênfase ao facto de todos os alunos gostarem de estudar e, mais ainda, da escola que frequenta. Todas as características enunciadas dão origem a uma turma de excelência, empenhada, motivada e sedenta de mais conhecimento, onde a procura de novas referências extra-escola é uma constante em alguns elementos da turma. No geral, a forma como se comportam é bastante positiva, obtendo, no final, bons resultados.

O 8ºB, direção de turma da orientadora cooperante, englobava inicialmente 28 elementos, 10 do sexo feminino e 18 do sexo masculino – com uma média de idades de 13,2 anos - mas ficou apenas com 26 alunos pelo facto de dois deles (um do sexo masculino e outro do sexo feminino) terem mudado de estabelecimento de ensino. No que concerne a retenções escolares possui um pequeno historial – com 9 alunos retidos em anos distintos - e existe somente um aluno com NEE (uma doença degenerativa), sendo de realçar o respeito e apoio que toda a turma lhe confere, o que demonstra uma certa maturidade e alteridade destes meninos. No que diz respeito à continuidade dos estudos, a turma subdivide-se: metade (13) demonstra vontade de prosseguir os estudos, enquanto a outra parte pretende apenas finalizar o 12º ano de escolaridade. Como no caso anterior a maioria dos alunos vivem no concelho de Paredes ou nas freguesias próximas da cidade de Paredes, mas demoram entre 10 a 30 minutos a deslocarem-se até á escola, fazendo-o, a maioria, de autocarro (15) ou de carro (7) e os restantes a pé

(3) ou de comboio (3). Dos elementos da turma, 9 frequentam centros de estudo, com os objectivos já referenciados no caso anterior. Relativamente aos EE dos alunos da presente turma, 19 encontram-se no activo, mas 8 em situação de desemprego e 1 reformado. As idades variam, maioritariamente, entre os 41 e 50 anos de idade, possuindo um nível de habilitações literárias, ligeiramente, abaixo da turma referida anteriormente: 7EE possuem o 9º ano, 7 o 12º ano, 7 o 6º ano, 3 o 4º ano, 1 o 10º ano, 2 são licenciados e 1 é bacharel. Importa salientar que apenas 19 alunos referem gostar de estudar, embora todos demonstrem apreço pela escola que frequentam.

Num contexto comparativo, podemos considerar que o 8ºA se revela uma turma mais empenhada e com um melhor comportamento em sala de aula. No entanto, o 8ºB reúne alunos mais preocupados com os colegas, demonstrando, embora de forma relativa, maior companheirismo e interajuda entre os vários elementos. E apesar de não possuírem um nível de conhecimentos muito elevado e terem resultados mais fracos em termos quantitativos, não deixam de colaborar e participar nas aulas esforçando-se para alcançar bons resultados.

No caso das turmas do Ensino Secundário, 10º A e 10º B, importa referir que a segunda é composta, na totalidade, por alunos que ficaram retidos no ano anterior.

Relativamente ao 10º A, é uma turma constituída por 30 alunos, sendo 18 do sexo feminino e 12 do sexo masculino, com uma média de idades correspondente a 15,75 anos. No que toca a retenções escolares possui um considerável historial, referindo-se que 10 elementos ficaram retidos no ano anterior e outros 5 terão ficado retidos noutros anos. Não existe nenhum aluno com NEE, mas 6 alunos usufruíram de apoio escolar no decorrer do presente ano letivo. No que diz respeito à vontade de dar continuidade ao ciclo de estudos, a turma é quase unânime: só 3 elementos pretendem apenas completar o 12º ano de escolaridade, enquanto os restantes demonstram vontade de prosseguir para o ensino superior. Quanto à sua origem, grande parte provém de vários locais do concelho de Paredes ou de Penafiel, demorando, a maioria, entre 15 a 30 minutos a deslocarem-se até à escola, fazendo-o, a maioria, a pé (9), de carro (8), de comboio (6) ou de autocarro (7). Dos elementos da turma, 2 frequentam centros de estudo. Relativamente aos EE, 19 encontram-se em situação profissional efetiva, 7 são contratados e 4 em situação de desemprego. As idades variam, maioritariamente, entre os 41 e 50 anos de idade, possuindo um nível de habilitações literárias variável (Gráfico

1).

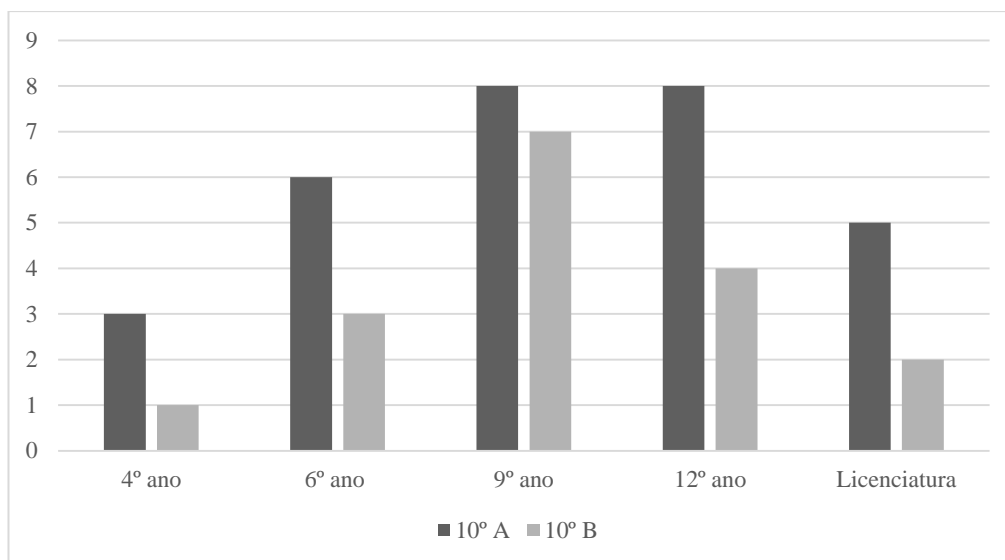


Gráfico 1 – Habilitações literárias dos EE dos alunos das turmas A e B do 10º ano.

Importa enfatizar que apenas 12 alunos referem gostar de estudar - o que nos parece estranho dada à vontade manifesta em prosseguir o ensino universitário - mas todos salientam que gostam da escola que frequentam.

Todas as características anteriormente referenciadas demonstram-nos que esta turma apresenta algumas diferenças no que se refere às turmas do 3º ciclo. Na nossa opinião denotam uma menor vontade e aptidão para o estudo, assim como tendem a ser menos participativos durante as aulas. Contudo, consideramos que evoluíram ao longo do ano: tendo iniciado o primeiro período letivo de forma apreensiva relativamente às aulas de Geografia, concluíram o ano muito ‘mais soltos’, embora permanecendo alguns elementos com imensas dificuldades de aprendizagem.

Já a turma do 10º B é formada por 24 alunos, 12 dos quais do sexo feminino e 13 do sexo masculino. É importante referir que 6 dos 24 alunos nunca compareceram na escola, sendo a média de idades de 15, 8 anos. No que alude a retenções escolares, esta turma possui um considerável historial. Tal como referimos anteriormente, todos os elementos ficaram retidos no ano anterior e outros 3 terão ficado retidos noutros anos. Não existe nenhum aluno com NEE, contudo, 1 aluna usufruiu, no decorrer do presente ano letivo, de apoio escolar. No que diz respeito ao dar ou não continuidade ao ciclo de estudos, a turma é quase unânime, tendo apenas 3 elementos respondido que queriam terminar os seus estudos assim completassem o 12º ano de escolaridade, quando aos restantes, demonstraram, todos, vontade de alcançar, um dia, o ensino superior (14). Os

alunos da presente turma vêm de vários locais do concelho de Paredes ou então de outras áreas que circundam este concelho, demorando, a maioria, entre 15 a 30 minutos a deslocarem-se até à escola, fazendo-o de autocarro (7), de comboio (5) ou de carro (3) e os restantes (2) a pé. Apenas 2 estudantes frequentam centros de estudo, enquanto os restantes estudam de forma autónoma, em casa, com a ajuda de familiares.

Relativamente aos EE destes alunos, 8 encontram-se em situação profissional efetiva, 1 é contratado e 8 estão desempregados. As suas idades variam, maioritariamente, entre os 30-40 anos de idade (8), os 41-50 anos (6) e mais de 50 anos (3) e possuem um nível de habilitações literárias mais modesto que o da outra turma (cf. Gráfico 1).

Do total de estudantes apenas 7 alunos referem que gostam de estudar, mas quase todos (16) demonstram que gostam da escola que frequentam, com exceção de 1 elemento da turma, que no decorrer do ano letivo pediu transferência para a turma A.

Tudo o que foi, até ao momento, referido demonstra que todas as turmas são distintas entre si. Esta última apresenta um conjunto, estimável, de diferenças no que se refere às turmas do 3º ciclo. Fazendo-se notar, que existe uma menor vontade e aptidão para o estudo, assim como no que diz respeito à participação no decorrer das aulas. Contudo, temos que referir que existe um espírito de equipa e de companheirismo muito grande. E não podemos comparar as duas turmas de 10º, pois são totalmente diferentes. O 10º B é uma turma genuína, com muitíssimas dificuldades. No entanto, não deixam de participar, não deixam de dar uma resposta, por mais disparatada que seja. Parte das dificuldades verificadas neste grupo devem-se ao facto de alguns elementos terem vindo de outras áreas científicas, onde a Geografia não constava do plano de estudos.

2.4. Metodologias de Investigação

Para dar resposta às questões formuladas na introdução do nosso trabalho, optamos por uma metodologia que se insere nas tipologias de investigação empírica, cujo principal objetivo consiste na recolha de observações susceptíveis de explicar o fenómeno em estudo, permitindo igualmente contribuir para o desenvolvimento do conhecimento da temática selecionada para a investigação (Hill e Hill, 2002). Ainda

neste contexto, como a ciência se desenvolve por ruturas contínuas, obedecendo aos paradigmas aceites, deve a inquirição seguir um método científico, auxiliando-se de uma metodologia combinada de métodos quantitativos e qualitativos, na medida em que (...) *ambas as abordagens são necessárias (...). Portanto, elas podem e devem ser utilizadas, em tais circunstâncias, como complementares, sempre que o planeamento da investigação esteja em conformidade* (Minayo e Sanches, 1993, p.240).

Assim, o estudo realizado incidiu na avaliação de atitudes, comportamentos e valores, dos jovens de diferentes idades e escolaridades no que diz respeito ao ambiente, desenvolvimento sustentável e direitos humanos, envolvendo, sequencialmente: a visualização de um vídeo relacionado com a exploração dos recursos naturais; a aplicação de um inquérito por questionário; elaboração de textos expressando uma visão crítica sobre o assunto em causa, baseados na exploração do vídeo (imagem em movimento) e fotografias (imagens fixas) seleccionadas para o efeito, dependendo do ano de escolaridade dos alunos.

Estes instrumentos foram aplicados no ano lectivo transato (2016/2017) no decorrer das aulas de Geografia da Orientadora Cooperante, sendo a nossa amostra constituída (como já referimos) por 89 alunos, dos quais 42 pertencentes a duas turmas do 10º ano e 47 a duas turmas do 8º ano. Correspondendo no essencial a uma metodologia qualitativa, que se caracteriza pela observação, exposição e explanação do meio e do fenómeno que se está a estudar - sem, de alguma forma tentar controlá-los privilegiando as intenções das acções humanas - o seu objetivo é “*o de melhor compreender o comportamento e experiência humana, (...) o processo mediante o qual as pessoas constroem significados e descrever em que consistem estes mesmos significados*” (Biklen e Bogdan, 1994, pp.70).

2.4.1. A utilização da imagem e a percepção dos alunos

Para obtermos informações mais específicas e pessoais sobre os alunos que constituíram a nossa amostra, organizamos algumas experiências de aprendizagem centradas na hipótese da imagem, fixa ou em movimento, ser passível de motivar e ‘emocionar’ os alunos, facilitando a expressão do seu ponto de vista sobre o tema em

estudo, conduzindo-os a apreciações que traduzem as emoções provocadas. Como refere Pinhal (2014, p.27), considerando estudos de Damásio (1997) sobre a ‘emoção, razão e cérebro humano’, se “(...) os seres humanos tendem a relembrar mais facilmente acontecimentos que envolvam componentes emocionais (...) e a memória é um aspeto a considerar em qualquer aprendizagem, por que razão não se poderia usar a emoção dentro da sala de aula? E, acrescenta:

Uma forma de fomentar essa componente emocional é envolver os alunos seja com a produção das suas próprias fotografias ou vídeos, ou simplesmente conduzindo-os a uma análise e interpretação mais pessoal e, por isso, subjetiva. Mesmo uma imagem fixa, como uma fotografia, pode ganhar movimento na cabeça dos alunos se ela se tornar mais real aos seus olhos, se se trouxer as suas histórias ou se se inventar uma (ob.cit., p.28).

Portanto, tanto no 8º como no 10º ano utilizamos inicialmente a imagem em movimento, com recurso a um vídeo motivacional sobre a temática. Este vídeo foi elaborado através do *software Movie Maker*, tendo como referência o filme *Diamantes de Sangue* (2006)³⁰ - realizado por Edward Zwick e protagonizado por Leonardo DiCaprio, Jennifer Connelly e Djimon Hounsou - assim como alguns documentários do Canal História³¹ sobre a exploração e venda de diamantes na Serra Leoa e o seu impacto na vida das populações locais³². De acordo com o *video pitch* (Figura 6) organizado na fase de planeamento, pretendia-se elucidar os alunos sobre a importância e gravidade da exploração de recursos naturais e humanos, utilizando como exemplo uma situação muito divulgada pelos *media* e, em simultâneo, sensibiliza-los tentando criar uma consciência cívica em torno da forma como os direitos humanos são violados na perspectiva consumista de recursos naturais que, inclusivamente, não são bens de primeira necessidade³³. Previamente à visualização conversamos com os alunos,

³⁰Disponíveis em: <https://www.youtube.com/watch?v=xhSSLQMJ-Y0>

³¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2Ar0gCAV40>

³² Disponíveis em: <https://www.youtube.com/watch?v=2Ar0gCAV40>;

³³. Como referem Silva, Araújo e Santos (2001, p.103), *o capitalismo opera, ante o universo das necessidades humanas, uma dupla processualidade: de um lado, ao impulsionar o desenvolvimento das forças produtivas, produz necessidades “múltiplas e ricas” e de outro, limita-as, provocando o empobrecimento dos homens, porquanto transforma o desejo de possuir em síntese e principal expressão da riqueza, aspiração primeira do gênero humano. Na medida em que a produção constitui o objectivo do homem e a riqueza, o objetivo da produção (MARX, 1985), a própria riqueza manifesta-se em forma de coisa ou objetos, resultado de uma relação externa aos indivíduos que a produzem.*

tentando, sem influenciar, explicar os procedimentos que se seguiriam, ou seja, o tipo de trabalho que lhes seria solicitado *à posteriori*.



Figura 6- Imagens retiradas do vídeo pitch realizado pela autora.

Assim, finalizado o vídeo, solicitamos aos alunos do 8º ano, das turmas A e B, que escrevessem um pequeno texto dando a sua opinião sobre o que tinham observado, tendo em consideração a problemática relatada. É importante referir que se salientou que tudo o que escrevessem era válido, pois estavam a expressar as suas opiniões e, portanto, não havia ‘certos nem errados’. O principal objetivo era que os alunos registassem o que mais lhes captara a atenção, sendo necessário, como refere Pinhal (2014, p.54) (...) *criar um ambiente propício à liberdade de expressão (...) se se quer que os alunos reajam, trabalhem e se manifestem tal e qual são e pensam.*

A abordagem feita nas turmas de 10º ano foi distinta, apesar de também terem assistido ao vídeo motivacional. No entanto, ao invés de escreverem um texto sobre o que observaram, foi-lhes pedido que, além de terem em conta o vídeo, analisassem em grupo um conjunto de fotografias (imagens fixas) (Figura.7).



Figura 7- Exemplos de fotografias analisadas pelos alunos. Fonte: Google Imagens

Cada grupo teria de selecionar 6 imagens de um conjunto disponibilizado, e, através das imagens, deveriam ‘contar’ uma história com elas relacionadas.

No final os resultados desta participação escrita foram díspares, mas permitem, analisando cada uma das abordagens, avaliar a perceção dos alunos do 8º e 10º ano de escolaridade sobre a exploração dos recursos naturais e seus impactos.

2.4.2. Aplicação do inquérito por questionário

Para obtermos os dados necessários ao estudo, foi igualmente construído e aplicado um questionário a ambas as turmas. Optamos pela utilização deste instrumento uma vez que consideramos que seria a forma mais rápida e completa de recolha de informação sobre valores e atitudes dos jovens perante as temáticas já acima mencionadas³⁴.

O questionário, como o nome indica, não é mais do que um conjunto de questões, devidamente estruturadas, que se destinam à exploração das opiniões das pessoas a quem são dirigidos (Bravo, 1986). Como nos referem alguns autores, como Hill & Hill (2009) e Vallejo (2011), os questionários utilizados para medir atitudes costumam usar afirmações relativas a um dado objeto ou atitude (em vez de perguntas) e as escalas de resposta devem ser do tipo *Likert*: para cada afirmação há normalmente uma escala de cinco pontos, solicitando a quem está a responder indicação sobre o seu grau de concordância ou discordância com as afirmações que lhe são apresentadas. A escala de Likert corresponde nos extremos a ‘concordo totalmente’ e ‘discordo totalmente’, englobando um número variável de pontos intermédios (i.e. não concordo nem discordo; concordo; discordo) (Nogueira, 2002). Na fase de elaboração do questionário, tivemos em atenção a forma como as questões/afirmações foram redigidas, simples, mas não infantis, claras e precisas, para que os inquiridos não tivessem dificuldades na sua interpretação.

³⁴. De acordo com Quivy (1992), esta técnica é especialmente apropriada quando se pretende obter conhecimentos sobre um determinado grupo, quanto às suas condições de vida, os seus comportamentos e valores.

O questionário encontra-se organizado em duas partes (Anexo ...): a primeira contempla 20 afirmações sobre os recursos naturais e o impacto derivado da sua exploração sobre o ambiente e os seres humanos, que os estudantes teriam de avaliar de acordo com 5 opções (de “concordo totalmente” a “discordo totalmente”); a segunda parte é constituída por 15 frases relativas à forma como os alunos utilizam os recursos, portanto, de alguma forma as suas atitudes e comportamentos perante o ambiente (esta avaliação é feita mediante a utilização de uma escala que varia entre ‘nunca’ e ‘sempre’).

Após a recolha de informações, procedeu-se ao tratamento estatístico dos dados com recurso ao programa *Microsoft Office Excel*.

Além dos procedimentos referidos, tentamos ainda, em parceria com um Docente de Educação Visual, que os alunos elaborassem uma Pintura Mural na Escola Secundária de Paredes. Esta intervenção não foi concluída - devido ao facto de haver um programa a cumprir no que diz respeito à disciplina de Educação Visual e outros contratempos que foram surgindo ao longo do ano lectivo - mas passamos a explicar em que consiste este projeto, já em andamento, de realizar uma pintura exterior de grandes dimensões e de forte impacto visual elegendo como tema a sustentabilidade e o futuro do planeta.

Constituindo uma intervenção pictórica de grandes dimensões, que articula conhecimentos interdisciplinares – pois justifica-se também pela importância e vivência artística na manipulação e experimentação de outros suportes - pretendia-se a criação de um espaço de valor artístico para a escola. Esta obra foi pensada em duas escalas de observação: uma escala geral que permite a leitura completa do conjunto padrão e das palavras base ‘Sustentabilidade, Respeito, Futuro, Sonho’; uma escala de pormenor ou ‘pedonal’, geradora de uma atmosfera visual que altera a percepção do lugar, sugerindo ou remetendo para uma imagética próxima à de uma praça ou parque. As palavras escolhidas, que fora dos livros se soltam e ganham vida colocando-se no caminho de quem circula pelo espaço escolar, leva-nos a um diferente tipo de reflexão ou intuição.

Nesta perspectiva, os alunos foram instigados a criarem composições ancoradas na emergência de transformar o futuro, reduzindo o interesse colectivo pelas coisas superficiais e materiais. Uma ideia de alegria, positivismo e sucesso onde se pudesse

tornar permanente a vida ligada à Terra. Onde nos pudéssemos fundir com a natureza, para que brotasse de novo a esperança (Figura 8).

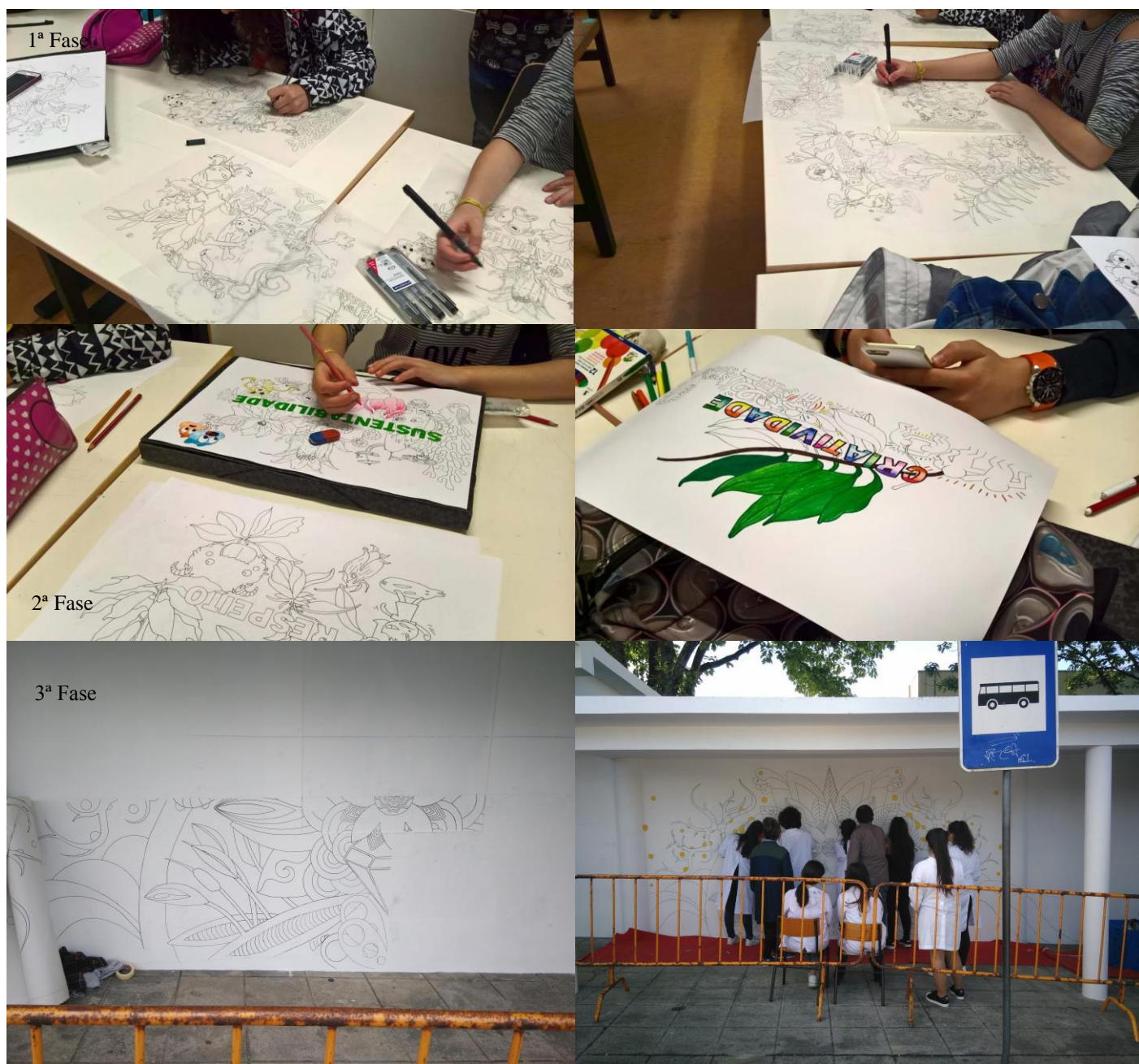


Figura 8 – Fotografias das primeiras fases do 'Projecto Mural' – 1ª Fase; 2ª Fase e 3ª Fase

Onde pequenas acções podem dar lugar a grandes mudanças. Embora não finalizado, este projecto terá continuidade no presente ano lectivo (2017/2018).

Capítulo III – Análise de Resultados

Neste capítulo, tal como o título ilustra, iremos fazer a análise dos dados obtidos através da utilização das várias metodologias, por nós, escolhidas e postas em prática. De forma, a tentarmos verificar se os resultados obtidos vão de encontro com o que a revisão bibliográfica nos demonstra.

3.1 Tratamento dos dados dos Inquéritos – Parte I

Com já referimos, estes inquéritos envolveram 2 turmas do 8º ano que designamos por A e B, assim como 2 turmas do 10º ano também com a mesma nomenclatura.

No total as 4 turmas perfazem 89 alunos, dos quais 47%³⁵ (42 alunos) pertencem ao 10º ano e 53% (47 alunos) às turmas de 8º ano (Gráfico 2). Relativamente à distribuição do género por ano de escolaridade, verificamos que predomina o masculino no 8º ano, com 72% (34 alunos) e o feminino no 10º ano (24 alunos) (Gráfico 3).

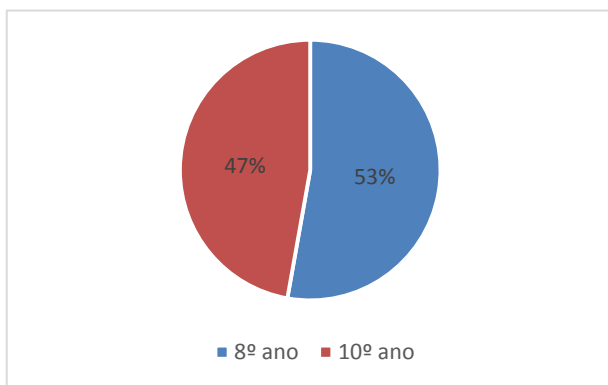


Gráfico 3- Total da amostra em %.

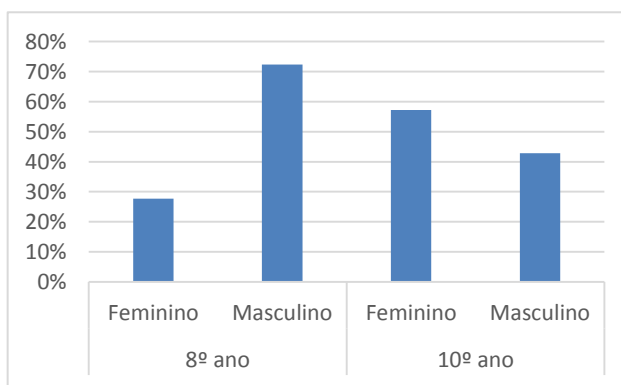


Gráfico 2- Género da Amostra por nível de escolaridade em %

³⁵ A fonte de todos os gráficos é o inquérito realizado

No que diz respeito à idade, verificamos que os alunos do 8º ano têm maioritariamente 13 anos (41 nasceram em 2003), enquanto a média de idades dos alunos do 10º ano ronda os 16-17 anos (24 nasceram no ano 2000 e 13 em 2001).

Passando para a análise das questões centrais do inquérito, centremo-nos na primeira parte, relativa aos recursos naturais e os seus impactos sobre o ambiente e os seres humanos, em que os alunos tinham que atribuir um valor a cada afirmação, de acordo com a escala de concordância/discordância definida.

Para analisarmos esta primeira parte do inquérito, como já referimos anteriormente, agrupamos as 20 afirmações por temáticas. Tendo estas ficado distribuídas da seguinte forma: as afirmações de 1 a 7 estão relacionadas com os ‘limites’ de exploração dos recursos naturais diretamente ligadas às atividades humanas; no que diz respeito às afirmações de 8 a 11, ligadas ao grau de desenvolvimento dos países e aos rendimentos obtidos pela exploração de recursos naturais; relativamente às afirmações da 12 à 16 relacionadas com a importância e a forma como os recursos naturais estão a ser sobreexplorados e destruídos nos países e regiões do mundo; e, por último, da 17 a 20 relacionados com o facto dos recursos naturais estarem associados à origem e sustentação de conflitos.

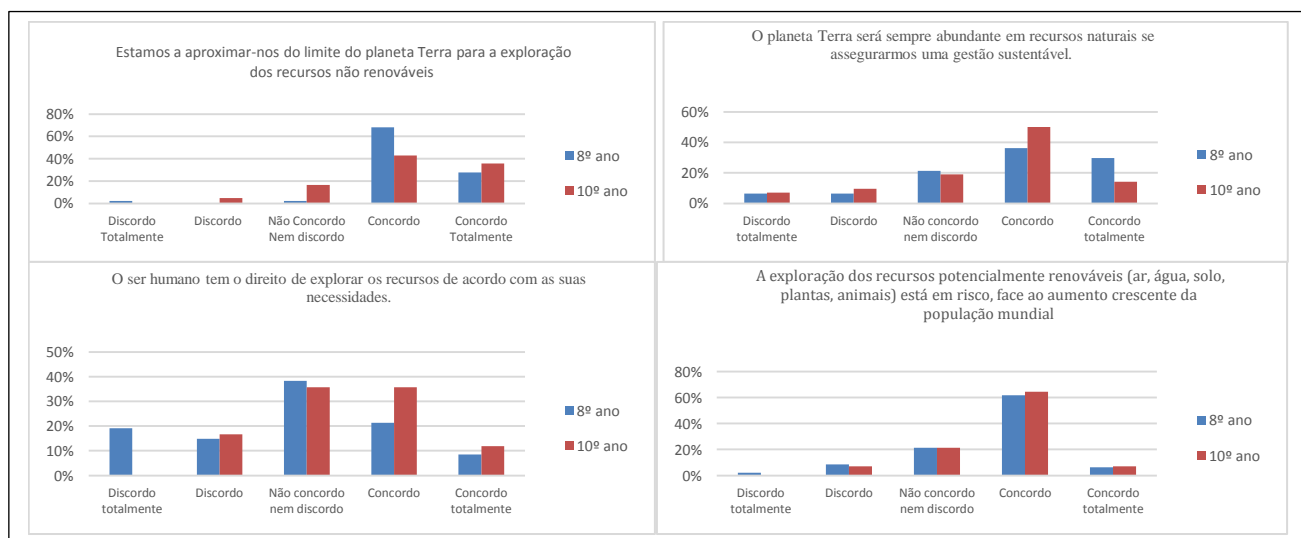


Gráfico 4- Respostas dos alunos, em % e por nível de escolaridade, ao item 1,2,3,4.

Começando, então, pela análise dos resultados obtidos no primeiro conjunto de afirmações, da 1 a 7 (Gráfico 4), podemos constatar que mais de metade dos alunos inquiridos afirmavam concordar ou concordar totalmente com as afirmações que lhes foram apresentadas, isto, no que diz respeito às questões dos ‘limites’ e exploração e utilização dos recursos naturais. É, igualmente, de salientar que estes resultados se puderam observar em ambos os níveis de escolaridade, 8º e 10º anos. Neste contexto, e, ainda, no que respeita aos resultados da análise das primeiras afirmações, preocupa-nos o facto de ter havido uma percentagem considerável de alunos que responderam ‘nem concordo nem discordo’ demonstrando alguma apatia e desinteresse pelas problemáticas em estudo, tal como é referido em alguns estudos³⁶. Por outro lado, está é, sem dúvida, a resposta mais fácil em nada os comprometendo. Mas também é possível que se associe a uma postura mais reflexiva, considerando os inquiridos que não é possível dar uma resposta linear a uma afirmação tão determinista, como é o caso da primeira afirmação. A pequena percentagem que ‘discorda totalmente’, sendo superior no 10º ano, leva-nos a pensar que teria sido importante incluir no questionário um ‘pedido de justificação’, embora tal implicasse uma logística mais complicada. Desta mesma análise, podemos também concluir que as respostas de ambos os níveis foram idênticas, tendo demonstrado alguma ‘despreocupação’, levando a que nos questionássemos se estarão ou não familiarizados com as temáticas em questão. Contudo, esse facto é pouco provável, uma vez que estas temáticas são abordadas na disciplina de Geografia nos dois níveis.

Além do que já referimos anteriormente, podemos, ainda, fazer alusão ao facto de ter havido por parte dos inquiridos respostas muito diversificadas, demonstrando opiniões que não são unânimes, e indicando níveis de conhecimento diferenciado entre os vários alunos, de acordo com o que verificamos ao longo do ano letivo e, claro, a demonstração de maior preocupação e entendimento sobre estas questões. Comparando os níveis de ensino, as opiniões e conhecimentos diversificados adivinhavam-se maiores. De um modo geral, os alunos demonstraram consciência ambiental, isto é, preocupação e consciência sobre o impacto das atividades humanas sobre o uso ‘desmesurado’ dos recursos naturais, como se pode verificar através dos resultados

³⁶. Ver, por exemplo, Basilaris (s/d), disponível em: <http://www.basilaris.com/newsletters/conteudos/201012%20Diferencas%20entre%20Geracoes.pdf>. Acesso 20-08-2017.

obtidos (Gráfico 4). Ainda, de acordo com o grau de concordância que os inquiridos responderam às afirmações, conseguimos reafirmar a necessidade de se incentivar a consciencialização ambiental, principalmente nos jovens de idade superior. Uma vez que os mais jovens, no geral, deste primeiro grupo de afirmações, demonstraram maior interesse e preocupação que os das faixas etárias superiores. Portanto, pelos resultados obtidos, principalmente aqueles cujas respostas foram ‘nem concordo nem discordo’, podemos apontar no sentido de que o nível de conhecimento geral sobre a exploração de recursos naturais e os seus impactos no planeta Terra, apesar de não ser muito aprofundado (constatação revelada pelas respostas dos alunos), acaba por estar presente nos seus pensamentos. Mas acentua, na nossa opinião, a necessidade deste tema ser abordado em várias disciplinas e, de acordo com o pressuposto comum: a Terra é um sistema que integra um vasto grupo de elementos interdependentes que interagem entre si, realizando trocas e influenciando-se mutuamente. Neste sentido, tal como James Lovelock já em 1965 afirmava, a Terra é um “organismo vivo, capaz de responder às modificações a que se vê sujeita, reagindo e adaptando-se, mantendo e auto-regulando o seu próprio ‘corpo’”.

Isso não implica, no entanto, que as atividades humanas não se devam pautar por uma utilização sustentável dos seus recursos ... porque a capacidade de auto-regulação da Terra e a sua capacidade de adaptação pode implicar transformações importantes para a humanidade. Como refere Ian Stewart no *Terra Rara* do documentário da BBC *Terra: O Poder do Planeta*³⁷:

A Terra e a vida recuperaram de muitas catástrofes e por vezes até beneficiaram da sua ocorrência. Esta habilidade de lidar com as catástrofes é verdadeiramente algo muito especial sobre a Terra. O nosso planeta é mesmo muito resistente e não há nada que indique que tal pode mudar num futuro próximo. A longo prazo, a Terra pode superar qualquer situação em que a coloquemos. Nós podemos extinguir todas as florestas, mas elas podem recuperar depois de alguns milhares de anos. Podemos queimar todo o combustível fóssil enchendo a atmosfera com dióxido de carbono, mas mesmo assim levaria cerca de 1 milhão de anos para a atmosfera recuperar. Até mesmo os animais que estão em extinção, eventualmente serão substituídos por outros igualmente ricos em diversidade, já que o trabalho implacável da evolução continua. É apenas uma questão de tempo. A Terra

³⁷. Disponível e adaptado de <https://www.youtube.com/watch?v=gsOS5W5wjDg&list=PLBAA6726A578FC836&index=6>. Acesso 20-09-2017.

ficará bem. Não pretendemos dizer que as mudanças rápidas a que assistimos não sejam importantes. Mas o Homem opera a uma escala de tempo distinto. Nós evoluímos para viver num mundo como ele se encontra actualmente. Modificando este mundo, estamos a alterar o ambiente que permitiu à raça humana prosperar. Podemos estar a criar condições que ameacem a longo prazo a sobrevivência da nossa civilização (...) O planeta Terra não precisa de ser salvo. A Terra é uma notável sobrevivente. Não é com o planeta que nos devemos preocupar...é connosco.

Com efeito, consideramos que os alunos deveriam expressar uma postura mais vincada sobre a forma como estamos a contribuir para o esgotamento dos recursos naturais e a degradação do ambiente, devido a uma gestão não sustentável dos recursos. Não se põe em causa o direito de os explorar para garantir a satisfação das nossas necessidades, mas tal deve ser feito numa perspectiva de consumo responsável que garanta às gerações futuras a herança de um planeta que lhes proporcione qualidade de vida.

Assim, pese o facto de serem conteúdos tratados no decorrer do ano lectivo em algumas disciplinas, como é o caso de Geografia, eles parecem ainda não merecer a devida atenção por parte dos alunos. Ou seja, não é ainda clara a existência de uma consciência efetiva sobre o carácter finito dos recursos naturais (não renováveis) e da sua real importância para a sobrevivência de toda a humanidade.

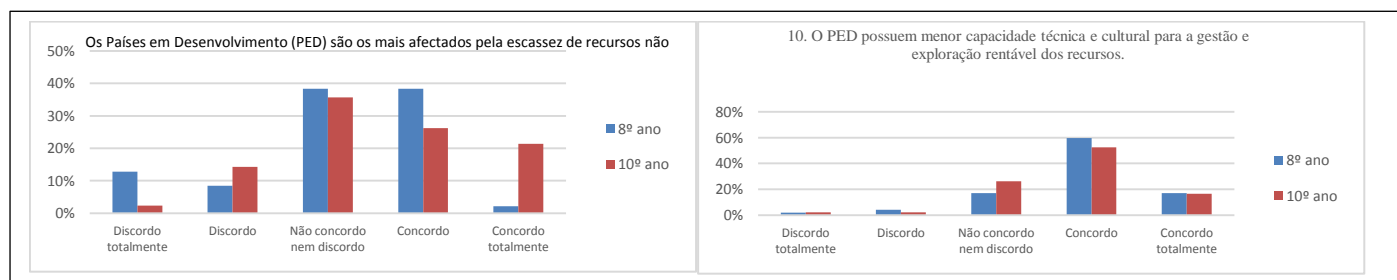


Gráfico 5- Respostas dos alunos, em % e por nível de escolaridade, ao item 8 e 10.

No que concerne à análise dos resultados obtidos das afirmações de 8 a 11 podemos dizer que, no geral, neste conjunto de afirmações é maior o grau de concordância (cerca de 70%) em ambos os níveis. Com isto os alunos inquiridos demonstraram terem, genericamente, uma noção da diferente distribuição espacial dos recursos pelas diversas regiões do mundo, e que tal tem impacto no seu nível de desenvolvimento socioeconómico. Contudo, e à semelhança do que aconteceu no conjunto de afirmações anteriores, também neste conjunto obtivemos resultados

elevados na opção ‘não concordo nem discordo’ para os dois níveis de escolaridade, prosseguindo-se o ‘concordo’, mas com resultados distintos para os níveis aqui representados. Não ignorando as anteriores interpretações, a verdade é que sabemos que a posse de recursos naturais não é diretamente proporcional ao desenvolvimento socioeconómico do país. A interpretação das respostas dadas a algumas afirmações não foi simples. De imediato poderíamos considerar que os alunos não conhecem a realidade dos PED, pelo que optaram por dar respostas ‘intermédias’ que talvez seja até a mais adequada. Na verdade, estes países são, por vezes, dos maiores detentores de recursos não renováveis (i.e. diamantes e combustíveis fósseis). Contudo, e muitas vezes, a exploração dos recursos está nas mãos de grandes empresas internacionais.

Devido ao facto de os alunos terem selecionado certas opções, não se descora a hipótese da forma como foi colocada a questão e ter induzido ao erro ... e se assim foi, estes últimos alunos demonstraram uma reflexão adequada (48% dos alunos do 10º ano responderam não concordar nem discordar da afirmação 11). Na verdade, o problema da ocupação dos solos com potencial agrícola para outro tipo de usos, é um problema que se coloca, essencialmente, nos PD.

Concluindo a análise do segundo subconjunto de afirmações, que diz respeito ao desenvolvimento das diversas regiões do mundo, é interessante verificar que os alunos compreendem estas diferenças e reconhecem que os PED são prejudicados pelos PD, ganhando mais com os recursos naturais, que não possuem, do que os países que detêm estas riquezas.

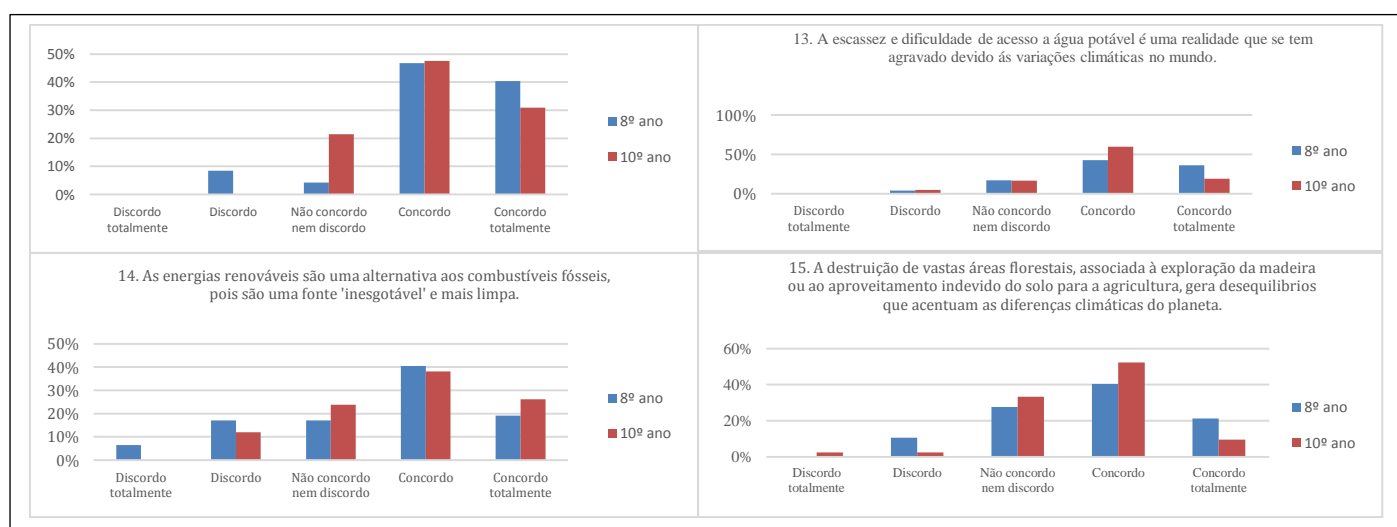


Gráfico 6- Respostas dos alunos, em % e por nível de escolaridade, ao item 12, 13, 14 e 15.

Pegando, agora, no terceiro grupo de afirmações, da 12 a 16, e analisando os resultados que podemos observar, constatamos que os inquiridos demonstraram ter uma opinião, por nós, espectável, pois estas temáticas sobre a escassez dos recursos são abordadas com frequência nas escolas, nos meios de comunicação social, sendo quase uma ‘verdade instituída’, muitas vezes sem a informação /discussão necessárias. De qualquer modo, mais de metade da nossa amostra demonstra preocupação pela temática da sobreexploração dos mais diversos recursos naturais, denotando consciência ambiental e até alguma consternação em relação a estas questões.

Ainda, pela análise realizada, conseguimos, igualmente, apurar que existe alguma confusão de opiniões, o que na nossa opinião poderá estar relacionado com o desconhecimento de diversos conceitos apresentados.

Sumariando mais um conjunto de afirmações, denotamos uma perceção adequada sobre os vários recursos naturais existentes e da sua importância, e a forma como, no mundo, estão a ser utilizados, erradamente, contribuindo para a sua degradação, destruição, agravando os vários problemas ambientais que afetam o nosso planeta e, mais uma vez, colocando em risco a ‘continuidade’ da vida na Terra.

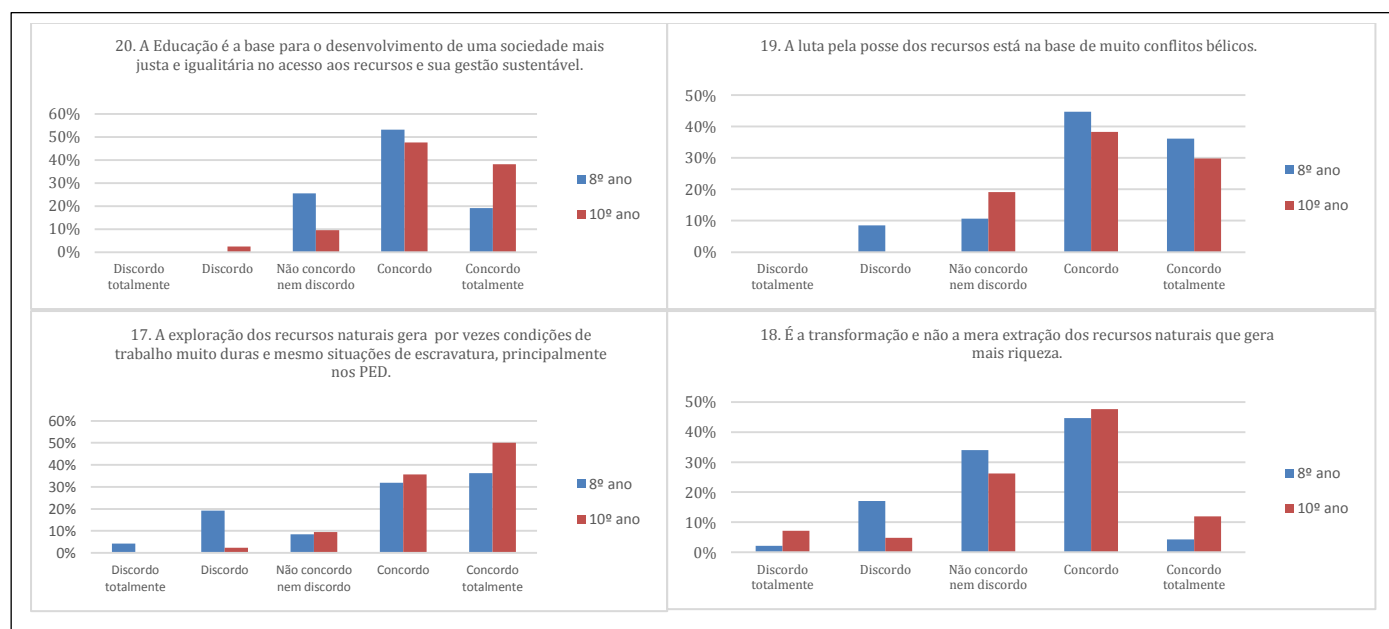


Gráfico 7- Respostas dos alunos, em % e por nível de escolaridade, ao item 17, 18, 19 e 20.

Por último, respeitante às respostas dos alunos aos itens 17, 18, 19 e 20, que nos fala sobre a forma como os recursos naturais são utilizados e qual a razão pela qual estes são associados à origem e sustentação de conflitos, como já previamente referimos.

Como é do conhecimento geral, existem direitos humanos e estes estão constantemente a serem violados. Do grupo dos inquiridos, grande maioria refere concordar com as afirmações, levando-nos a acreditar que através de informações que lhes são passadas nas aulas, e, provavelmente, em contexto extra-curricular, estes ficam mais consensuais sobre a realidade dos PED e dos seus habitantes, causando, nos alunos, preocupação e consternação. E, quem sabe num futuro próximo, faça com que estes desenvolvam uma participação mais ativa na luta contra situações abusivas; por outro lado há também uma grande concordância por parte dos alunos, de ambos os níveis, com o facto de apesar de serem os PED os detentores de recursos naturais, são os PD que auferem mais rendimentos, uma vez que são os produtos transformados que geram mais rendimentos, por eles produzidos. Enquanto que são os PED que exportam matérias-primas cujos valores são mais reduzidos. Preocupa-nos que uma percentagem elevada da nossa amostra denote, pelas respostas dadas, ainda não entender o esquema de funcionamento da exploração do comércio mundial dos recursos e o porquê de serem os PD a terem mais rendimentos do que os PED, se são os segundos que possuem as riquezas naturais.

Além, do já mencionado, evidenciamos, pelas respostas dadas, uma perceção mais consistente sobre a conflitualidade/instabilidade que pode gerar a exploração dos recursos em algumas regiões do mundo.

Finalizando a análise da primeira parte do inquérito, devemos, ainda, mencionar que quase todos os alunos, de ambos os níveis, admitem concordar ou concordar totalmente que a educação é a pedra basilar para o desenvolvimento sustentável, tendo sempre em conta os direitos humanos e a gestão adequada, justa e igualitária dos recursos naturais.

Em suma, entende-se que são estes recursos naturais que estão na origem e na sustentação de muitos conflitos armados que decorreram e decorrem em vários países do mundo, contribuindo para a constante violação dos direitos humanos e para a degradação da qualidade de vida das comunidades que habitam nas áreas afetadas. Felizmente, existe por parte dos alunos, quer do 10º quer do 8º ano, uma perceção sobre estas questões tão importantes e poderão ser eles a criar as soluções, perfeitas, para estas. Agindo como cidadãos que são, plenos de direitos e deveres e cuja participação

nas vastas áreas da escola e da sociedade em geral, cooperarão no sentido de se encontrar, finalmente, um desenvolvimento que tenha em consideração que todos os homens são iguais, que todos devem ter acesso aos mesmos rendimentos e recursos e que ninguém nem nada melhor do que a Educação para se conseguir alcançar este tipo de desenvolvimento, para todas as Nações do mundo.

Podemos então concluir da análise dos gráficos resultantes da primeira parte (Parte I) do inquérito que, no geral, os alunos assumem valores positivos face ao ambiente e aos recursos naturais, mas que ainda é necessário reforçar as suas convicções e atitudes no sentido da promoção do desenvolvimento sustentável e direitos humanos.

3.2 Tratamento dos dados dos Inquéritos – Parte II

A segunda parte do nosso questionário, visava aferir os comportamentos, atitudes e usos que os alunos do 8º e 10º ano de escolaridade fazem dos recursos naturais.

Quadro 2 – Síntese das respostas dadas pelos alunos aos inquéritos, por ano de escolaridade em %

	Nunca		Raramente		Às vezes		Muitas vezes		Sempre	
	8º Ano	10º Ano	8º Ano	10º Ano	8º Ano	10º Ano	8º Ano	10º Ano	8º Ano	10º Ano
1. Viajo diariamente de autocarro para consumir menos combustíveis fósseis.	9%	19%	21%	19%	13%	14%	32%	31%	26%	17%
2. Em minha casa compramos, essencialmente, produtos de fabrico nacional.	0%	0%	17%	17%	53%	64%	28%	19%	2%	0%
3. Estou atento à quantidade de energia que gasto em casa.	2%	17%	28%	24%	23%	40%	34%	12%	13%	7%
4. Deixo a torneira aberta enquanto tomo banho ou lavo os dentes.	57%	38%	23%	12%	11%	31%	2%	10%	6%	10%
5. Tenho em atenção o desperdício de bens alimentares.	2%	5%	0%	7%	32%	17%	40%	31%	26%	40%
6. Troco, sempre que possível, de telemóvel.	38%	29%	32%	38%	21%	12%	4%	10%	4%	12%
7. Utilizo as folhas de papel de ambos os lados.	0%	7%	6%	7%	11%	17%	23%	21%	60%	48%
8. Não vale a pena poupar recursos naturais se os outros não poupam.	62%	50%	13%	24%	11%	17%	6%	7%	9%	2%
9. Evito adquirir produtos fabricados em países onde exploram a mão-de-obra infantil.	9%	14%	13%	36%	40%	31%	13%	7%	26%	12%
10. Não quero saber se adquiro algum produto de empresas onde as pessoas sejam exploradas.	45%	19%	15%	40%	23%	31%	11%	0%	6%	10%
11. Aconselho os meus pais a não comprarem produtos que utilizam a pele dos animais.	6%	14%	9%	21%	36%	24%	15%	5%	34%	36%
12. Reutilizo materiais e dou-lhes nova vida.	11%	12%	17%	48%	26%	29%	32%	7%	15%	5%
13. Chamo, constantemente, os meus pais atenção para comprarem produtos amigos do ambiente.	6%	10%	9%	38%	34%	31%	34%	17%	17%	5%
14. Não deito lixo para o chão.	13%	24%	11%	31%	13%	12%	23%	26%	40%	7%
15. Vou aconselhar os meus pais a investirem em energias renováveis, amigas do ambiente.	11%	0%	2%	19%	19%	26%	43%	29%	26%	26%

Começando pela afirmação 1, onde os inquiridos são confrontados com a afirmação que se refere à forma como estes se deslocam. Ao observar o quadro acima indicado (Quadro 2) conseguimos verificar que uma percentagem considerável de alunos viaja de autocarro (26% no 8º ano e 17% no 10º ano) e fazem-no diariamente. Ou seja, os alunos entendem que utilizar um meio de transporte colectivo é positivo para o ambiente, contudo uma percentagem elevada dos inquiridos continua a utilizar outros meios de transporte (provavelmente, mais poluidores e consumidores de recursos), demonstrando maior atenção pelo conforto e comodidade do que pelo consumo exagerado e desnecessário de recursos naturais. Ou então, isto poderá ocorrer não por vontade dos alunos, mas sim da dos seus pais. É evidente, que qualquer pessoa consegue deslocar-se de forma mais rápida de um local para outro se não tiver que esperar pelo meio de transporte colectivo, e que não tem uma única paragem. No entanto as vantagens da utilização deste tipo de transportes é superior, e os alunos, admitem o mesmo, isto verificado em conversa com os alunos.

No item 2, onde a frase afirma que em nossas casas adquirimos, principalmente, produtos fabricados no nosso país sendo que 64% dos alunos inquiridos do 10º ano e 53% dos do 8º ano asseguram que comprem este tipo de produtos de vez em quando. Portanto, e analisando o quadro anterior (Quadro 2), conseguimos averiguar que não há diferenças a assinalar, sendo que mais de metade dos alunos de ambos os níveis afirmam adquirir produtos nacionais e, de alguma forma, contribuem para o crescimento económico do país e, ainda mais, tendo em consideração que são produtos realizados, à partida, tendo em conta todos os direitos dos trabalhadores e a gestão o mais sustentável possível dos recursos naturais. Contudo, devemos, ainda, salientar que os produtos que vêm de ‘fora’ são, geralmente, mais baratos. Logo, se não se consegue adquirir produtos nacionais, cabe aos produtores e entidades governativas promover os produtos e arranjar formas alternativas de os tornar mais acessíveis.

Relativamente à quantidade de energia que é gasta em casa (item 2), infere-se que os alunos se preocupam com o consumo exagerado de energia, muitas vezes de forma escusada e dispensável, tendo a noção de que quanto mais energia consumirmos, mais estaremos, também, a contribuir para a degradação ambiental e para o consumo exacerbado de recursos naturais. Tal como evidencia o quadro acima indicado (Quadro 2), onde os alunos demonstram, através das suas respostas, preocupação com a

poupança de energia, que, por conseguinte, irá contribuir para se reduzir a quantidade de recursos naturais necessários. Com os resultados obtidos, conseguimos entender que apesar das diferenças entre os níveis de escolaridade não serem grandes, os alunos do 8º ano conseguem ter, mesmo com idade inferior, comportamentos e atitudes relativas ao uso dos recursos naturais mais sustentáveis.

Quando se fala da poupança da água nas nossas atividades do dia-a-dia, como ao lavar os dentes e a tomar banho, os alunos respondem maioritariamente que nunca deixam a torneira aberta (57% do 8º e 38% do 10º ano), tendo a noção de que devem poupar água, pois embora seja um recurso renovável cada vez mais revela problemas, associados ao seu consumo e utilização desadequada e exagerada. Note-se que 23% dos alunos do 8º e 12% do 10º ano referem não poupar água nas atividades diárias ou muito raramente. Contudo, e isso preocupou-nos, 31% dos alunos do 10º e 11% do 8º fazem alusão ao facto de somente por vezes terem atenção o consumo da água; pior ainda, 10% dos inquiridos do 10º ano referem que deixam sempre ou quase sempre as torneiras abertas enquanto realizam outras atividades. Assim, continuam a existir comportamentos totalmente adversos ao que a escola e outras instituições divulgam em relação ao ambiente.

À semelhança do enunciado anteriormente, relativo à poupança da água, também o desperdício alimentar é uma situação que nos deve preocupar e merece atenção de todos. Os alunos não são excepção, demonstrando consciência e referindo que se preocupam com frequência com estas questões (71% no 8º e 66% no 10º ano). Uma vez que existe a noção de que quanto mais desperdiçarmos mais recursos naturais teremos de retirar da natureza e, por conseguinte, contribuiremos para uma maior rapidez do seu esgotamento.

O item 6, está muito relacionado com o consumo de produtos eletrónicos, bastante apreciado, principalmente, entre os mais jovens. Os alunos responderam nunca trocar de telemóvel (com 38% e 29% de respostas do 8º e 10º ano e 32% e 38% assentem que trocam poucas vezes). Portanto, notamos que os alunos 8º ano, talvez devido à sua idade, em termos percentuais denotam valores mais reduzidos do que os do 10º ano no que respeita à obtenção e troca constante de telemóvel. Gostaríamos de acreditar que poderá ser uma consequência da sensibilização de que são alvo, quer por parte da

escola, quer pelos média, ou mesmo por organizações internacionais, que desta forma surtem efeito.

Tudo o que já se foi mencionando até ao momento, relativamente aos comportamentos e atitudes comuns no nosso dia-a-dia, assim como é o caso da utilização das folhas de papel de ambos os lados (referente ao item 7), sendo que 60% dos alunos do 8º ano e 48% do 10º referem utilizar sempre as folhas de ambos os lados (Quadro 2). Com isto, e estando, mais uma vez a comparar os níveis de ensino, reparamos que os alunos do 8º ano são mais ‘conscientes’, no que toca aos comportamentos mais simples e básicos, respeitando dessa forma o equilíbrio do ambiente e a sustentabilidade dos recursos naturais, mais concretamente, neste caso, os recursos biológicos, as nossas florestas, que sofrem cada vez mais problemas. E nesta situação, os alunos de ambos os níveis, reconhecem, quer pelas respostas dadas, quer pelas conversas que tínhamos no decorrer das aulas, que estão interessados nestes assuntos, pois o planeta é de todos.

No item 8, colocamos, (de certa maneira) os alunos à prova, afirmando-se que se os outros não tiverem consciência de na forma como utilizam e exploram os recursos naturais, mas, cada um de nós, individualmente, deve tê-la. Ao que os alunos respondem que, de facto, é verdade, não vale pena fazer esforços, se o fizermos sozinhos, tal como nos elucidam os resultados (62% dos alunos do 8º e 50% dos alunos do 10º ano). Contudo, uma minoria dos alunos diz ser muito importante ter a percepção de que vale sempre a pena poupar recursos naturais, pois é através das pequenas mudanças locais que a grandes repercussões globais se fazem notar. E mais uma vez, nota-se que, relacionando ambos os níveis, os do 8º ano em termos de resultados apresentados, têm mais consciência e uma melhor análise das questões sobre o ambiente. É importante evidenciamos, aqui, que tal como verificamos na análise da primeira parte do inquérito, eram os alunos do 10º ano que tinham uma percepção mais próxima da realidade, e poderá estar relacionado com um conjunto, vasto, de factores, como a idade e o nível escolar frequentado, contudo, no que diz respeito aos comportamentos e atitudes verifica-se que os alunos mais jovens conseguem resultados mais positivos.

Relativamente ao item 9 - respeitante à forma como são fabricados os produtos

em alguns países, utilizando mão-de-obra infantil e se costumam evitar a compra destes produtos - os alunos referem evitar, por vezes, estes produtos (40% os alunos do 8º ano e 31º 10º ano). Devemos, contudo, referir que 36% dos alunos do 10º ano (Quadro 2), demonstraram pouco interesse pelos locais de onde são provenientes os produtos que adquirem e se são ou não fabricados por mão-de-obra infantil. Desta forma conseguimos verificar que os alunos do 8º ano estão mais preocupados e interessados pela problemática da exploração de mão-de-obra infantil, tendo em consideração que estas crianças que produzem produtos do nosso dia-a-dia deveriam ter o direito, tal como eles a irem à escola e não estarem a trabalhar, enquanto que os do 10º, embora também demonstrem alguma preocupação, não é tão relevante como a do 8º ano.

No item 10 - onde se pretende entender se os alunos se importam ou não pelo facto das empresas explorarem laboralmente os seus trabalhadores e se adquirem produtos de empresas onde tal panorama se observa e é conhecido , assim o quadro acima indicado (Quadro 2) revela que uma percentagem considerável dos alunos de ambos os níveis (60% dos inquiridos do 8º e 59% do 10ºano) referem nunca ou muito raramente se preocuparem com esse tipo de coisas, ou seja, dedicam pouca atenção às actividades das empresas que produzem os produtos que consomem, preocupando-se parcamente em perceber como as empresas trabalham, e se cumprem com legislação internacional no que respeita aos direitos dos trabalhadores.

Quando comparamos ambos os níveis percebemos que relativamente à questão da exploração da mão-de-obra, somente, uma percentagem limitada de alunos admite estar preocupado com estas questões, o que nos leva a pensar que provavelmente desconhecem a realidade de várias regiões espalhadas pelo mundo.

Avaliando as respostas dadas pelos inquiridos ao item 11- cuja afirmação está relacionada com a consciência ambiental dos alunos, visando apurar se estes se preocupam em (des)aconselhar os pais a comprarem produtos onde sejam utilizadas peles de animais - verifica-se que os alunos tentam, muitas vezes convencer os seus pais ou familiares a adquirirem produtos que não coloquem em risco a biodiversidade (34% e 36% do 8º e 10º ano) (Quadro 2) e que contribua para um mundo mais sustentável. Portanto, e mais uma vez, denota-se um comportamento e atitudes perante as questões ambientais e os recursos naturais mais atento e empenhado, por parte dos

alunos do 8º ano, mais jovens.

Em termos mais práticos, e relacionado com comportamentos mais comuns do nosso quotidiano está o item 12, onde se avalia a reutilização dos materiais. A esta afirmação os alunos do 8º e 10º ano seleccionaram, 15% e 5% que o realizavam sempre; 32% e 7% que o efetuavam com muita regularidade; 26% e 24% demonstras que o fazem de vez em quando; 17% e 43% raramente se preocupam com a reutilização de materiais e, 11% e 12% nunca o fazem (Quadro 2). Os alunos, com estes resultados, levam-nos a concluir que até mesmo atitudes e comportamentos simples, podem funcionar muitas vezes como grandes obstáculos, principalmente, se não estivermos minimamente preocupados em poupar recursos naturais imprescindível á sobrevivência de todos.

O item 13, diz respeito ao ambiente e a atitudes pró-ambientais (Quadro 2). Os alunos foram confrontados com a frase que afirma que chamam a atenção dos pais (com frequência para darem preferência a produtos ‘amigos’ do ambiente. Sendo que os resultados que emanaram da afirmação referem que os alunos têm este tipo de atitudes para com os pais de vez em quando (34% no 8º e 31% no 10º ano), ou seja, porque, provavelmente, não o acham importante ou então, porque acham que os pais não lhes dariam ouvidos, no que diz respeito a este tipo de informação, sobre o ambiente.

Quanto ao item 14 - “Não deito lixo para o chão” (Quadro 2), portanto uma afirmação simples, no que diz respeito aos comportamentos que devemos ter no nosso dia-a-dia, enquanto cidadãos conscientes das atitudes mais básicas que prestámos ao ambiente e, esta é uma delas. Desta forma, e numa tentativa de interpretar as respostas, ambíguas, dos alunos, podemos referir que 7% e 40% do 10º e do 8º ano referem não deitar lixo no chão sempre; enquanto que, por outro lado, e segundo a nossa interpretação, 24% e 13% dos alunos do 10º e do 8º ano referem nunca deitar lixo no chão; 26% de ambos os níveis referem não o fazem muitas vezes; 12% e 13% do 10º ano e 8º ano fazem-no de vez em quando; e, 31% e 11% 10º e 8º ano fazem-no raramente. Estes resultados deixam-nos, um tanto ou quanto, descrentes no que ao papel da escola diz respeito e, questionámo-nos se nem estes comportamentos e atitudes mais simples são apreendidas pelos alunos. Sendo que estes comportamentos são comuns a ambos os níveis, com a mesma gravidade.

Por último, e não menos importante, no item 15 colocou-se uma afirmação sobre o aconselhamento, dos alunos, aos pais para investirem em energias renováveis. Uma vez que, este tipo de investimento é amigo do ambiente, ajuda a controlar o consumo de combustíveis fósseis e, por conseguinte, de recursos naturais não renováveis, assim como, deixa de se emitir gases poluentes para a atmosfera. Assim, os inquiridos responderam, 26%, de ambos os níveis, que tomam esta atitude perante os pais, sempre, tentando influenciar os comportamentos e a opinião deles relativamente ao ambiente; 43% e 29% dos alunos do 8º e 10º ano fazem-no muitas vezes; 19% e 26% manifestam a sua opinião em conversa com os pais sobre as energias alternativas e as vantagens de investir neste tipo de recursos; 2% e 19% raramente têm este tipo de conversas com os pais, portanto, eles que decidam no que querem investir, os não há interferência por parte dos filhos, alunos; e, 11% afirma nunca o fazer (Quadro 2). Mais uma vez, averiguamos que são os alunos mais jovens que se preocupam mais e que têm uma atitude mais ativa no que diz respeito a comportamentos que não comprometam as futuras gerações e que ajudem a Humanidade a alcançar a sustentabilidade.

Em modo de conclusão desta análise dos inquéritos, podemos dizer que os alunos têm cada vez mais conhecimentos sobre os problemas que afetam o nosso planeta, em geral, e algumas regiões, em particular. Contudo, ainda, existe um longo caminho a percorrer e este deve ser feito, principalmente, com a ajuda da Educação e do seu papel proeminente e activo na formação de jovens participativos e conhecedores das várias realidades existentes no mundo, de forma a contribuírem para alterações efetivas. Que só surtirão efeito, se todos, individualmente ou em grupo, mudarem localmente os seus comportamentos e atitudes e, mais importante, as suas mentalidades e a dos que os rodeiam.

3.2 Análise dos Resultados sobre a Imagens e Vídeos

Os comentários dos alunos do 8º ano ao vídeo têm muitos pontos em comum, uma vez que todos ficaram muito sensibilizados com as situações ‘narradas’. Para que seja mais simples perceber a interpretação dos seus comentários, apresentamos algumas imagens retiradas do vídeo, de modo a melhor elucidar algumas das situações descritas

(FIG.9).

Os alunos da turma A descrevem, nos seus textos, que os recursos naturais são essenciais ou mesmo indispensáveis à vida. Fazem referência à forma como os recursos, principalmente os não renováveis, estão a ser explorados e utilizados, podendo colocar em risco a continuidade da sua existência. Mencionam, ainda, que além da sobreexploração que ocorre em muitos países e regiões do mundo, os recursos naturais estão, muitas vezes, associados ao começo e sustentação de conflitos bélicos, essencialmente nos PED.

Tal como nos conta a aluna A1, do 8º ano:

A exploração dos recursos naturais em exagero, estão a causar conflitos bélicos, ou seja, guerras, entre as pessoas. Na minha opinião, os recursos naturais são indispensáveis para o ser humano no quotidiano, mas, em exagero pode fazer mal. Também acho, que se os recursos naturais forem demasiado explorados podem-se esgotar, como por exemplo, o petróleo, o carvão e os minerais, que são recursos não renováveis.

Acho que é muito triste ver as crianças a serem obrigadas a crescerem muito depressa, ou seja, a serem exploradas, serem obrigadas a entrar nas guerras sangrentas e terríveis, que traumatiza qualquer pessoa! A andarem com armas, obrigados a matar pessoas... é muito triste e, na minha opinião, estas crianças deviam era de estar a brincar, ou então, terem paz, numa família acolhedora.

Expõem, quase todos, as questões da exploração dos diamantes na Serra Leoa, uma vez que é a situação deste país que aparece caracterizada no vídeo. E, sobre a Serra Leoa, comentam ser muito triste assistir a situações em que as pessoas, principalmente as crianças, “São obrigadas a crescerem muito depressa, ou seja, a serem exploradas, a serem obrigadas a entrar em guerras sangrentas e terríveis (...)” (aluna A1) e a trabalhar de forma abusiva nas minas, por causa da exploração e dos rendimentos que provêm dos recursos naturais (diamantes). Estes surgem nos textos de alguns alunos como sendo uma “maldição”, já que os seus proventos em vez de serem investidos no desenvolvimento dos países, são com frequência utilizadas para comprar armamentos e financiar guerras. Desta maneira, e tal como menciona o aluno A6, “os diamantes não trouxeram vantagens, só desvantagens, para a população local, assim como, normalmente, estas guerras são geradas por países que querem ficar com as riquezas dos PED”.

Tal como nos conta a aluna A1, do 8º ano:

A exploração dos recursos naturais em exagero, estão a causar conflitos bélicos, ou seja, guerras, entre as pessoas. Na minha opinião, os recursos naturais são indispensáveis para o ser humano no quotidiano, mas, em exagero pode fazer mal. Também acho, que se os recursos naturais forem demasiado explorados podem-se esgotar, como por exemplo, o petróleo, o carvão e os minerais, que são recursos não renováveis.

Acho que é muito triste ver as crianças a serem obrigadas a crescerem muito depressa, ou seja, a serem exploradas, serem obrigadas a entrar nas guerras sangrentas e terríveis, que traumatiza qualquer pessoa! A andarem com armas, obrigados a matar pessoas... é muito triste e, na minha opinião, estas crianças deviam era de estar a brincar, ou então, terem paz, numa família acolhedora.

Expõem, quase todos, as questões da exploração dos diamantes na Serra Leoa, uma vez que é a situação deste país que aparece caracterizada no vídeo. E, sobre a Serra Leoa, comentam ser muito triste assistir a situações em que as pessoas, principalmente as crianças, “São obrigadas a crescerem muito depressa, ou seja, a serem exploradas, a serem obrigadas a entrar em guerras sangrentas e terríveis (...)” (aluna A1) e a trabalhar de forma abusiva nas minas, por causa da exploração e dos rendimentos que provêm dos recursos naturais (diamantes). Estes surgem nos textos de alguns alunos como sendo uma “maldição”, já que os seus proventos em vez de serem investidos no desenvolvimento dos países, são com frequência utilizadas para comprar armamentos e financiar guerras. Desta maneira, e tal como menciona o aluno A6, “os diamantes não trouxeram vantagens, só desvantagens, para a população local, assim como, normalmente, estas guerras são geradas por países que querem ficar com as riquezas dos PED”.



Figura 7 – Imagens extraídas do vídeo a que os alunos assistiram

Estes conflitos além de causarem sofrimento, fazem com que a própria população corra riscos, “não terem com o que se alimentar, devidos aos estragos que estes causam” (A7). O mesmo aluno, menciona ainda que as “crianças em vez de estarem nas guerras, a lutar, deveriam estar a brincar e/ou em família, num ambiente de paz”.

Demonstrando a atenção com que assistiram ao vídeo, alguns estudantes utilizam mesmo algumas expressões aí utilizadas. Por exemplo é referido que a descoberta de diamantes, concretamente, na Serra Leoa “(...) só trouxe doenças, miséria, mortes (...)” (A3), associadas a “escravidão, fome e pobreza” (A14). Comentam ainda que os recursos naturais só deveriam ser utilizados no que fosse essencial, pois correm o risco de se esgotarem, e se isso acontecer “(...) não é possível manter a “vida” (A3). E grande parte dos alunos faz referência a factos que os impressionaram mais, designadamente as amputações que durante o período de conflito na Serra Leoa os rebeldes fizeram aos civis, referindo que este tipo de “coisas são doentias e, completamente, aterrorizadoras” e que os rebeldes têm comportamentos “irracionais, comportam-se como animais” (A17).

Vários estudantes concluem os seus textos dizendo que todos devemos ter um papel activo para se tentar travar situações e conflitos como os da Serra Leoa, “pois ninguém deve ser explorado porque todos somos iguais, com os mesmo direitos e deveres” (A4 e A5). Para além disso, consideram “que este tipo de conflitos só vão terminar quando os recursos naturais se esgotarem, pois dessa forma, já não poderá financiar mais guerras (A5). E há mesmo quem preconize acções: “(...) nós enquanto seres com capacidade para pensar, deveríamos fazer revistas, congressos e mais programas de televisão para apelar às pessoas para não gastar em abundância, ou até mesmo, dar dinheiro às empresas para não explorarem demasiado” (A12).

Os comentários realizados pela turma B ao mesmo vídeo, foram um pouco ao encontro dos da turma A, embora se denotem algumas diferenças. Remetem-nos primeiro, para o facto de, tal como na turma anterior, os trabalhadores das explorações de recursos naturais, concretamente diamantes, serem explorados e escravizados pelos grupos rebeldes, que procuram a obtenção de riqueza de forma rápida, para alimentar os conflitos de que são participantes e mentores. Além de que, a forma como exploram este tipo de recursos, seja insustentável. Referem ainda que os líderes, essencialmente dos

PED, não demonstram preocupação com as situações, graves em que vivem as pessoas. E particularmente as crianças, que vêem “os seus sonhos destruídos” (B3), sendo obrigadas a desempenhar funções nas explorações, muitas vezes maltratados e até mutilados, privados de liberdade, respeito e, até, o simples direito à vida. Pois, como acentua o aluno B21 “a vida destas crianças está em jogo (...) em vez dos brinquedos, são-lhes postas armas nas mãos e lançadas para a guerra”. E além disso, também as comunidades destas áreas não têm sequer a possibilidade de sonhar, um dia poderem vir a ter qualidade de vida e acesso a um mundo onde haja paz e onde todos se respeitem, e acima de tudo, respeitem os direitos humanos. Os alunos B3 e B15, afirmam, ainda, que nesta região os diamantes podiam ter trazido riqueza e felicidade de forma a contribuir para o desenvolvimento, criando um futuro melhor para as comunidades locais, mas ao invés disso “trouxe destruição, guerras, sofrimento, muitas mortes, por causa dos diamantes”

Um dos alunos declara mesmo, “que todos temos o sonho de ser felizes, mas com situações de escravidão, maus tratos, racismo, guerras, isso não será possível”. E, por conseguinte, nunca se conseguirá alcançar a sustentabilidade, pois a forma como estamos a explorar os recursos naturais fará com que as gerações futuras não tenham um planeta como o que vivemos, atualmente.

Concluindo esta primeira fase de análise de comentários, consideramos que ambas as turmas revelaram sensibilidade sobre o tema, reconhecendo a problemática da exploração dos recursos e as suas implicações para o desenvolvimento, mas, acima de tudo, destaca-se a sua vincada reacção contra a violação dos direitos humanos.

Pensamos, no entanto, que a turma A realizou comentários mais ‘maduros’, com um tipo de linguagem mais clara e esclarecedora, refletindo activamente sobre todos os conteúdos do filme, tendo em conta a exploração dos recursos naturais, os conflitos e a forma de tratamento das comunidades locais. A turma B foca-se mais na questão dos conflitos e exploração que é feita à mão-de-obra (trabalhadores e crianças), mas os textos são mais confusos e demonstram menos maturidade. Desta forma, conseguimos depreender o grau de desenvolvimento e de aprendizagem de cada uma das turmas, salientando-se o nível superior da turma A, como demonstram os resultados das avaliações realizadas ao longo de todo o ano lectivo, onde os alunos da turma A,

registam níveis superiores do que os da turma B. Contudo a turma B, demonstra sinceridade e humildade na forma como descrevem todas as situações.

3.2.2. Resultados dos alunos do 10º ano

Como referimos anteriormente, solicitamos aos alunos do 10º ano que, após verem o vídeo e trabalhando em grupo, tentassem ‘contar’ a história revelada por um conjunto de fotografias (imagem fixa) previamente selecionadas (Figuras 10,11,12,13). Cada grupo devia escolher 6 imagens, mas é importante referir que, como a amostra é composta por duas turmas de 10º ano (A e B), houve repetição na escolha de algumas imagens. Assim como, dentro da mesma turma, foram selecionadas pelos alunos imagens iguais às de outros grupos. O facto de termos disponibilizado várias cópias da mesma fotografia propositado, pretendendo-se verificar quais as imagens (Figuras 10, 11, 12) que causavam maior impacto sobre os alunos, nos diferentes grupos.



Figura 8 - Exemplo de algumas das imagens analisadas pelos alunos

Exemplificando com as imagens apresentadas na Figura 10, a abordagem feita pelos alunos assentou nos seguintes pontos:

- entendem que as pessoas são exploradas para a obtenção de recursos naturais (minerais, energéticos, biológicos, etc.), principalmente nos PED do continente africano;
- as riquezas existentes no continente referido são sobreexploradas, colocando em risco ‘a sua continuidade no planeta’;
- estes recursos e a riqueza deles provenientes são mal aproveitadas e dessa forma o país não consegue enriquecer nem se desenvolver;
- enfatizam a forma como os trabalhadores são explorados na extração dos recursos naturais, o que denominam por escravatura, sendo as pessoas vítimas de maus tratos e obrigadas a participar em guerras e conflitos sem terem opção de escolha;
- estas guerras são financiadas pelos recursos explorados de forma ilegal e sem qualquer tipo de condições de segurança e higiene dos trabalhadores.

Certos grupos referem, ainda, que o facto de existirem recursos naturais abundantes nestes países pode ser ‘muito mau’ (comentário talvez influenciado pelo vídeo), uma vez que são obrigados a explorar os recursos para que outros países e regiões, desenvolvidos, os consumam. Tal demonstra, segundo estes alunos, ausência de poder sobre os seus próprios recursos, cujas economias estão ‘totalmente’ dependentes da exploração de recursos naturais (minerais, biológicos, energéticos).

Os grupos que selecionaram as imagens da Figura 11, fazem referência às circunstâncias em que as crianças se encontram, dizendo que existem direitos humanos e particularmente direitos das crianças, que em muitos locais são ignorados.

Demonstram uma consternação imensa e total incompreensão pelo facto de no século XXI continuarem a existir situações como as que se verificam nas imagens (fixas), onde as crianças são obrigadas, segundo os alunos, ‘escravizadas’ para o desempenho de determinadas funções (como na agricultura, na exploração mineira), trabalhando horas a fio, sem qualquer tipo de condições e colocando em risco o seu crescimento e desenvolvimento saudável. Tudo isto acontece com as crianças, pois é um tipo de mão-de-obra barata e somente eles conseguem desenvolver determinadas tarefas.



Figura 9- Imagens representativas da exploração de mão-de-obra infantil

Os diversos grupos mencionam, nas suas histórias:

- que as crianças, o futuro do mundo, ficam sem o direito à educação - tão importante ao desenvolvimento de qualquer país ou região - o direito à sua liberdade e, não menos importante, o direito à infância... pois todas as crianças têm direito a ter uma infância que seja feliz, com carinho e em paz;
- que raramente nos preocupamos em saber qual a origem dos produtos que consumimos: quais os percursos que esses produtos fizeram até chegarem até nós; porque nós próprios não nos interrogamos acerca da forma como são explorados; que razões justificam conseguirmos adquirir produtos tão baratos em determinados estabelecimentos comerciais e tão caros noutros... quando na realidade os produtos são tão semelhantes.
- que devíamos ter mais cuidado e preocupação com a origem dos produtos que adquirimos, “pois indiretamente, estamos a contribuir para a exploração de pessoas” e mais concretamente, crianças com um futuro pela frente.

Os grupos que seleccionaram os mapas da Figura 12, fazem alusão aos problemas que afetam o continente africano, cujos povos foram, desde os Descobrimentos, utilizados como mão-de-obra. Salientam, por exemplo:

- que sendo este continente rico em recursos de subsolo, com recursos minerais e energéticos em quantidades consideráveis, acabam por se tornarem presas fáceis para o PD e, também, dos grupos rebeldes;
- os lucros da exploração dos recursos destes PED, são utilizados para enriquecimento pessoal por parte dos líderes dos Governos, enquanto que a

população morre, com fome e com sede.

- tal contribui, para que as desigualdades entre as diversas regiões do mundo se tivessem acentuado, “Ficando assim os ricos cada vez mais ricos e os pobres não saindo da miséria, o que faz de África o continente menos desenvolvido (...)” ... quando tinha tudo para ser desenvolvido, se soubessem aproveitar, corretamente, as suas riquezas naturais. África é assim, um continente “útil”.

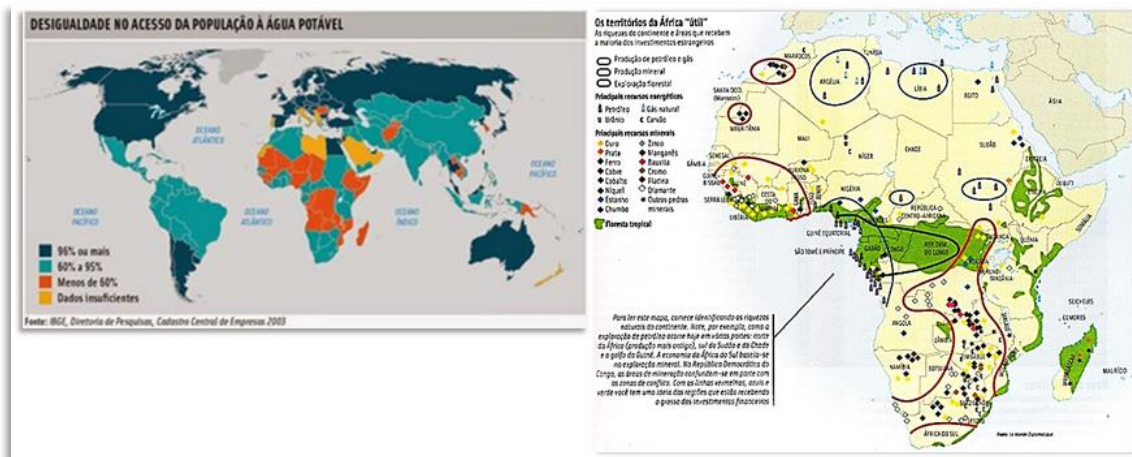


Figura 10- Mapas analisados pelos alunos. Desigualdade de acesso à água potável. Os territórios ricos em recursos naturais em África.

Relativamente ao acesso a água potável, referem:

- existir uma distribuição desigual deste recurso, imprescindível à vida;
- são os PED os mais prejudicados e com menor acesso à água por parte da população, o que se reflete- num aumento substancial do número de mortos causados por desidratação ou por contaminações devido ao consumo de água poluída;
- o acesso difícil a este recurso está também na origem de conflitos, intra e inter países.

Com as imagens da Figura 13, gerou-se uma situação interessante: um dos grupos refere ter criado um grupo, na história narrada, com alguns amigos, com o intuito de alertar para os problemas que afetam o mundo, ajudando a relembrar que os direitos humanos existem e que toda a gente é igual, independentemente da sua cor ou do seu estatuto social. O objetivo do grupo era alertar o maior número de pessoas possível, para, todos juntos, discutirem soluções e ‘agirem o mais rápido que conseguissem’, no sentido de ‘travar as guerras e não comprometer as futuras gerações’. Descrevem o lema

do grupo como sendo “Temos os mesmos direitos, somos iguais”.



Figura 11- 1. Desenvolvimento sustentável. 2. Futuro geracional. 3. Todo iguais todos diferentes

Outros contributos, ‘contam-nos’:

- ser necessário ‘criar’ um novo começo, um futuro onde todos devemos apostar na preservação dos recursos naturais, pois de outra forma, o futuro será uma utopia;
- ser fundamental zelar por um futuro sustentável, onde todos respeitam os limites dos recursos e os direitos humanos;
- que, acima de tudo, tem de existir respeito pela infância e não se coloquem armas nas mãos dos inocentes.

Analisados todos os instrumentos utilizados na nossa investigação, é importante referirmos que sentimos dificuldades na interpretação de algumas histórias narradas pelos alunos do 10º ano. Quando lhes foi pedido para realizarem esta atividade mostraram-se muito reticentes e com falta de vontade em participar. Nesse sentido, pesem os aspectos positivos, as histórias por eles contadas remetem bastante para o vídeo visualizado, fazendo transparecer alguma desmotivação e desinteresse pelo tema, mas principalmente pelo desenvolvimento da actividade em si mesma.

3.3 Breve síntese

Após a análise de todos os instrumentos utilizados, podemos concluir que existe uma preocupação e sensibilidade por parte dos jovens no que diz respeito aos problemas que afectam o nosso planeta, independentemente de estarem relacionados com os

recursos naturais e com o seu esgotamento ou com a forma como são explorados, colocando em risco a sobrevivência de todas as espécies, incluindo a nossa.

Tal em parte justifica-se pelo facto de ser com estes jovens que a EDS é mais abordada e onde, com mais frequência, se desenvolvem projectos e trabalhos direccionados para estas temáticas (Schmidt, Nave & Guerra, 2010).

Resultados como os que obtivemos, apesar dos vários constrangimentos sentidos, levam-nos a considerar que as acções promovidas pela EDS e EDH nas escolas e noutros locais estão a surtir alguns efeitos e a dar frutos, ajudando os mais jovens a internalizar valores, atitudes, comportamentos. Ou seja, vale a pena continuar a investir e a insistir nas orientações da EDS e EDH, porque ainda temos um longo caminho a percorrer até se atingir todos os jovens, sejam eles mais novos ou mais velhos.

Considerando os resultados obtidos em faixas etárias distintas, conseguimos verificar que são os alunos mais jovens, como já antes referimos, que demonstram mais preocupação e têm um entendimento mais adequado e mais próximo da realidade do que os mais velhos e além do mais, também, provavelmente, mais motivados. O que, de acordo com o que nos diz Kohlberg (1978), tal poderá ocorrer como resultado do desenvolvimento moral dos jovens que, segundo ele, é determinado pela interação. Interação esta que nos mais jovens aparece, primeiro com os adultos e, só depois, nos com pares. Querendo, desta forma, os mais jovens, agradar aos outros em conformidade com o que é mais correto para a sociedade, tendo sempre presente o respeito pela autoridade e as expectativas que são depositadas neles.

Além do mais, também as abordagens que são feitas nas escolas no sentido da EDS e EDH, levam-nos a entender que a maior parte dos projectos e acções são dirigidas aos mais novos, com preferências por tipos de pedagogias mais lúdicas, recreativas e no sentido de ‘entretenimento’, podendo isto ser encarado, como nos diz Peres (2010), como a “infantilização” do processo de Educação Ambiental/Desenvolvimento Sustentável. Ademais, é também de referir que à medida que os níveis escolares vão avançando, o número de iniciativas vai diminuindo, daí poderão advir, também, as diferenças verificadas nos resultados por faixas etárias distintas. Como se pode verificar nas escolas, que são os alunos mais jovens que desenvolvem mais actividades no âmbito da EDS (projectos amigos do ambiente, como campanhas de sensibilização; cartazes, etc.) enquanto que no ensino secundário, a

escola concentra-se, mais, no próprio currículo, uma vez que os alunos têm no final deste ciclo, exames de avaliação, ao nível nacional.

Considerações finais

A parte final do nosso trabalho, centra-se em algumas considerações no sentido de responder às questões enunciadas na introdução, mas também pretende deixar em aberto a discussão em torno de alguns pontos relativos à temática abordada. Ao tentarmos dar resposta a essas ‘perguntas de partida’ confrontamo-las com as nossas ideias iniciais (pré-concebidas) e com a experiência que fomos adquirindo ao longo do decorrer da investigação, considerando os resultados obtidos através dos instrumentos metodológicos utilizados.

Iniciando com a primeira questão - “Que imagem existe acerca dos vários problemas socioeconómicos e ambientais que afectam o nosso planeta no século XXI?” – observamos que, de uma forma geral, todos os alunos conhecem e admitem ter alguma preocupação com esses problemas. Tal é revelado por algumas das respostas ao questionário, mas principalmente por comentários ao vídeos e fotografias, como por exemplo, o que se segue: “ Se continuarmos assim, daqui a alguns anos a Terra vai acabar, porque embora alguns recursos naturais sejam renováveis eles não são inesgotáveis, então precisam de tempo para se renovarem, e nós não lhes damos esse tempo (...)”, em que demonstram grande sensibilidade face às situações de desigualdade associadas à exploração e acesso aos recursos/rendimentos. Consideramos que tal resulta do facto de, nos últimos anos, ter existido uma aposta na divulgação de informação e realização de algumas iniciativas no sentido de consciencializar a sociedade em geral e os jovens em particular sobre estas temáticas, tal como nos evidenciam, por exemplo os conteúdos programáticos do 8º ano de escolaridade: “1. Compreender a desigual distribuição dos recursos; 2. Compreender as relações entre a distribuição e o consumo dos diferentes tipos de recursos”.

Poderíamos destacar vários projectos desenvolvidos pelas escolas neste contexto, mas relembramos, pelo seu impacto e ‘antiguidade’, as atividades promovidas pelo Eco-Escolas (<https://ecoescolas.abae.pt/>), não ignorando iniciativas locais das instituições de ensino apoiadas, frequentemente, por órgãos autárquicos. Há cada vez mais interesse pelas questões relativas ao ambiente e, também, pelos problemas socioeconómicos, principalmente os relacionados com a forma como a riqueza se encontra distribuída pelas diversas regiões do mundo, originando diferentes níveis de desenvolvimento e de

acesso a uma vida pautada pelo suprimimento das necessidades.

Relativamente à segunda questão, em parte relacionada com a anterior - “Qual a percepção dos alunos sobre a exploração e uso dos recursos naturais? Será que têm noção da forma como esses recursos chegam até nós?” - podemos concluir que os alunos têm conhecimento sobre a forma como os recursos são explorados, referindo inclusivamente a violação dos direitos humanos que muitas vezes acarreta., tal como se pode verificar pela análise do item 17, em que mais de metade dos alunos inquiridos referem que de facto a exploração de recursos funciona muitas vezes como abusiva num duplo sentido, primeiro no que diz respeito aos recursos naturais e segundo no que concerne à mão-de-obra, que é escravizada e obrigada a desenvolver um conjunto de tarefas sem as devidas condições. Admitem, como já mencionamos, que a forma como estamos a utilizar os recursos naturais não é correta, uma vez que estes são finitos e que corremos sérios riscos de que estes se esgotem, muito em breve. Esta ‘culpa’ é atribuída principalmente aos PD, onde a população consome mais do que aquilo que o seu território dispõe, pelo que recorre aos produtos provenientes dos PED, ‘ignorando’ que a sua exploração é feita, muitas vezes, à custa de mão-de-obra como a infantil. No entanto, pensamos que esta parte da questão ainda não é bem percecionada por parte dos alunos, embora tenham uma noção de que o ‘caminho’ que os produtos percorrem para chegarem até nós não é frequentemente o mais correto, estando imbuído de conflitos, guerras, corrupção, exploração, pobreza, sofrimentos, muitas mortes. Consideramos que todas estas respostas e conhecimentos adquiridos pelos alunos, ao longo do tempo, demonstram o papel, fundamental, que a educação teve neste percurso.

À pergunta seguinte – “Será que os recursos naturais são para os alunos, essenciais à vida e exercem algum tipo de controlo sobre o grau de desenvolvimento diferenciado das sociedades?” – cuja resposta está implícita nas anteriores, os alunos demonstram ter plena certeza da importância dos recursos naturais, exercendo um papel fundamental na manutenção do equilíbrio da Terra e na sobrevivência de todas as espécies, inclusivamente a nossa, dos seres humanos. Se realmente os problemas da sobreexploração dos recursos se mantiverem e as sociedades não tomarem consciência da gravidade destas questões, o ‘fim’ da vida como a conhecemos está em risco. Além de essenciais, estes mesmos recursos têm um papel fundamental no que diz respeito ao grau de desenvolvimento, diferente, de região para região e de sociedade para

sociedade, pois apesar de existirem países ricos em recursos naturais, o seu grau de desenvolvimento é, normalmente, mais baixo do que o daqueles países ou regiões que não têm este tipo de elementos em abundância. E esta situação tende a perpetuar-se e agravar-se, por estarem por vezes associados à eclosão de conflitos e guerras, à gestão por governos corruptos que não promovem a transparência no que diz respeito à forma como estes são exploradas e, posteriormente, comercializados. Com efeito, os rendimentos provenientes da venda destes produtos não são normalmente investidos adequadamente, no desenvolvimento de infraestruturas essenciais para o país ou região (como na construção de escolas e hospitais), sendo utilizados para enriquecimento pessoal de elites, ou então, e ainda mais grave, para financiar e alimentar conflitos sangrentos. Daí que as disparidades no que diz respeito ao grau de desenvolvimento aumentem e se intensifiquem, de tal forma que as populações locais destas áreas afetadas, sofram da chamada “maldição” dos recursos, tal como nos referem os alunos, nos seus comentários ao vídeo e imagens, “desde á centenas de anos que os povos africanos são utilizados como mão-de-obra. África um continente rico em recursos do subsolo (...) tendo os mais poderosos tirado proveito das fragilidades dos povos (...) como sabemos os povos ditos mais inteligentes tiram proveito e escravizam as pessoas, ficando assim os ricos cada vez mais ricos e os pobres não saindo da miséria (...)”.

Importou ainda perceber, se “A educação tem ou deve ter um papel fulcral na formação de cidadãos atentos e activos na resolução de problemas socioeconómicos e ambientais associados ao excesso da exploração e uso dos recursos naturais”. Como já evidenciamos atrás, a educação é a chave para a alteração de atitudes e comportamentos dos cidadãos, tal como os resultados dos inquéritos nos demonstraram, tendo os alunos plena consciência de que a Educação é uma ferramenta essencial para se dar um passo à consciencialização e a mudanças importantes. E, para que estes tenham uma maior perceção sobre a relevância dos factores socioculturais na formação dos problemas ambientais. Ou seja, são os nossos comportamentos que dão origem aos problemas ambientais: ou por desconhecimento das consequências dos nossos actos, ou então por indiferença e comodismo, como se os problemas tivessem sempre solução e que essa solução deve começar pelos outros e não por nós. Neste sentido, a Escola pode ser um motor de mobilização da sociedade através dos alunos, das suas famílias e de toda a comunidade educativa em geral, podendo ser uma ajuda essencial no que concerne à

mudança de valores e no comprometimento de comportamentos que sejam responsáveis e conscienciosos. Ao longo desta investigação, formo-nos apercebendo que a educação em geral e a escola em particular, estão a caminhar no sentido correcto, promovendo a educação para a cidadania.

No que concerne à questão “Será que a Educação para a Cidadania nas suas orientações para o Desenvolvimento Sustentável e Direitos Humanos, constitui uma prática essencial para a mudança das mentalidades e atitudes conducentes à mitigação dos problemas derivados do consumo exagerado de recursos naturais?”, consideramos que é muito complexa e não é simples dar uma resposta. Contudo, podemos dizer, em parte remetendo para vários autores já referenciados ao longo da investigação, que a Educação para a Cidadania, nas suas vertentes de EDS e EDH, é de facto uma prática fundamental. Apesar do comportamento e atitudes reflectidas nas respostas dos nossos alunos indicarem que estamos no rumo certo, continuamos a ter de percorrer um longo caminho. Isto não significa que não tenham ocorrido um conjunto de mudanças significativas. Todavia, estas têm de ser interiorizadas pelos jovens, de uma maneira que consigamos modificar as suas mentalidades no que diz respeito à forma como são consumidos os recursos naturais, podemos, neste caso, pegar numa afirmação contida no questionário” Troco, sempre que possível, de telemóvel”, ou seja, através dos resultados que se verificaram anteriormente, em que grande parte dos alunos referiam fazê-lo muitas vezes. Isto vem confirmar, exatamente, a ideia de que falar é muito simples, mas passar aos atos e pensar nas questões ambientais e nos direitos humanos, é que se torna mais difícil. Tal como dizia Hopkins, em entrevista, já antes mencionada, “a escola está pintada de verde, mas mais importante é pintar as mentes de verde”. Fazendo com que os jovens se comprometam consigo mesmo, com o ambiente e com as futuras gerações, contribuindo para que todos tenham, num futuro próximo, acesso aos recursos indispensáveis a uma boa qualidade de vida. Neste sentido, é importante continuarmos o nosso ‘trabalho’ na mudança de comportamentos e atitudes dos jovens, promovendo uma maior divulgação, nas várias disciplinas, do impacto do nosso consumo e da forma como os recursos naturais chegam até nós...sendo negados e violados, constantemente, os Direitos Humanos.

É de extrema importância que se crie nas nossas escolas a noção de que existem direitos iguais para todos, independentemente da sua raça, etnia, nacionalidade, estatuto

social, etc., e que ninguém pode retirar as liberdades mais fundamentais a qualquer ser humano. Pois é esta educação que nos vai ajudar a construir um futuro, onde os jovens sejam participantes activos na construção da cidadania, na promoção de uma cultura de responsabilidade e no respeito pelos limites dos recursos naturais. Contribuindo, deste modo para a mitigação dos vários problemas que afectam o mundo.

Por último, e não menos importante: “Quais os caminhos possíveis, através da Educação, para se conseguir consciencializar todos da gravidade dos problemas que afectam e continuarão a afectar o mundo se o nosso comportamento não se alterar? Na nossa opinião, devemos começar pelas crianças e jovens que, posteriormente, levarão a informação aos pais e familiares em geral, sobre a forma como devemos tratar o nosso planeta. Depois, tentar nas escolas dar-se o exemplo, começando por acções simples e básicas e intensificando essas mesmas acções ao longo do tempo. Implicando todos, sem excepção, desde os níveis escolares mais baixos aos mais elevados, aos professores e comunidade escolar em geral, fazendo com que os alunos percebam a relevância de tais acções. Criar uma relação de maior proximidade entre a escola e as famílias dos alunos, alargando o âmbito das atividades e influenciando deste modo um maior número de pessoas. Ou seja, para além da comunidade escolar passar a mensagem à população local. Desta forma, vamos conseguindo passar a palavra sobre a importância da mudança de atitudes, comportamentos e do nosso próprio estilo de vida, muito consumista.

Resumindo, podemos considerar que estamos na direcção certa, mas temos que continuar a caminhar no mesmo sentido, seguindo o guião fundamental da Educação para a Cidadania nas suas orientações para o Desenvolvimento Sustentável e Direitos humanos. Para que todos tenham conhecimento da realidade e possam, solidariamente, construir um futuro mais igual, sustentável, com maior justiça social, baseado no respeito pelo outro, no cumprimento dos nossos direitos e os das futuras gerações.

Não conseguimos neste relatório responder e extinguir todas as questões que o envolvem, uma vez que é um quesito extenso e complexo. Mas consideramos ter deixado expressa uma ideia fundamental: se a Escola e toda a comunidade educativa tem um papel preponderante no contributo para a alteração de mentalidades e, por conseguinte, de atitudes e comportamentos susceptíveis de promover o

desenvolvimento sustentável e os direitos humanos, cabe igualmente à família e à sociedade em geral apoiar e incentivar esta função.

Referências bibliográficas

- Addison, T.; Le Billon, P.; Murshed, S. M. (2002). *Conflict in Africa: The Cost of Peaceful Behavior*. Journal of African Economies, vol.11 (3), pp. 365-386.
- Almeida, M. E. B. (2003). *Educação a distância na internet: abordagens e contribuições dos ambientes digitais de aprendizagem*. Educação e Pesquisa, São Paulo, Vol. 29.
- Alves, F. L. (1998). *Grandes problemas ambientais*. In: C. Carapeto (Eds.). Educação Ambiental Universidade Aberta, Lisboa. PP. 133-193.
- Bannon, I.; Collier, P. (2003). *Natural Resources and Violent Conflict: Options and Actions*. Washington, D.C. The World Bank.
- Bhandari, B.B.; O. Abe. (2003). *Education for sustainable development: an emerging paradigm*. In Education for Sustainable Development in Nepal: Views and visions. Orgs. B.B. Bhandari e O. Abe Hayana. Kna Gawa: Institute for Global Environmental Strategies (IGES), pp. 13-28
- Biklen, S.; Bogdan, R. C. (1994). *Investigação qualitativa em Educação*. Porto: Porto Editora, pp. 134-301.
- Blake, D. Ratner. (2013). *Livelihoods, Natural Resources, and Post- Conflict Peacebuilding*. Routledge Law institute and United Nations Environment Programme.
- Bray, W. (2000). *Human Rights and education*. Centre for Education Law and Education Policy.
- Brunnschweiler, C. N.; Bulte, E. H. (2008). *Linking Natural Resources to Slow Growth and more Conflict*. Policy Form. Science Vol.320.
- Brunnschweiler, C. N.; Bulte, E. H. (2009). *Resource Abundance, Dependence and the onset of Civil Wars*. Oxford Economic Papers, nº 61, pp.651-674.

- Bravo, D. M. (1986). *A Avaliação docente na prática educativa*.
- Brito, I. (2008). *A economia dos conflitos violentos em África*. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Revista Lusófona de Estudos Africanos. Nº1.
- Brito, D. M. C.; Bastos, C. M. C. B.; Farias, D. C. B.; Dias, G. C. (2011). *Conflitos Socioambientais no século XXI*. Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP. Macapá, nº 4, pp.51-58.
- Buhaung, H.; Gates, S.; Lujala, P. (2005). *Geography, Strategic Ambition and the Duration of Civil Conflict*. Centre for the Study of Civil War.
- Candau, Vera M. F. (2012). *Direito à Educação, diversidade e educação em direitos humanos*. Revista Científica.
- Carta Do Conselho da Europa sobre a Educação para a Cidadania Democrática e a Educação para os Direitos Humanos, (2010).
- Carvalho, J.S. (2004). *Educação, Cidadania e Direitos Humanos*. Vozes.
- CCDF – Terre Solidaire. (2014). *Natural Resources at the heart of conflict – Taking action to produce ambitious european legislation*.
- Claude, R. P. (2005). Direito à Educação e Educação para o Direitos Humanos. SUR – Revista Internacional de Direitos Humanos, 2, p.36.
- Clube de Roma (2011) – *História do Clube de Roma*. Disponível em <http://www.clubofrome.org/?p=4771>
- CNUMAD (1992) - *Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento*. Disponível em: <http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/rio92.pdf>. Acesso 20/06/2017.
- Collier, P. (2003). *Breaking the Conflict Trap. Civil War and Development Policy*. In: Oxford University. World Bank. Washington, D.C.
- Collier, P. (2007). *Economic Causes of Civil Conflict and Their Implications for Policy*. In Chester A. Crocker, Fen Osler Hampson, and Pamela Aall, eds., *Leashing the Dogs of War*. Washington, DC: United States of Peace.
- Collier, P.; Hoeffler, A. (2004). *Greed and Grievance in Civil War*. Oxford Economic Paper, Vol. 56, pp. 563-595.

- Collier, P.; Hoeffler, A. (1998). *On Economic Causes of Civil War*. In: *Oxford Economic Papers*. Vol. 50 (4), pp.563-573.
- Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento. 1991 (1987). *O Nosso Futuro Comum*. Lisboa: Maribérica.
- Cuvelier, J.; Vlassenroot, K.; Olin, N. (2013) - *Resources, Conflict and Governance: a critical review of the evidence*. Justice and Security Research Programme, Londres, 25p.
- Dale, A.; Newman, L. (2005). *Sustainable development, education and literacy*. International Journal of Sustainability in Higher Education, Vol.6 (4), pp. 351-362.
- Dias, L. S.; Leal, A. C.; Junior, S. C. (2016) – *Educação Ambiental – conceitos, metodologias e práticas*. S.P- Tupã. ANAP.
- DGE (2013) - *Linhas Orientadoras da Educação para a Cidadania*. Disponível em <http://www.dge.mec.pt/educacao-para-a-cidadania/documentos-de-referencia>. Acesso 25/05/2017.
- DUDH (1946) - Declaração Universal dos Direitos Humanos.
- FAO (2000). *Conflict and Natural Resources Management*. Violet Matiru Community Forestry.
- Fearon, James D. (2004). *Why do some civil wars last so much longer than others?* Journal of Peace Research, vol. 41 (3), pp. 275-301.
- Fearon, J.; Laitin, D. (2003) *Ethnicity, insurgency, and civil war*. American Political Science Review, 97, pp.75-90.
- Figueiredo, O.; Almeida, P.; César, M. (2004). *O papel das metaciências na promoção da educação para o desenvolvimento sustentável*. Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias, vol. 3, nº3, pp. 320-338.
- Freitas, M. (2005). *Educação para o desenvolvimento sustentável: sugestões para a sua implementação no âmbito da década das Nações Unidas*. In Actas Electrónicas do VIII Congresso Galaico- Português de PsicoPedagogia.

- Freitas, M. (2006). *Educação Ambiental e/ou Educação para o Desenvolvimento Sustentável? Uma análise centrada na realidade portuguesa*. Revista Iberoamericana de Educación, vol. 41, pp. 133-147. Madrid
- Gadotti, M. (2008). *Educação para a Sustentabilidade: uma contribuição à década da educação para o desenvolvimento sustentável*. Editora Instituto Paulo Freire. São Paulo.
- Giambrone, A. (2006). *The extraction of natural resources as a source of conflict*.
- Giljum, S.; Hinterberger, F.; Bruckner, M.; Fruehmann, J.; Lutter, S.; Pirgmaier, E.; Polzin, C.; Waxwender, H.; Kernegger, L.; Warhurst, M. (2009). *Overconsumption? Our use of the world's natural resources*. Friends of the Earth Europe, Brussels (Belgium); Sustainable Europe Research Institute SERI, Vienna (Austria); GLOBAL 2000, Friends of the Earth Austria, Vienna (Austria). http://www.foeeurope.org/publications/2009/Overconsumption_Sep09.pdf
- Gleick, P. H. (1998). *Water and Conflict*. In P.H. Gleick, *The World's Water 1998-1999*, Island Press, Washington, D. C., pp.105-135. <http://worldwater.org/water-conflict/>, consultado a 06-06-2017
- Gohn, M. (2014) - *Educação Não Formal, Aprendizagens e Saberes em Processos Participativos*. *Investigar em Educação* - IIª Série, Número 1, pp.35-50.
- Gosmann, G. S. M. (2011). *Processo Kimberley: diamantes de sangue são para sempre?*
- Gough, A. (2006). *Working at the margins of sustainability: implementing ESD in Victorian government schools*. Seminário apresentado na Universidade de Bath, Centre for Research in Education and the environment. Austrália, 16 de Maio.
- Hernández, M.; Tilbury, D. (2006). *Educación para el Desarrollo Sostenible, V Nada Nuevo Bajo el Sol*. Consideraciones sobre Cultura y Sostenibilidad. Revista Iberoamericana de Educación. Consultado em: <http://www.rieoei.org/rie40ao4.pdf>
- Hill, M. M.; Hill, A. (2002). *Investigação por questionário*. Edições Silabo.
- Hill, M. M.; Hill, A. (2009). *Investigação por questionário*. (2ª Edição ed.): Edições Silabo.

- Hopkins, C.; McKeown, R. (2002). *Education for sustainable development: an international perspective*. Education and sustainability: Responding to the global challenge, 13.
- Humphreys, M. (2003). *Economics and violent conflict*. Program on Humanitarian Policy and Conflict Research, Harvard University, February.
- Jacobi. (2003). *Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade*. Cadernos de Pesquisa nº 118, pp. 189-205.
- Jaén, M.; Barbudo, P. (2010). *Evolución de las percepciones medioambientales de los alumnos de Educación Secundaria en un curso académico*. Revista Eureka Enseñanza Divulgación de las Ciencia (7), Nº Extraordinario, pp.247-259.
- Jorge, A. S. S. C. (2012). *Actividades práticas para o ensino e aprendizagem dos recursos naturais no 8º ano de escolaridade*. Dissertação apresentada à Universidade de Coimbra para obtenção do Grau de Mestre.
- Klinke, A.; Renn, O. (2001). *Precautionary principle and discursive strategies: classifying and managing risks*. Journal of Risk Research, vol.4 (2), pp.159-173.
- Kohlberg, L. (1978). *Revisions in the Theory and practice of moral development*. New directions for Child and Adolescent development, Vol. 2, pp. 83-87.
- Le Billon, P. (2001) - *The political ecology of war: natural resources and armed conflicts*. Political Geography, nº 20, pp.561-584.
- Lujala, P. (2010) - *The spoils of nature: Armed civil conflict and rebel access to natural resources*. Journal of Peace Research, nº 47(1), pp.15-28.
- Lujala, P.; Buhaug, H. (2005). *Accounting for scale: measuring geography in qualitative studies of civil war*. Political Geography, vol. 24 (4), pp. 399-418.
- Lunardon, J. A. (2010). *Conflitos Contemporâneos na África Negra e suas causas ambientais*. Porto Alegre. Monografia
- Mallmann, W.; Rocha, G.C. (2016). Educação: Fonte dos Direitos Humanos. In: Anuais do Congresso Estadual de Teologia, Vol.2, pp.16-29.
- Martins, M. J. D.; Mogarro, M. J. (2010). A educação para a Cidadania no século XXI. Revista Iberoamericana de Educación. Nº 53, pp.185-202.

- Medeiros, A. B. de; Sousa, G. L.de; Oliveira, I. P.; Lemes, Maria José da S. (2011). *A importância da educação ambiental nas escolas nas séries iniciais*. Revista Faculdade Montes Belos.
- Meadows, D.; Randers, J.; Meadows, D. (2004). *A Synopsis Limits to Growth – The 30-year Update*.
- Meadows, D.; Meadows, D.; Randers, J.; Behrens, W. W. (1972). *The Limits to Growth*. Universe Books. New York.
- Minayo, M. C. D. S.; Sanches, O. (1993). *Quantitative and qualitative methods: opposition or complementarity?* Cadernos de Saúde Pública, Vol.9 (3), pp. 237-248.
- Mujica, R. M. (2002). *La Metodología de la Educación en derechos humanos*. San José. C.R. nº 36
- Ochoa, G. M.; Veiga, F. (2001). *Auto-estima familiar e social como amortecedores de acontecimentos stressantes*. Psicologia, Educação e Cultura, 2, pp. 319-333.
- Oliveira, V.; Cândido, G. (2010). *Contemporaneidade do Consumo Sustentável e as suas Correlações com as práticas empresariais e o comportamento do consumidor*. V Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, Florianópolis. <http://www.anppas.org.br/encontro5/cd/artigos/GT13-492-441-20100902182702.pdf>.
- Oliveira, M. R. S. (2012). *Relevância dos recursos hídricos na agenda internacional – A água: factor potenciador de conflito na Região do Médio Oriente?*. Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa para obtenção do grau de Mestre.
- Oxfam, G. B. (2016). *Oxfam house*, John Smith Drive. Cowley
- Pelicioni, M. C. F. (1998). *Educação, qualidade de vida e sustentabilidade*. Saúde e Sociedade, vol.7 (2), pp. 19-31.
- Peres, I. A. S. (2011). *Atitudes Ambientais – um estudo com jovens do Segundo e terceiro ciclo do Ensino básico da região do Planalto Mirandês*. Dissertação

apresentada à Escola Superior de Educação de Bragança para obtenção do Grau de Mestre.

- Pereira, A. R.; Zêzere, J.; Morgado, P. (2005). *Os Recursos naturais em Portugal: Investigação e proposta de um Modelo Geográfico de Avaliação*. Anuais do X Colóquio Ibérico de Geografia, p. 22.
- Pereira, C. M. M. C.; Marón, L. J. R.; Freitas, M. J. C. C.; Magalhães, H. G. D. (2007). *Ecopedagogia: uma nova pedagogia com propostas educacionais para o desenvolvimento sustentável*. ETD – Educação Temática Digital, Vol.8 (2).
- Pinhal, T. S. S. (2014). *A imagem fixa e em movimento: contributos para uma abordagem contexto da sala de aula*. Dissertação apresentada à Faculdade de Letras da Universidade Porto para obtenção do grau de Mestre.
- Ponting, C. (1993). *A Green History of the World*. New York: Penguin Books, 430 p.
- Preto, M.I. (2015) - *Educação para a Sustentabilidade: o uso de Sistemas de Informação Geográfica participativos como instrumento de participação de crianças e adolescentes na construção de sociedades mais sustentáveis*. Tese de Doutoramento em Ciências da Educação, Universidade do Minho, 311p.
- Quivy, R. (1992). *Campenhout, Luc Van*. Manual de Investigação em Ciências Sociais. Lisboa: Gradiva, pp.63-77.
- Rattner, H. (1977) – *O esgotamento dos recursos naturais: catástrofe ou interdependência?* *Revista de Administração de Empresas*, nº17 (2), pp.15-21.
- Rocha, J. M. *A gestão dos recursos naturais: uma perspectiva de sustentabilidade baseada nas aspirações do “lugar”*.
- Ross, M. (2004). *What Do We Know About Natural Resource and Civil War*. *Journal of Peace Research*, Vol.41 (3), pp.337-356.
- Ruiz, S. (2005). *Cambios institucionales y conflictos sociales en el uso del bosque del Norte Amazónico boliviano*. Ph. D. Thesis Albert Ludwigs – University, Freiburg, Germany.
- Sacavino, S. (s/d). *Educação, Interculturalidade e Direitos Humanos*.

- Sachs, J.; Warner, A. M. (1999). *Natural Resource Intensity and Economic Growth – Development policies*. In *Natural Resource Economies*, pp. 13-30.
- Schmidt, L.; Nave, J.; Guerra, J. (2010) – *Educação Ambiental. Balanço e perspectivas para uma agenda mais sustentável*. Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa, 220p.
- Silveira, C. F. A. (2008). *Recursos Naturais do Conflito: o caso da “Madeira de Conflito” da República da Libéria*. IV Encontro Nacional Anppas. Brasil.
- Sleurs, W. (Ed.). (2008). *Competencies for ESD (Education for Sustainable Development) teachers. A framework to integrate ESD in the curriculum of teacher training institutes*. Bruxelas: Comenius 2.1 project 118277-CP-1-2004-BE-Comenius-C2.1
- Tarrow, N. B. (Ed.) (2014). *Human Rights & Education*. Vol.3. Elsevier.
- Tilbury, D. (1995). *Environmental Education for Sustainability: defining the new focus of environment education in the 1990's*. *Environment Education Research*, Vol. 1 (5), pp.195-212.
- Tilbury, D. (2004) *Environmental Education for Sustainability: a force for change higher education*. *Higher Education and Challenge of Sustainability*. Chapter 9, pp.97-112.
- Trigo, S. V. V. P. (2014). *Educação, cidadania e direitos humanos*. *Direito e Democracia*, Vol. 15 (1).
- Tuner, M. D. (2004). *Political ecology and the moral dimensions of “resource conflicts”: the case of farmer-herder conflicts in the Sahel*. *Political Geography*, N° 23, pp.863-889.
- Turner, G. (2008). *A comparison of the limits to growth with thirty years of reality*. In Csiro (Ed.).
- UNESCO, (1977). *The Tbilissi Declaration: Final Report Intergovernmental Conference in Environment Education*. Organized by UNESCO in Cooperation with UNEP. Tbilissi. Pp.14-26
- United States Institute of Peace. (2007). *Natural Resources, Conflict and Conflict Resolution*. Washington, DC.

USAID, (2004). *Minerals and Conflicts Toolkit*.

Vallejo, P. M. (2011). *Guía para Construir Cuestionarios y Escalas de Actitudes*. Universidad Pontificia de Comillas, España.

Veríssimo, C. F. S. (2010). *Conflitos Emergentes na Gestão da Água*. Dissertação apresentada na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa para obtenção do grau de Mestre. Lisboa.

Viégas, R. N. (2009). *Conflitos Ambientais e lutas materiais e simbólicas*. Desenvolvimento e Meio Ambiente, nº 19, pp. 145-157. Editora UFPR.

Anexos

Anexo 1 – Inquérito por questionário

Escola Secundária de **PAREDES**

Este questionário enquadra-se no Relatório de Estágio que será apresentado no âmbito do Mestrado em Ensino de Geografia no 3º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

O seu objetivo é conhecer a perspetiva dos alunos sobre a exploração dos recursos naturais e o impacto derivado da sua desigual distribuição e formas de exploração no desenvolvimento e direitos humanos.

O teu contributo é muito importante. Neste questionário não existem respostas certas ou erradas. Não é um teste ou um exame, pretende-se apenas a tua opinião.

As tuas respostas serão anónimas e confidenciais. Lê as perguntas com atenção e escolhe, de forma sincera, a resposta que corresponde à tua perspetiva.

Ano de nascimento: _____ Ano de escolaridade: _____
Género: Feminino ☐ Masculino ☐

1ª PARTE

Na listagem seguinte encontram-se frases sobre os recursos naturais e o impacto derivado da sua exploração sobre o ambiente e os seres humanos. Para cada uma, indica se **DISCORDAS TOTALMENTE, DISCORDAS, NÃO DISCORDAS NEM CONCORDAS, CONCORDAS** ou **CONCORDAS TOTALMENTE**, assinalando a respectiva resposta com um **X**.

	DISCORDO TOTALMENTE	DISCORDO	NÃO DISCORDO NEM CONCORDO	CONCORDO	CONCORDO TOTALMENTE
1. Estamos aproximar-nos do limite do planeta Terra para a exploração dos recursos não renováveis.					
2. A exploração dos recursos potencialmente renováveis (ar, água, solo, plantas, animais) está em risco, face ao aumento crescente da população mundial.					
3. O ser humano tem o direito de explorar os recursos de acordo com as suas necessidades.					
4. A sociedade humana está a exceder-se na exploração e uso dos recursos.					
5. O planeta Terra será sempre abundante em recursos naturais se assegurarmos uma gestão sustentável.					
6. A Terra é um organismo vivo capaz de se adaptar e superar os efeitos negativos das modernas sociedades					

industriais.					
7. O desenvolvimento científico e tecnológico será suficiente para garantir a sustentabilidade da vida na Terra.					
8. A desigual distribuição dos recursos naturais é responsável pelos contrastes económicos e sociais entre os vários países.					
9. Os Países em Desenvolvimento (PED) são os mais afectados pela escassez de recursos não renováveis e potencialmente renováveis.					
10. Os PED possuem menor capacidade técnica e cultural para a gestão e exploração rentável dos recursos.					
11. A ocupação de solos tradicionalmente utilizados e adequados para a agricultura, tem contribuído para agravar o panorama da fome, principalmente nos PED.					
12. A água, apesar de ser considerada como um recurso natural renovável, pode vir a ser um recurso limitado.					
13. A escassez e dificuldade de acesso a água potável é uma realidade que se tem agravando devido às variações climáticas no mundo.					
14. As energias renováveis são uma alternativa aos combustíveis fósseis, pois são uma fonte 'inesgotável' e mais limpa.					
15. A destruição de vastas áreas florestais, associada à exploração da madeira ou ao aproveitamento indevido do solo para a agricultura, gera desequilíbrios que acentuam as diferenças climáticas do planeta.					
16. A perda da biodiversidade é a principal consequência da exploração dos recursos biológicos.					
17. A exploração dos recursos naturais gera por vezes condições de trabalho muito duras e mesmo situações de escravatura, principalmente nos PED.					
18. É a transformação e não a mera extração dos recursos naturais que gera mais riqueza.					
19. A luta pela posse dos recursos está na base de muitos conflitos bélicos.					
20. A Educação é a base para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e igualitária no acesso aos recursos e sua gestão sustentável.					

2ª PARTE

Na listagem seguinte encontram-se frases sobre a forma como utilizas os recursos. Para cada uma, responde seguindo o procedimento anterior.

	NUNCA	RARAMENTE	ÀS VEZES	MUITAS VEZES	SEMPRE
1. Viajo diariamente de autocarro para consumir menos combustíveis fósseis.					
2. Em minha casa, compramos essencialmente produtos de fabrico nacional.					
3. Estou atento à quantidade de energia que gasto em casa.					
4. Deixo a torneira aberta enquanto tomo banho ou lavo os dentes.					
5. Tenho em atenção se desperdício de bens alimentares.					
6. Troco, sempre que possível, de telemóvel.					
7. Utilizo as folhas de papel de ambos os lados.					
8. Não vale a pena poupar recursos naturais se os outros não poupam.					
9. Evito adquirir produtos fabricados em países onde exploram a mão-de-obra infantil					
10. Não quero saber se adquiro algum produto de empresas onde as pessoas sejam exploradas.					
11. Aconselho os meus pais a não comprarem produtos que utilizam a pele dos animais.					
12. Reutilizo materiais e dou-lhes nova vida.					
13. Chamo, constantemente, os meus pais atenção para comprarem produtos amigos do ambiente					
14. Não deito lixo para o chão.					
15. Vou aconselhar os meus pais a investirem em energias renováveis, amigas do ambiente					

Obrigado pela tua colaboração!

Anexo 2 – Comentários dos alunos do 8º ano às imagens movimento (vídeo)

No mundo existem vários conflitos por causa do diamante. A exploração do diamante do Alasca, mas também há a guerra. Os diamantes são os financiadores da guerra. Os minérios, o carvão, os combustíveis fósseis são recursos não renováveis, e muitos deles estão a ser explorados em grandes quantidades. Na minha opinião os conflitos bélicos só vão acabar quando esses recursos se esgotarem, pois assim já não poderá financiar a guerra. Acho muito triste haver conflitos por causa de coisas como estas. Os direitos devem ser iguais para todos os povos ao redor do mundo. Devíamos viver em paz e sem conflitos.

pois
2005 O vídeo que acabei de visualizar, fala em geral das crianças que não contam com
as principais crianças humanas não possuem o bem-estar, respeito, direito a vida etc.
As crianças não sabem, elas precisam crescer e se por em mau caminho, elas
não merecem isso, temo vivendo em condições de pobreza.
As pessoas não se sentem e conseguem sustentar e acabam por morrer, elas devem
apoiar os filhos das coisas e como necessário e muitas das vezes são mães ou são
sobrinhos dos filhos.
Temos que mudar se não o futuro destas famílias não terá uma vida
normal, a que temos, temos zibetor.
A vida destas crianças está em jogo devido às crianças em vez das boas coisas.
São lhe postas com a e lançadas para a guerra.
Agora o zimbábue é mais importante do que as nossas próprias vidas.

No mundo existem vários conflitos por causa do diamante. A exploração do diamante do Alasca, mas também há a guerra. Os diamantes são os financiadores da guerra. Os minérios, o carvão, os combustíveis fósseis são recursos não renováveis, e muitos deles estão a ser explorados em grandes quantidades. Na minha opinião os conflitos bélicos só vão acabar quando esses recursos se esgotarem, pois assim já não poderá financiar a guerra. Acho muito triste haver conflitos por causa de coisas como estas. Os direitos devem ser iguais para todos os povos ao redor do mundo. Devíamos viver em paz e sem conflitos.

Anexo 3 – Comentários dos alunos do 10º ano às imagens fixas (fotografias)

Em África, um continente que sofria muitos problemas de dinheiro, obrigavam as pessoas a trabalhar e faziam deles seus escravos principalmente as pessoas de cor negra e as mais pobres, para explorar recursos minerais como Ouro, Prata, cobre entre outros produtos. ~~Ho~~

Alguns jovens juntavam-se e criavam um grupo com o intuito de alertar o mundo para estes problemas (mão-de-obra, trabalho infantil, fome, tortura) e ajudar a relembrar os direitos humanos e que toda a gente é igual, independentemente da sua cor ou do seu estatuto social. Eles tinham que alertar o maior nº de pessoas possíveis para todos juntos arranjassem soluções e agirem o mais rápido possível de forma a travar esta guerra e esta não comprometer futuras gerações.

O Grupo tem ganho cada vez mais ~~popularidade~~ popularidade e as pessoas que têm uma vida normal (família, trabalho, saúde) ficam chocadas com a forma que estas pessoas e crianças vivem e querem cada vez mais ajudar.

"Temos os mesmos direitos, somos iguais" é o lema que esta associação usa.

O continente Africano é reconhecido por toda a exploração de recursos tanto minerais como energéticos no seu próprio território é um continente com recursos hídricos, mas a sua economia baseia-se na exploração mineral deslocando o povo Africano para um continente "ultramar".

A nova exploração traz as suas consequências e consequências. Nação de exploração de recursos; falta de população de nativos locais, maioritariamente mulheres. Trabalho 24h por 24h, trabalho constante, sem qualquer tipo de descanso, sem qualquer tipo de felicidade... Não tem qualquer tipo de liberdade. A vida económica do país não tem qualquer tipo de crescimento, mas a vida económica do país não tem qualquer tipo de crescimento, mas a vida económica do país não tem qualquer tipo de crescimento.

Muitas mulheres são castigadas por falharem um pouco seja lá o simples problema. São sacrificadas a morte, amputadas nas mãos, nos membros superiores e inferiores.

Deixamos de falar a vida, com a fome em vez de pararmos toda a fome, a fome tornou-se para coisas migalhadas. Tempo de ter uma fome e no mundo fome muito mais comparando com África.

No mundo há muitas pessoas diferentes, porém devemos ser tratados de igual forma, somos todos humanos.

Algumas das comunidades africanas, e não só, não são respeitadas. Estas, são escravizadas, obrigadas a ir para a guerra. Isto não respeita os direitos humanos. Por exemplo, o conflito "Diamantes de Sangue", assim chamado pois tudo o que se comprou para a guerra (armas) foram comprados com diamantes, não esquecendo que estes diamantes foram extraídos através de escravos, escravos estes que até, por vezes, são mortos, ou sofrem amputações de membros.

Esta guerra embora já tenha sido há bastante tempo, muitas das pessoas continuam a ser escravizadas, por pedras que valem milhões.

Um mundo assim não vai ~~para~~ ter um futuro muito bom, por isso temos de lutar por um futuro sustentável, em que os países utilizem os seus recursos, mas que não explorem as pessoas, nem que dobrem as mãos nas mãos inocentes de crianças que têm o direito à escolaridade.